



ISPA

INSTITUTO UNIVERSITÁRIO
CIÊNCIAS PSICOLÓGICAS, SOCIAIS E DA VIDA

PARTICIPAÇÃO CÍVICA E SENTIMENTO DE COMUNIDADE DE
JOVENS IMIGRANTES DOS PALOP A RESIDIR EM PORTUGAL:

UM ESTUDO DESCRITIVO

DANIELA FILIPA RIBEIRO SEVERINO DE JESUS

Orientador de Dissertação:

PROFESSOR DOUTOR JOSÉ HENRIQUE PINHEIRO ORNELAS

Coordenador de Seminário de Dissertação:

PROFESSOR DOUTOR JOSÉ HENRIQUE PINHEIRO ORNELAS

Tese submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de:

MESTRE EM PSICOLOGIA

Especialidade em Comunitária

Dissertação de Mestrado realizada sob a orientação de Professor Doutor José Henrique Pinheiro Ornelas, apresentada no ISPA – Instituto Universitário para obtenção de grau de Mestre na especialidade de Comunitária.

Agradecimentos

Ao Professor Doutor José Ornelas pelas suas sugestões e críticas construtivas no decorrer da investigação para a presente dissertação.

A todos os participantes, muito obrigada pela vossa colaboração. Sem vós este percurso de investigação não teria sido possível.

À Professora Doutora Maria João Vargas Moniz pela sua dedicação e contributo tão valiosos, bem como pelo seu constante incentivo para fazer mais e melhor.

Às doutorandas Lourdes Meque e Olga Cunha pela sua amabilidade em prestar apoio através do encaminhamento de material científico pertinente para a revisão de literatura.

Ao Projecto Orienta.te da TESE – Associação para o Desenvolvimento por possibilitar a recolha de dados junto dos seus jovens participantes.

Agradeço às colegas de mestrado os momentos de partilha e sugestões dadas acerca da realização da dissertação.

Muito obrigada, Ana Lúcia Espírito Santo, Rita Ferreira, Sara Rêgo pelo vosso apoio e colaboração na componente de recolha de dados e pela vossa dedicação em acompanhar todas as etapas envolvidas no decorrer da investigação. Obrigada pelo vosso apoio pessoal e académico.

Muito obrigada Sónia Severino, prima e amiga, pelo contributo na revisão da escrita da dissertação.

Agradeço à minha mãe, por ser um pilar fundamental na minha vida e em todo o meu processo de desenvolvimento pessoal e académico.

Agradeço aos meus familiares mais próximos, avó, tios e primos por me apoiarem, mesmo que às vezes não se apercebessem de que estavam a fazê-lo.

Resumo

O objectivo desta dissertação é descrever os processos de participação cívica de jovens imigrantes dos PALOP e a relação com o sentimento de comunidade local e sentimento de comunidade nacional.

Utilizámos uma abordagem multimétodo. Na componente quantitativa foi aplicada a Escala Breve de Sentimento de Comunidade (EBSC) (Peterson, Speer & McMillan, 2008) a uma amostra de 60 participantes. Relativamente à componente qualitativa, conduzimos um grupo de discussão focalizada e quatro entrevistas individuais. Os factores de inclusão de participantes no estudo foram: nascimento num país dos PALOP e ter entre 18 e 24 anos no momento de recolha de dados.

Os dados quantitativos foram analisados estatisticamente, tendo sido realizada análise factorial exploratória, cálculos de correlações entre variáveis e testes não-paramétricos para testar a existência de diferenças nos *scores* da EBSC ao nível das variáveis sociodemográficas. Os dados qualitativos foram analisados à luz da análise temática.

Os resultados indicam um sentimento de comunidade mediano, tanto a nível comunitário ($M = 2.77$) como a nível nacional, como se entende pela congregação dos dados quantitativos e qualitativos. Existem diferenças no sentimento de comunidade: participantes com nacionalidade Portuguesa e participantes que residem em Portugal há mais de dez anos apresentam *scores* mais elevados na EBSC. Os resultados indicam que o sentimento de comunidade mediano tem implicações na participação dos jovens, o que é convergente com a literatura.

Concluimos que os resultados da dissertação contribuem para a investigação nesta área, sobretudo por integrar a aferição do sentimento de comunidade local e nacional e descrever a sua relação com a participação cívica.

Palavras-chave: participação cívica de jovens; sentimento de comunidade; imigrantes; investigação multimétodo.

Abstract

The main aim of this dissertation is to describe the civic youth engagement processes among immigrants from Portuguese-Speaking African Countries (PSAC) and the relation between local sense of community and national sense of community.

It was used a multi-method approach. Regarding the quantitative component, it was applied the Brief Sense of Community Scale (BSCS) (Peterson, Speer & McMillan, 2008) to 60 a participants sample. Regarding the qualitative component, we conducted a focus group and four individual interviews. The participants' inclusion criteria in the study were: being born in one of the (PSAC) and an age between 18 and 24 years at the moment of data collection.

The quantitative data were analyzed statistically, and we performed exploratory factorial analysis, calculated correlations among variables and non-parametric tests to probe for the existence of differences in BSSC's scores at sociodemographic variables level. Qualitative data were analyzed using thematic analysis.

The results suggest a medium sense of community ($M = 2.77$), both at the national and the community level, as we were able to perceive by the congregation of quantitative and qualitative data. There are differences in sense of community: participants with Portuguese nationality and the participants that live in Portugal since more than ten years ago show higher scores in BSCS. The results suggest that the medium sense of community as practical implications in youth participation, and this is convergent with literature.

We conclude that the dissertation results contribute towards research in this area, mainly because the study integrates the sense of community measure at national and local level and describes its relation with civic participation.

Key-words: youth civic engagement; sense of community; immigrants; multimethod research.

Índice

Introdução.....	1
1. Enquadramento Teórico	3
1.1. Imigrantes dos PALOP a Residir em Portugal	3
1.2. Participação Cívica dos Jovens	4
1.3. Participação Cívica dos Jovens Imigrantes	9
1.4. Teoria de Sentimento de Comunidade de McMillan e Chavis (1986) e McMillan (1996).....	11
1.5. Sentimento de Comunidade e Participação Cívica: Que Relação?	16
1.6. Estudos empíricos	18
2. Método	25
2.1. Objectivos	25
2.2. Instrumentos.....	26
2.3. Procedimentos	28
2.4. Participantes	29
3. Processo de Análise dos Dados	30
3.1. Escala Breve de Sentimento de Comunidade	30
3.2. Grupo de Discussão Focalizada e Entrevistas Individuais	30
4. Resultados	34
4.1. Escala Breve de Sentimento de Comunidade	34
4.2. Grupo de Discussão Focalizada e Entrevistas Individuais	39
5. Discussão dos Resultados	43
6. Discussão Final e Conclusões	55
Referências	60
Anexos	66

Lista de Figuras

Figura 1 – Percentagem de Participantes de Cada Sexo	34
Figura 2 – Nível de Escolaridade dos Participantes	34
Figura 3 – Distribuição dos Participantes por País de Origem	34
Figura 4 – Distribuição de Participantes por posse Nacionalidade Portuguesa	35
Figura 5 – Distribuição dos Participantes por Tempo de Residência	35
Figura 6 – Temas Ordenados por Ocorrências Globais	42

Lista de Tabelas

Tabela 1 – Elementos do Sentimento de Comunidade e Relações Hipotéticas	15
Tabela 2 – Principais Escalas de Sentimento de Comunidade	27
Tabela 3 – Etapas da Análise Temática	31
Tabela 4 – Agrupamento dos Códigos e Nomeação dos Temas	32
Tabela 5 – Ocorrências por Temas e Sub-temas	41

Lista de Quadros

Quadro 1 – Consistência Interna da EBSC	35
Quadro 2 – Correlações Inter-Itens	36
Quadro 3 – Análise da Variância Total Explicada pelos Itens da EBSC	37
Quadro 4 – Média e Desvio Padrão de Respostas por Item	37
Quadro 5 – <i>Score</i> e Desvio Padrão da EBSC	38
Quadro 6 – Correlações entre EBSC e Variáveis Sociodemográficas	38

Lista de Anexos

Anexo A – Escala Breve de Sentimento de Comunidade	66
Anexo B – Brief Sense of Community Scale	69
Anexo C – Guião do Grupo de Discussão Focalizada	70
Anexo D – Guião das Entrevistas	73
Anexo E – Coeficiente de Consistência Interna da EBSC	76
Anexo F – Extracção de Factores com Valor Próprio Igual ou Superior a 1.....	76
Anexo G – Média de Resposta aos Itens da EBSC e <i>Score</i> da EBSC	76
Anexo H – Correlação entre EBSC e Escolaridade; Correlação entre EBSC e Tempo de Residência	77
Anexo I – Testes não-paramétricos	78
Anexo J – Transcrição da Discussão Focalizada e das Entrevistas	84

Introdução

As questões relacionadas com os imigrantes africanos e a sua integração no país de acolhimento têm suscitado especial interesse pessoal e académico há já alguns anos. Aquando do início do mestrado em Psicologia Comunitária tomei a decisão de que o tema da minha dissertação seria sobre as questões relacionadas com os imigrantes tendo, mais tardiamente, optado por me focar especificamente no fenómeno da participação cívica dos jovens imigrantes dos PALOP¹ que residem em Portugal.

Após pesquisa sistemática, foram encontrados poucos estudos relacionados com a comunidade em estudo, o que pode dever-se ao facto de a investigação sobre a participação cívica de minorias étnicas e imigrantes ser relativamente recente (Zani & Barrett, 2012).

A presente dissertação permite aliar o estudo dos percursos cívicos dos jovens imigrantes ao fenómeno do sentimento de comunidade, e extrair novos conhecimentos acerca da manifestação da participação cívica destes jovens no país de acolhimento, neste caso, Portugal.

O objectivo da dissertação é descrever os processos de participação cívica de jovens imigrantes dos PALOP e a relação existente com o sentimento de comunidade local (dimensão concreta) e o sentimento de comunidade nacional (dimensão abstracta).

Para tal, foi utilizada uma abordagem multimétodo, tendo sido aplicada a Escala Breve de Sentimento de Comunidade (Peterson, Speer & McMillan, 2008) (componente quantitativa) a uma amostra de 60 jovens e realizados um grupo de discussão focalizada e quatro entrevistas individuais (componente qualitativa). Os factores de inclusão de participantes para as abordagens metodológicas foram: nascimento num país dos PALOP e ter entre 18 e 24 anos no momento de recolha de dados.

Relativamente à Escala Breve de Sentimento de Comunidade, os dados apontam para um sentimento de comunidade mediano ($M= 2.77$).

No que concerne à análise do grupo de discussão focalizada e das entrevistas individuais, os resultados foram apresentados em cinco temas centrais nos discursos dos jovens: participação comunitária, satisfação de necessidades, relação com a comunidade, relação com Portugal e dificuldades aquando da chegada, sendo cada tema constituído por sub-temas.

Em conjunto, as duas componentes do estudo permitem-nos compreender melhor a relação entre sentimento de comunidade e participação cívica de jovens imigrantes.

Os discursos dos participantes vão ao encontro da literatura existente sobre a relação entre participação cívica e sentimento de comunidade. O estudo constitui um contributo para a

¹ PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa. Referência aos cinco países africanos que foram colónias portuguesas: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe.

investigação nesta área temática, mais concretamente pelo facto de ter como participantes de todos os países dos PALOP e não apenas participantes de alguns destes países, e ajudar a compreender melhor o fenómeno interrelacional entre a participação cívica e o sentimento de comunidade (tanto a nível local como nacional).

No âmbito do enquadramento teórico, é feita a revisão da literatura existente em relação aos imigrantes dos PALOP a residir em Portugal, a participação cívica dos jovens, a participação cívica de jovens imigrantes, a teoria de sentimento de comunidade de McMillan e Chavis (1986) e McMillan (1996), e, por último, sobre a relação entre sentimento de comunidade e participação. São apresentados estudos empíricos nas seguintes áreas: sentimento de comunidade e participação cívica, sentimento de comunidade e participação cívica de jovens, participação cívica de jovens imigrantes angolanos e brasileiros.

Segue-se a parte metodológica do estudo, em que são fundamentadas as opções metodológicas que visam alcançar os objectivos do estudo, os instrumentos utilizados, o processo de recolha de dados, o processo de selecção de participantes para o grupo de discussão focalizada e para as entrevistas individuais. É feita a descrição da amostra de participantes que responderam à Escala Breve de Sentimento de Comunidade, bem como dos participantes que integraram o grupo de discussão focalizada e responderam às entrevistas individuais. Apresenta-se depois o segmento em que é explicada a análise feita aos dados quantitativos e aos dados qualitativos.

São apresentados os resultados obtidos tanto para a Escala Breve de Sentimento de Comunidade como para os grupos de discussão focalizada e entrevistas individuais.

Após a apresentação dos resultados, é feita a discussão dos mesmos.

Por último, encontra-se a discussão final e conclusões da dissertação, integrando reflexões decorrentes do processo de investigação e também as limitações do estudo.

1. Enquadramento Teórico

1.1. Imigrantes dos PALOP a Residir em Portugal

Embora Portugal continue a ser um país de emigração por tradição, nas últimas duas décadas tem vindo a assistir-se a um aumento do fluxo imigratório (Ferreira, 2006), sobretudo dos países de expressão portuguesa (Baganha, 2009). Devido à Revolução de 1974 e à consequente independência das ex-colónias africanas, nos anos 80 assistiu-se a um aumento exponencial do número de estrangeiros a residir em Portugal (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, 2012), e nos anos 90 houve um grande aumento na imigração de pessoas oriundas dos PALOP (Ferreira, 2006). Desde então, o nível de imigração tem vindo a aumentar progressivamente até à actualidade (Costa, 2004).

Após a Segunda Guerra Mundial, foram adoptadas políticas imigratórias, com base na percepção das migrações como fenómenos transitórios. Visando a reconstrução pós-guerra da Europa, foi contratada mão-de-obra estrangeira, assente na ideia de que os imigrantes regressariam aos seus países de origem após o término dos seus contratos laborais. Os próprios imigrantes viam a migração como uma oportunidade de melhorar a sua situação económica e posteriormente regressar ao seu país de origem. Foi quando os trabalhadores estrangeiros se instalaram permanentemente no país de acolhimento que a questão central deixou de ser a política de imigração, passando a ser o acesso à cidadania (Jacobson, 1996; cit. por Costa, 2004). Neste sentido, passou a dar-se mais relevância às questões referentes à participação dos imigrantes no país de acolhimento (Costa, 2004).

Na sua maioria, os imigrantes dos PALOP permanecem em Portugal com o objectivo de estudar e assim educar os membros da elite, dado que os novos Estados não possuem um sistema educativo completamente desenvolvido, a língua oficial é a mesma e Portugal é o centro do sistema migratório dos países lusófonos (Baganha, 2009).

De acordo com as estatísticas oficiais, no final de 2011 havia 436.822 cidadãos estrangeiros a residir em Portugal, sendo 47.9% oriundos de países de língua portuguesa, traduzindo-se em 25.5% brasileiros, 10.1% cabo-verdianos, 4.9% angolanos e 4.2% guineenses. Assim, três dos cinco países dos PALOP correspondem aos países com uma população imigrante mais significativa a residir em Portugal.

Relativamente à distribuição de imigrantes pelo país, Lisboa é o distrito que condensa um maior número de estrangeiros, contando com 181.901, aquando da data de fecho da recolha de dados para o último relatório estatístico (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, 2012).

1.2. Participação Cívica dos Jovens

A manutenção da democracia depende dos cidadãos (Sherrod, Flanagan & Youniss, 2002), visto serem estes que mantêm o Governo, mas depende também de outros factores, nomeadamente uma ética de participação cívica, confiança nos outros cidadãos e o respeito por opiniões em dissonância com a do indivíduo (Sullivan & Transue, 1999, cit. por Flanagan & Bundick, 2011), o que, em jovens adultos, promove a capacidade reflexiva que deriva do desafio inerente ao debate de ideias contrastantes entre si (Fisher, Yan & Stewart, 2003, cit. por Flanagan & Bundick, 2011). Deste modo, é evidente que a democracia não subsiste sem a participação dos cidadãos (Galston, 2001; Rahn, 1997, cit. por Sherrod, Flanagan & Youniss, 2002).

Inicialmente, importa perceber-se as diferenças entre participação cívica e participação política. A participação cívica engloba comportamentos como voluntariado, organização de eventos culturais, mobilização para defesa de uma determinada área, ou para a fomentação da qualidade dos serviços (Mannarini & Fedi, 2009), bem como interações com organismos locais, estatais ou nacionais. A participação cívica é uma manifestação observável de existência de capital social, que, por sua vez, é a disposição para estabelecer e manter redes sociais. Deste modo, as comunidades que possuem um elevado índice de capital social possuem também um elevado índice de participação cívica (Grillo, Teixeira & Wilson, 2010). Quanto à participação política, envolve comportamentos como o voto, apoio a campanhas eleitorais, assinar petições, entre outros (Mannarini & Fedi, 2009).

As motivações, competências cívicas e práticas dos jovens adultos resultam, em certa medida, das experiências de participação durante a infância e a adolescência. Por sua vez, os comportamentos de cidadania manifestados durante a juventude são preditores dos comportamentos tidos em fases posteriores do ciclo de vida. Por seu turno, o início da idade adulta é um período fundamental na cristalização de valores cívicos e políticos que permanecem ao longo da vida (Flanagan & Levine, 2010).

Segundo Watts & Flanagan (2007), o sentimento de agência, aqui entendido como eficácia pessoal, colectiva ou política, e empoderamento é um dos elementos moderadores na relação entre a análise social (ou visão do mundo) e o envolvimento social, nomeadamente ao nível do compromisso e dos comportamentos cívicos. A eficácia colectiva reflecte fé nos outros, a crença de que os membros do grupo partilham um compromisso relativamente a um propósito comum. Quando as pessoas se identificam com o grupo, estão mais predispostas a concretizar os seus objectivos pessoais, de modo a melhorar a eficácia do grupo (Brewer & Gardener, 1996, cit. por Watts & Flanagan, 2007).

As estruturas das oportunidades de envolvimento social constituem o segundo moderador mencionado pelos autores. O potencial de um jovem se envolver em assuntos sociais é fortemente influenciado pelo leque de oportunidades desejáveis e significativas de que dispõe para actuar na sua comunidade (Keeter, Zukin, Andolina & Jenkins, 2002, cit. por Watts & Flanagan, 2007).

Quanto aos contextos potenciadores do envolvimento juvenil em assuntos cívicos, podem ser enumerados os seguintes: frequência de instituições religiosas (Stepick & Stepick, 2002), escolas, ambientes de trabalho e organizações comunitárias, em que os jovens tenham a possibilidade de se consciencializar acerca dos problemas existentes e de como podem superá-los (Flanagan & Levine, 2010).

Considerando que o bem-estar individual depende de uma integração comunitária plena, as oportunidades de participação positiva e a quantidade de poder que se possui na comunidade a que se pertence são elementos fundamentais na compreensão destes fenómenos (Dinham, 2000; Garcia-Ramirez, 2008; Prilleltensky, 2008, cit. por Ferreira, Coimbra & Menezes, 2012).

Os estudos demonstram que existe uma forte correlação entre o nível de satisfação com os recursos sociais do contexto em que se reside e a motivação que os indivíduos têm para se envolverem em causas cívicas. Tal significa que existe uma maior probabilidade de participação cívica quando as pessoas estão satisfeitas com a sua comunidade, pois sentem que vale a pena investir numa comunidade que lhes traz benefícios e que lhes disponibiliza os recursos necessários à satisfação das suas necessidades (e.g. emprego; assistência médica), o que, por sua vez, faz com que se sintam vinculadas à mesma (Grillo, Teixeira & Wilson, 2010), isto é, verifica-se o desenvolvimento e manutenção do sentimento de comunidade. Todavia, as oportunidades de participação cívica envolvem mais do que os contextos e os papéis desempenhados, implicando também a existência de pessoas que possam recrutar e acompanhar aqueles que de outra forma não se envolveriam em causas. Ainda segundo os mesmos autores, as instituições (e.g. escola; polícia) medeiam a relação entre os indivíduos e o Estado, podendo ser empoderadoras para uns e promotoras de marginalização para outros indivíduos.

Flanagan e Levine (2010) realizaram um estudo que contribui para a compreensão das dimensões temporal e contextual da participação cívica ao longo do ciclo de vida. O artigo integra o fenómeno da participação cívica dos jovens de gerações anteriores e os jovens da actualidade, e a participação cívica de jovens imigrantes. Posteriormente, os autores abordam a influência que as dimensões social, racial e étnica exercem na participação cívica. Podem evidenciar-se como resultados mais pertinentes para a presente dissertação os que se apresentam de seguida. O facto de a participação cívica ser fundamental para o exercício da democracia e para o desenvolvimento

peçoal e identitário dos jovens, com benefícios ao nível da satisfação da necessidade de pertença e a percepção de que existem ganhos colectivos que vão além dos benefícios individuais. Independentemente da tipologia de envolvimento cívico (e.g. voluntariado; integração em processos de tomada de decisão em organizações de base comunitária para ultrapassar um problema local), pode identificar-se um vasto leque de benefícios, nomeadamente o desenvolvimento de capital social e oportunidades de ocupação útil e proveitosa dos tempos livres.

No que concerne às oportunidades de participação, Flanagan e Levine (2010) concluem que estas não são distribuídas de forma equilibrada, apresentando desproporções decorrentes dos diferentes estatutos socioeconómicos, raças e etnias. Por exemplo, existem menos oportunidades de participação cívica para os jovens que não frequentam o ensino superior do que para os que frequentam. Aos que pertencem ao primeiro grupo, restam-lhes poucas opções, como pertencer a sindicatos, que promovem o voto e as competências de liderança e a instituições religiosas. Os jovens que pertencem ao segundo grupo têm a oportunidade cívica associada à frequência de uma universidade, das disciplinas e actividades extracurriculares disponíveis, bem com um conjunto mais vasto de instituições às quais podem afiliar-se em função das que melhor se ajustem a si e às suas necessidades.

Assim, a organização comunitária e o activismo têm particular adesão junto dos jovens de comunidades marginalizadas, visando fazer face aos problemas que afectam as suas comunidades, como projectos de desenvolvimento comunitário que promovem a integração de jovens marginalizados pela comunidade, a reforma do ensino público, entre outros. O activismo juvenil contribui para o empoderamento dos jovens que nele participam, pelo facto de os jovens serem intervenientes activamente envolvidos em todas as fases dos projectos que pretendem concretizar, desde o planeamento, passando pela definição do(s) objectivo(s) e terminando na prossecução dos mesmos. Este tipo de movimento constitui uma alternativa de desenvolvimento político para os jovens que apresentam necessidades e interesses, não raras vezes, postos à margem pelas organizações juvenis tradicionais (Hart & Kirshner, 2009, cit. por Flanagan & Levine, 2010).

Este modelo tem a sua génese na organização comunitária, pelo facto de, perante a análise crítica das esferas social, política e económica e a preocupação em relação a dada problemática, os cidadãos se organizarem em função da resolução dos problemas que os afectam e assim concretizar formas de acção colectiva, de forma a melhorar as suas condições de vida (Flanagan & Levine, 2010).

Paradoxalmente, por vezes, os jovens são excluídos dos assuntos e resolução dos problemas da comunidade e, ainda assim, é expectável que sejam responsáveis, respeitadores e que cuidem da comunidade. Além disso, não raras vezes, é aos jovens de famílias privilegiadas que é possibilitado envolverem-se nos assuntos da comunidade, pondo de parte os jovens que poderiam tirar maior proveito de experienciar sentimento de comunidade e da percepção de existência de um propósito (Evans, 2007).

De acordo com Flanagan, Martinez, Cumsille & Ngomane (2011), as organizações cívicas são espaços onde os jovens podem desafiar o status quo, participar civicamente e adquirir competências democráticas. Há autores que defendem que a maior parte dos programas juvenis implementados para promover o desenvolvimento cívico dos jovens tem uma função didáctica, uma abordagem centrada no indivíduo. Estes programas focam-se nas capacidades cognitivas e sociais, em detrimento da fomentação da compreensão das condições políticas subjacentes à exclusão, pobreza e discriminação. São poucos os programas que desafiam o status quo ou que visam combater a injustiça social (Lerner & Benson, 2003; Catalano et al. 2002, cit. por Evans & Prilleltensky, 2007).

Uma das áreas de intervenção da Psicologia Comunitária diz respeito ao desenvolvimento dos contextos e das comunidades nas quais os indivíduos estão integrados e com os quais estabelecem relações de interdependência e trocas de recursos. Como tal, é dado especial enfoque à prevenção de problemáticas e à promoção de contextos que possibilitem uma vida saudável, valorizando-se a participação dos diferentes actores sociais nas mudanças que a si dizem respeito (Ornelas, 2008). Neste sentido, os jovens constituem um grupo de extrema relevância no âmbito desta disciplina científica, pelos desafios inerentes à fase do ciclo de vida que estão a vivenciar e pelo facto de a sua participação cívica estar situada temporal e espacialmente nos contextos sociocomunitários. Como tal, compreender a participação requer a contextualização social da comunidade em que a mesma decorre (Perkins, Florin, Rich, Wandersman & Chavis, 1990).

Nas últimas duas décadas assistiu-se a uma mudança paradigmática no que concerne à teoria de desenvolvimento dos jovens, deixando-se para trás o preconceito e as baixas expectativas que se tinha em relação aos jovens e se passasse a percepcioná-los como uma fonte de capacidades e talentos intrínsecos, considerando-se o seu potencial e não os seus deficits (Benson et al., 2006; Damon, 2004). Em suma, importa aqui salientar que se deve considerar os jovens um recurso comunitário e direccionar o enfoque para o estabelecimento de oportunidades de participação cívica (Watts & Flanagan, 2007).

Também um dos pressupostos da Psicologia Comunitária é a relevância de se perspectivar as mais-valias e capacidades individuais (Ornelas, 2008), o que possibilita estabelecer uma forte

ligação entre a teoria do desenvolvimento positivo dos jovens e a Psicologia Comunitária e entender estas temáticas à luz dos pressupostos desta área disciplinar e dos estudos daí resultantes. Como defende Ornelas (2008), a diversidade humana torna as comunidades mais ricas e fortes do ponto de vista da sua capacitação para a acção colectiva em benefício da sua comunidade.

Capacitar os jovens e criar oportunidades em que os jovens possam colaborar com os adultos de modo a combater as condições adversas apresenta múltiplas mais-valias. Se tal ocorrer, verifica-se a promoção de resiliência e a promoção de desenvolvimento humano e comunitário decorrentes das competências adquiridas pelos jovens e de oportunidades para pô-las em prática no combate à injustiça social. A acção social permite que os jovens adquiram competências, um sentimento de pertença e uma compreensão mais profunda de si e da realidade social. Os jovens estão mais predispostos para actuar à medida que desenvolvem competências interpessoais e consciência política. Consequentemente, os jovens, enquanto agentes de mudança, envolvem-se e contribuem para o desenvolvimento de comunidades justas (Evans & Prilleltensky, 2007).

Actualmente, os teóricos do desenvolvimento positivo dos jovens reforçam e alertam para o facto de os jovens terem um contributo válido a oferecer às suas comunidades e à sociedade em geral. Se lhes forem disponibilizadas as oportunidades necessárias para participar, poderemos assistir a contributos muito ricos e benéficos para todos nós. Devemos ter os jovens como parceiros e como elementos-chave em processos de mudança e desenvolvimento comunitário. Ao promovermos condições que façam com que os jovens se sintam importantes para a comunidade e que têm um papel relevante na mesma, será possível beneficiar dos seus mais diversos talentos e aptidões. Isto porque quando os jovens percebem que existe uma relação de interdependência entre si e o ambiente circundante, sentem a abertura necessária para participar nos processos que ocorrem no seio das suas comunidades (Damon, 2004). Comunidades saudáveis implicam pessoas saudáveis, jovens saudáveis com uma auto-estima elevada, sentido crítico sobre os problemas que os rodeiam, uma identidade cívica, capacitados para resolver os seus problemas em conjunto com os seus pares e familiares de uma forma funcional (Benson et al., 2006). Os estudos de Damon e Benson e colegas possibilitam compreender a integração de alguns dos pressupostos da Psicologia Comunitária na teoria do desenvolvimento positivo dos jovens, nomeadamente o bem-estar, o empoderamento e a participação cívica, interligados entre si.

Tendo em conta que o que torna uma comunidade forte é a existência de pessoas que se sentem ligadas entre si, responsáveis, com suporte social e com algum grau de influência, impõe-

se tomar medidas para a criação de contextos em parceria com e para os jovens, que promovam o desenvolvimento destas características (Evans, 2007).

De acordo com o estudo de Flanagan e Bundick (2011), a participação cívica tem vários benefícios para o indivíduo. Existe uma correlação positiva entre voluntariado e bem-estar subjectivo, contudo não se sabe se os indivíduos mais felizes e satisfeitos com a vida têm uma maior probabilidade de ser voluntariar para alguma actividade, ou se o bem-estar advém da sua participação. Sabe-se, no entanto, que os voluntários revelam índices mais elevados de emoções positivas e competências sociais, como a predisposição para a extroversão, abertura e amabilidade para com os outros (Matsuba, Hart & Atkins, 2007).

Além disso, as actividades de voluntariado geralmente são desenvolvidas por jovens provenientes de diferentes contextos e com experiências de vida distintas, tornando o grupo heterogéneo, o que enriquece a experiência participativa e aumenta o conhecimento dos jovens sobre pessoas de outros grupos da sociedade (e.g. idosos; sem-abrigo), com as quais dificilmente iriam interagir no seu quotidiano, e isso permite-lhes começar a perspectivar as questões políticas a partir do ponto de vista dos outros. Em contrapartida, nas actividades de ocupação dos tempos livres, os jovens desenvolvem actividades do seu interesse em conjunto com pessoas com as quais se identificam, sendo, assim, um grupo homogéneo e isento, ou quase isento, de pontos de vista diferentes, pois pertencem todos a contextos semelhantes e possuem experiências de vida similares (Flanagan, Gill & Gallay, 2005, cit. por Flanagan, Martinez, Cumsille & Ngomane, 2011). Contudo, o desenvolvimento cívico e a aceitação das diferenças não decorre apenas através do contacto com a diversidade humana e com opiniões divergentes das suas, é imperativo que os jovens desenvolvam competências dialógicas que lhes permitam ultrapassar as diferenças entre o endogrupo e o exogrupo, os estereótipos e alcançar a compreensão das relações intergrupais (Sorensen, Nagda, Gurin & Maxwell, 2009, cit. por Flanagan, Martinez, Cumsille & Ngomane, 2011).

Relativamente aos factores que podem levar os jovens a participar, Sherrod, Flanagan e Youniss (2002), destacam os seguintes: satisfação por ajudar os outros e contribuir para o bem-estar geral, aumento da percepção de eficácia colectiva e o impacto resultante do envolvimento, e contribuir para um sistema partilhado de valores no país, para que se sintam integrados na sociedade, ao invés de deslocados.

1.3. Participação Cívica dos Jovens Imigrantes

De acordo com Costa (2004, p.85), “a participação dos imigrantes na sociedade de acolhimento é um dos instrumentos essenciais para permitir a sua integração social.”

As oportunidades de participação cívica dos imigrantes dependem das associações a que estes pertencem e vêem a sua acção condicionada pela estrutura política do país onde estão localizadas e das oportunidades daí resultantes. Por outras palavras, quão permeável o Estado é para se adaptar às exigências feitas por grupos de pessoas que estão à margem do sistema político (Sardinha, 2007). Como a participação nas organizações de base comunitária não está sujeita às mesmas restrições legais que a participação política, estes contextos costumam estar mais abertos à recepção de membros de origem imigrante ou pertencentes a minorias étnicas (Zani & Barrett, 2012). Sardinha (2007) acrescenta que, em países em que os imigrantes são vistos como estando de passagem, a residir provisoriamente no país, a aceitação do associativismo imigrante é quase nula. Por outro lado, em países em que os imigrantes são bem-vindos e percebidos como novos cidadãos, o associativismo imigrante é bem aceite e até fomentado, uma vez que constitui um bom mecanismo de integração de imigrantes no país de acolhimento. As associações de imigrantes permitem dar visibilidade aos problemas dos imigrantes e a sua inclusão na esfera política para que se ze pelo cumprimento dos direitos dos mesmos.

Segundo Zani e Barrett (2012), por vezes, os imigrantes não têm oportunidades reais para ter uma participação cívica no país de acolhimento, devido a factores institucionais e contextuais.

Lopez e Marcelo (2008) defendem que os jovens imigrantes apresentam menores índices de participação cívica (e.g. voluntariado) em comparação com os jovens nacionais e que as variáveis sociodemográficas contribuem para este fenómeno. A participação cívica está positivamente correlacionada com o estatuto socioeconómico e com a educação (DeSipio, 1996; Leighley & Nagler, 1992; Verba et al., 1995, cit. por Lopez & Marcelo, 2008). As oportunidades de participação cívica são fortemente influenciadas pelo factor socioeconómico (Hart, Atkins & Ford, 1998, cit. por Sherrod, Flanagan & Youniss, 2002). Relativamente à educação, os jovens que frequentam o ensino superior estão mais envolvidos em questões cívicas do que os jovens com um grau de escolaridade inferior (Lopez & Elrod, 2006). O rendimento do agregado familiar também está correlacionado com a participação cívica dos jovens imigrantes, mas de uma forma menos acentuada do que a escolaridade (Verba et al., 1995, cit. por Lopez & Elrod, 2006).

A identificação com o país de acolhimento é outro factor que exerce influência na participação cívica dos jovens imigrantes. O facto de os jovens manterem múltiplas e complexas identidades, identificando-se umas vezes com a cultura do seu país de origem e outras vezes com o país de acolhimento, implica darem saliência a uma ou outra identidade em função da situação com a qual se deparam. A identidade étnica influencia a participação cívica, na medida em que os imigrantes percebidos como diferentes e alvo de discriminação apresentam uma maior probabilidade de exhibir comportamentos de participação cívica como uma forma de manifestação

política étnica, havendo, assim, uma maior propensão para o posterior desenvolvimento de múltiplas formas de participação cívica, nacional ou transnacional, que advêm da sua maior ou menor vinculação com o país de origem (Stepick & Stepick, 2002).

No que concerne à realidade portuguesa, e de acordo com o resultado de alguns casos estudados, os grupos de imigrantes mais activos são os cabo-verdianos e os guineenses, visto serem os grupos que têm constituído um maior número de associações e darem maior relevo à reivindicação política (Teixeira & Albuquerque, 2005).

Relativamente à participação cívica e ao associativismo de descendentes de imigrantes, tais fenómenos são fortemente influenciados pelos problemas que os jovens vivenciam nos bairros onde residem e pelos desafios que os jovens de origem africana muitas vezes encontram no seu quotidiano. Assim, os frutos do seu activismo beneficiam não só as pessoas residentes num bairro específico, mas também um grupo mais alargado de pessoas, havendo uma convergência entre interesses individuais e interesses colectivos (Albuquerque, 2010).

1.4. Teoria de Sentimento de Comunidade de McMillan e Chavis (1986) e McMillan (1996)

O estudo académico do sentimento de comunidade foi iniciado por Sarason em 1974, que o definiu como a percepção de familiaridade com os outros membros do grupo, o reconhecimento de interdependência de outrem, o desejo de manter a relação de interdependência concedendo, ou não, aos outros o que estes esperam de si, e o sentimento de que pertence a uma estrutura mais ampla, estável e da qual se pode depender. Sarason (1974, p.1) apresentou a seguinte descrição de sentimento de comunidade: “o sentimento de que somos parte de uma rede de relacionamentos de suporte mútuo, sempre disponível e da qual podemos depender”. O autor mencionou também que possuir um sentimento de comunidade previne o sentimento de solidão e de estilos de vida destrutivos, do ponto de vista emocional.

McMillan e Chavis deram um contributo significativo para a compreensão, desenvolvimento teórico e medição do sentimento de comunidade, integrando as ideias propostas por Sarason em 1974 (Amaro, 2007) e por McMillan em 1976 (McMillan & Chavis, 1986). De acordo com Amaro (2007, p.26), “a definição e composição do sentimento psicológico de comunidade proposta por McMillan e Chavis (1986) capta a essência do constructo tal como originalmente proposto por Sarason (1974)” e alicerça-se em conceitos relacionados com a investigação comunitária. O facto de os autores se basearem nas ideias de Sarason sobre o sentimento de comunidade e ramificarem-no em quatro elementos originou uma teoria congruente com as ideias propostas por Sarason para este constructo (Amaro, 2007). Foram múltiplos os estudos qualitativos a dar

suporte à teoria de McMillan e Chavis, sendo que em dois estudos os quatro elementos elaborados pelos autores emergiram de forma espontânea (Brodksy, 1996: Brodksy & Marx, 2001, cit. por Amaro, 2007) e em outros dois estudos, inclusive o de Sonn & Fisher (1996) sobre comunidades imigrantes, verificou-se a emergência de três dos quatro elementos (Plas & Lewis, 1996, cit. por Amaro, 2007).

A teoria desenvolvida pelos autores adapta-se tanto a comunidades geográficas, em que as pessoas estão unidas por um local, como a comunidades relacionais, em que as pessoas estão unidas por interesses comuns, como a profissão ou a religião, sendo também possível a operacionalização do constructo em diferentes contextos, visto as duas tipologias de comunidade terem em comum o facto de serem constituídas por indivíduos, instituições, recursos e meios necessários para a sua divulgação e histórias distintas (Amaro, 2007).

Ao longo do tempo assistiu-se a propostas de modelos de sentimento de comunidade que diferem subtilmente do de McMillan e Chavis, no entanto, considerando a forte sustentação teórica e a evidência empírica do modelo dos autores supracitados, qualquer alteração ao mesmo deve ser devidamente fundamentada (Amaro, 2007).

Dez anos após a teorização de McMillan e Chavis, McMillan foi convidado a escrever um artigo sobre o sentimento de comunidade para assinalar o décimo aniversário do artigo escrito em colaboração com Chavis em 1986. No seu artigo de 1996, McMillan dá continuidade à teoria anterior, mas reorganiza e renomeia os elementos, definindo o sentimento de comunidade como “o *espírito* de permanecer junto, o sentimento de que existe uma estrutura de autoridade na qual se pode *confiar*, uma consciência de *troca*, e um benefício mútuo que resulta de se estar junto, e o espírito que resulta de experiências partilhadas e que são mantidas como *arte*” (p.315, itálico do autor). McMillan sublinha em itálico os elementos que propõe como substitutos dos empregues por si e Chavis em 1986.

Seguidamente são descritos e caracterizados os elementos constituintes da teoria de McMillan e Chavis, integrando as ligeiras alterações que McMillan propôs à teoria precedente.

Pertença

A pertença é o sentimento de investimento individual para se tornar um membro, sentindo, por isso, o direito de pertencer ao grupo devido ao seu estatuto de membro (Arosen & Mills, 1959; Buss & Portnoy, 1967, cit. por McMillan & Chavis, 1986; McMillan, 1996). Corresponde ao sentimento de fazer parte, de pertencer a algo (Backman & Secord, 1959, cit. por McMillan & Chavis, 1986). Há indivíduos que pertencem e também indivíduos que não pertencem ao grupo, o que implica o estabelecimento de limites que assegurem a segurança emocional necessária à exposição de sentimentos e necessidades e ao desenvolvimento e protecção da intimidade entre

os membros do grupo (Bean, 1971; Ehrlich & Graeven, 1971; Wood, 1971, cit. por McMillan & Chavis, 1986; McMillan, 1996).

O sentimento de pertença e a identificação com o grupo implicam o sentimento, a crença e a expectativa de que o indivíduo se adapta ao grupo e há um espaço para si no seio do mesmo, o sentimento e aceitação por parte do grupo e o desejo de se sujeitar a riscos em prol do mesmo. A pertença ao grupo passa a incorporar a identidade do indivíduo. McMillan (1996) acrescenta que o indivíduo tem esperança de vir a pertencer ao grupo, caso se sinta bem-vindo e acredite no mesmo, elementos que fazem com que se sinta uma forte atracção pela comunidade. Por sua vez, cabe à comunidade aceitar o indivíduo como membro, e é essa mesma aceitação que cria uma vinculação com os seus membros. Assim, a aceitação por parte da comunidade gera atracção pela mesma.

O investimento pessoal contribui para que se sinta parte do grupo e para o sentimento de comunidade. O investimento que o indivíduo despensa tem um papel fulcral no desenvolvimento de uma ligação emocional com o grupo (McMillan & Chavis, 1986) e aumenta a aceitação por parte do grupo (Rugel, 1987, cit. por McMillan, 1996).

Por último, o sistema comum de símbolos cumpre diversas funções relevantes na criação e manutenção do sentimento de comunidade, sendo uma das quais manter os limites grupais. Para que se compreenda uma comunidade é fundamental compreender o sistema comum de símbolos existente na mesma.

Em suma, as características da pertença são os limites, a segurança emocional, o sentimento de pertença e identificação, o investimento pessoal e o sistema partilhado de símbolos. Todas estas características contribuem para a diferenciação de quem é membro da comunidade e de quem não é.

McMillan (1996) propõe que o conceito de pertença seja substituído pelo de espírito, uma vez que é o aspecto que define a pertença à comunidade. O autor ressalva que os limites permanecem como elemento diferenciador entre membros e não-membros da comunidade e que promovem a segurança emocional; todavia, dá maior saliência à relação de amizade que conduz ao espírito de sentimento de comunidade. Os seres humanos necessitam criar vínculos uns com os outros para que possam expressar traços únicos da sua personalidade.

Influência

A influência é um conceito bidireccional, implicando que, para que se sinta atraído pelo grupo, o indivíduo exerça influência sobre os restantes membros do grupo (Peterson & Martens, 1972; Solomon, 1960; Zander & Cohen, 1955, cit. por McMillan & Chavis, 1986) e que, por outro lado, a coesão grupal esteja dependente da capacidade de o grupo influenciar os seus membros para a

conformidade (Kelley & Volkart, 1952; Kelley & Woodruff, 1956, cit. por McMillan & Chavis, 1986).

Esta dimensão assenta nos seguintes pressupostos: 1) os indivíduos sentem-se mais atraídos por comunidades em que sintam que podem exercer influência; 2) existe uma relação significativamente positiva entre a coesão e a pressão que a comunidade exerce sobre os seus membros para que se alcance a conformidade, sendo que a conformidade e a influência da comunidade sobre os seus membros revelam a existência de uma forte ligação; 3) a pressão para a conformidade e uniformidade provêm da necessidade por parte do indivíduo e por parte da comunidade de obter a validação consensual - a conformidade, como tendência de os membros do mesmo grupo pensarem de forma semelhante - tem o papel de aumentar a proximidade e é um indicador da coesão grupal; 4) a influência individual sobre a comunidade e a influência da comunidade sobre um membro actuam de forma concorrente (McMillan & Chavis, 1986).

A existência de influência pressupõe a existência de confiança, que se desenvolve através do exercício de poder. Para que o espírito de comunidade vá além da fase inicial, a comunidade deve resolver os problemas que resultam da distribuição de poder (McMillan, 1996).

Integração e satisfação de necessidades

Quando a pertença a um grupo permite a satisfação das necessidades individuais, isto é, existem recompensas associadas à pertença grupal, tal constitui um factor motivante, reforçando a proximidade entre os membros. Existem vários factores que podem reforçar a pertença do indivíduo à comunidade, nomeadamente o estatuto de membro (Kelley, 1951; Zander & Cohen, 1955, cit. por McMillan & Chavis, 1986) e a competência (Hester, Roback, Weitz, Anchor & McKee, 1976; Zander & Havelin, 1960, cit. por McMillan & Chavis, 1986). As pessoas agem de acordo com as necessidades que carecem supressão.

O conceito *valores partilhados* auxilia-nos na compreensão da forma como as pessoas priorizam as suas necessidades menos imediatas, após terem satisfeito as suas necessidades básicas. Os valores pessoais são adquiridos através da socialização e orientam as nossas necessidades intelectuais e emocionais, bem como a ordem pela qual as satisfazemos. Havendo partilha de valores entre um grupo de pessoas, as mesmas percebem que têm necessidades, prioridades e objectivos semelhantes, o que promove a crença de que juntos aumentam a sua capacidade de satisfação das suas necessidades podendo, assim, obter o reforço pretendido. Em grupos com sentimento de comunidade, os membros procuram satisfazer as necessidades dos outros enquanto satisfazem as suas próprias necessidades. Existe uma integração das necessidades individuais e grupais (McMillan & Chavis, 1986).

Havendo um espírito de comunidade e uma autoridade confiável, começa a desenvolver-se uma economia, no sentido de os membros descobrirem formas de ter benefícios individuais e grupais decorrentes da sua pertença ao grupo. Tal deve-se ao facto de as pessoas se manterem juntas porque retiram benefícios dessa relação. A força de uma comunidade varia em função das trocas que os seus membros estabelecem entre si e da continuidade que se dá ao processo de integração e satisfação de necessidades, estando esta dependente da existência de necessidades e recursos diferentes no grupo (McMillan, 1996).

Ligações emocionais partilhadas

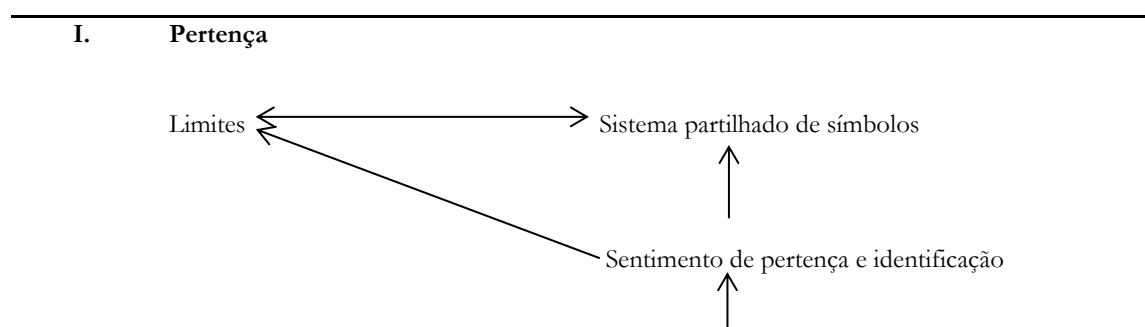
As ligações emocionais partilhadas baseiam-se, parcialmente, numa história partilhada, que os membros podem não ter vivenciado mas com a qual se identificam. Baseiam-se também nos seguintes aspectos: interacção de qualidade e em quantidade, desfecho positivo dos acontecimentos, vivências partilhadas dos acontecimentos, oportunidades para investir na comunidade, reconhecimento e valorização da participação dos membros e, finalmente, ligação espiritual aos restantes membros da comunidade (McMillan e Chavis, 1986).

McMillan (1996) renomeou este elemento como arte, como o elemento que sustenta o espírito de comunidade, estando subjacente o princípio de que todos os elementos da comunidade estão ligados entre si através de um ciclo que engloba todos os elementos e que é mantido através da relação entre os mesmos. Com as estruturas de autoridade adequadas, o espírito potencia a confiança que, por sua vez, é a base da origem do sistema de trocas – economia – da comunidade. Todos estes elementos, combinados entre si, dão origem a uma história partilhada que se torna a história da comunidade simbolizada pela “arte”.

Sonn (2002) considera o modelo de McMillan e Chavis (1986) contextual, cujas dimensões reflectem transacções entre as pessoas e o ambiente circundante.

A tabela 1 foi adaptada de McMillan e Chavis (1986) e apresenta, de forma sintética, as dimensões e sub-dimensões nas quais o seu modelo de sentimento de comunidade assenta e relações hipotéticas entre as mesmas.

Tabela 1 – Elementos do Sentimento de Comunidade e Relações Hipotéticas



II. Influência

- a) Abertura do membro à influência por parte dos outros membros \longleftrightarrow Poder do membro para influenciar a comunidade
- b) Necessidade do membro de validação consensual x Necessidade da comunidade para a conformidade = Poder da comunidade para influenciar os membros (normas da comunidade)

III. Integração e Satisfação de Necessidades

- a) Em que medida a comunidade facilita o ajustamento pessoa – ambiente (supressão de necessidades) entre os membros, os membros irão desenvolver o sentimento de comunidade

IV. Ligações Emocionais Partilhadas

- a) Fórmula 1: Ligações emocionais partilhadas = contacto + interacção de elevada qualidade
- b) Fórmula 2: Interação de elevada qualidade = (acontecimentos com desfecho positivo – ambiguidade) x (valência do evento x partilha do evento) + ocorrência de reconhecimento dado aos membros – ocorrência de humilhação

Adaptado de “Sense of community: A definition and theory” de McMillan & Chavis, 1986,

Journal of Community Psychology, 14(1), p. 15

1.5. Sentimento de Comunidade e Participação Cívica: Que Relação?

“A importância do sentimento de comunidade vem das suas implicações para o planeamento e a intervenção social” (Mannarini & Fedi, 2009, p. 213). A implementação de boas medidas de sentimento de comunidade permite-nos avaliar até que ponto as pessoas se sentem ligadas entre si e capazes de exercer influência através da acção colectiva, visando a satisfação das suas necessidades (Amaro, 2007). Sarason (1974) defendia que é a necessidade de possuir um sentimento de comunidade que impele os indivíduos a exercer práticas de participação comunitária.

O sentimento de comunidades está positivamente correlacionado com a participação cívica (Amaro, 2007) e política (Chavis & Wandersman, 1990). Embora os índices de sentimento de comunidade estejam interligados com os índices de participação, a direcção da relação é pouco nítida e é influenciada pelo tipo de participação que tem lugar, variando em função das actividades, objectivos e esforços requeridos. Contudo, na sua meta-análise sobre a literatura relativa ao sentimento de comunidade, Talò, Mannarini & Rochira (2013), referem que a maioria dos estudos empíricos tem revelado que a participação é uma variável que depende do sentimento de comunidade. Por outro lado, as abordagens teóricas assumem a existência de uma relação circular entre o sentimento de comunidade e a participação, sendo que o sentimento de

comunidade fomenta a participação activa dos cidadãos que, por sua vez, fomenta o sentimento de comunidade. Não existe uma padronização das medidas utilizadas nos estudos empíricos e esta heterogeneidade dificulta perceber a consistência da relação entre os dois constructos em diferentes contextos, comportamentos de participação e populações.

A participação expressiva (manifestação de pertença e de valores comuns) ou instrumental (direccionada para a eficácia da acção) pode ter diferentes relações com o sentimento de comunidade ou com as suas sub-dimensões. A participação expressiva destina-se à expressão do sentimento de pertença e de valores partilhados e está, por isso, mais relacionada com a pertença e as ligações emocionais partilhadas; interessando, sobretudo, o processo. A participação instrumental é orientada para os objectivos, daí depender bastante da eficácia da acção concretizada e da influência que se pode ou não exercer no contexto social; está direccionada para o resultado da acção (Flanagan & Bundick, 2011; Mannarini & Fedi, 2009).

Num estudo sobre a relação entre a participação cívica e sentimento de comunidade em militares da Força Aérea, os autores concluíram que existe uma correlação significativa entre as oportunidades de participação e a participação efectiva do grupo de militares estudado e o sentimento de comunidade existente entre pares. Segundo os autores do estudo, para compreendermos o sentimento de comunidade, devemos considerar as oportunidades de participação disponíveis nas actividades da comunidade, o grau de facilidade em estabelecer um vínculo com os outros membros da comunidade, a responsabilidade partilhada pelos membros da comunidade e a competência colectiva que existe entre os membros da comunidade. Com maior ou menor preponderância, todos estes elementos contribuem para a existência de um forte sentimento de comunidade. Os autores mencionam, ainda, que os resultados obtidos no seu estudo também têm relevância em comunidades civis (Bowen, Martin, Mancini & Nelson, 2001).

As pessoas necessitam estabelecer vínculos umas com as outras e sentir que existe esse vínculo, ou seja, as pessoas necessitam da comunidade (Drucker, 1998, cit. por Bowen, Martin, Mancini & Nelson, 2001). No entanto, em alguns casos, o sentimento de comunidade pode prejudicar a acção colectiva. Um forte sentimento de comunidade potencia a auto-imagem positiva e a coesão intergrupar, fazendo com que os grupos minoritários em situação de marginalização, e com um elevado sentimento de comunidade, possam interiorizar os estigmas e desenvolver uma identidade grupal negativa (Fischer & Sonn, 1999, 2003; Sonn & Fisher, 1998, cit. Amaro, 2007)

O empoderamento é potenciado pelo sentimento de comunidade, que, por sua vez, conduz à participação cívica. É através do sentimento de comunidade que se desenvolve a percepção de empoderamento individual e grupal para influenciar o que acontece na comunidade a que o indivíduo pertence (Chavis & Wandersman, 1990). A participação cívica direccionada para a

concretização de um objectivo comum aumenta o elo de ligação entre os membros da comunidade, e são estes vínculos com os seus semelhantes que satisfazem a necessidade de afiliação (Baumeister & Leary, 1995, cit. por Flanagan & Bundick, 2011). Além disso, o suporte social é um factor preventivo do isolamento social e da depressão (Cacioppo & Patrick, 2008, cit. por Flanagan & Bundick, 2011).

As variáveis sociodemográficas como rendimentos, educação (Hayghe, 1991; Verba et al., 1995, cit. por Talò, Mannarini & Rochira, 2013), tempo de residência (Schiff, 1990; Verba et al., 1995, cit. por Talò, Mannarini & Rochira, 2013) e idade são variáveis que consolidam a associação entre sentimento de comunidade e participação (Talò, Mannarini & Rochira, 2013). Alguns estudos indicam que a participação é mais elevada na idade adulta do que na juventude ou na terceira idade (Pillemer & Glasgow, 2000, cit. por Talò, Mannarini & Rochira, 2013), contudo o efeito da idade na participação cívica varia em função do tipo de participação em que os participantes estão envolvidos (Putnam, 2000; cit. por Talò, Mannarini & Rochira, 2013).

1.6. Estudos Empíricos

Estudo empírico sobre sentimento de comunidade e participação cívica

O estudo de Mannarini & Fedi (2009) foi realizado para clarificar a relação entre o sentimento de comunidade e a participação social e política. As autoras pretendiam dar o seu contributo para a discussão relativa aos conceitos “comunidade” e “sentimento de comunidade”, percebidos como ambíguos por alguns teóricos; considerar os elementos propostos por McMillan & Chavis (1986) e compará-los com as entrevistas feitas aos participantes; e perceber a relação entre comunidade, sentimento de comunidade e as diferentes formas de participação. Para tal, as autoras entrevistaram 76 participantes, de uma amostra de 731 pessoas que responderam à Escala Italiana de Sentimento de Comunidade (Prezza, Constantini, Chiarolanza & Di Marco, 1999), de forma a perceber como vêem a sua comunidade e o que sentem em relação à mesma.

Foram estabelecidos quatro grupos: pertencentes a partidos políticos; voluntários que apoiam pessoas deficientes; associações culturais que organizam debates públicos, apresentações, actuações artísticas, etc; e associações de bairro. Foram também entrevistadas pessoas que nunca tinham integrado nenhum grupo social ou político.

Os resultados sugerem que o discurso dos participantes acerca do sentimento de comunidade não é muito díspar da definição académica e que a forma como as pessoas percebem a comunidade está relacionada tanto com o sentimento de comunidade como com a participação cívica e política. Os indivíduos envolvidos em actividades cívicas revelam diferentes níveis de sentimento de comunidade em função do tipo de grupo de que fazem parte, e as oscilações ao

nível do sentimento de comunidade estão relacionadas com diferentes representações de “comunidade”. Segundo Mannarini & Fedi (2009), o estudo sugere que a forma como as pessoas percebem a sua comunidade influencia tanto o sentimento de comunidade como a participação cívica. A literatura revela que elevados níveis de sentimento de comunidade fomentam comportamentos de participação cívica que, por sua vez, fomentam o sentimento de comunidade (Berry et al., 1993; Levine & Perkins, 1987, cit. por Mannarini & Fedi, 2009), e que níveis baixos de sentimento de comunidade estão associados a sentimentos de desvinculação, apatia e desinteresse. O estudo das autoras sugere que o sentimento de comunidade não é o único factor envolvido numa maior ou menor participação cívica, apresentando a representação subjectiva da comunidade um papel fulcral. Em alguns casos, as pessoas têm um baixo sentimento de comunidade, mas têm um sentido crítico em relação ao ambiente que as rodeia, factor que pode ser suficiente enquanto ponto de partida para a acção.

Estudo empírico sobre sentimento de comunidade dos jovens decorrente da participação comunitária

Evans (2007) realizou um estudo exploratório sobre o sentimento de comunidade em adolescentes, com o objectivo de perceber de que forma as oportunidades comunitárias potenciam o sentimento de comunidade de adolescentes nos diferentes contextos e que elementos destas oportunidades têm maior potencial para estabelecer um vínculo entre os jovens e a comunidade e, ainda, de que forma a comunidade pode fomentar o desenvolvimento positivo dos jovens cidadãos.

Para tal, o autor usou metodologia combinada: na primeira fase utilizou instrumentos de medição do sentimento de comunidade em adolescentes em contexto escolar, de vizinhança e urbano; na segunda fase realizou entrevistas em profundidade com o objectivo de saber como é que os adolescentes constroem o seu sentimento de comunidade. O autor apresenta apenas os resultados decorrentes das entrevistas realizadas a 17 jovens com idades compreendidas entre os 15 e os 18 anos. Os jovens entrevistados estavam a participar num programa de liderança e foram seleccionados para a entrevista de acordo com o grau de sentimento de comunidade auferido na primeira fase do estudo. Os restantes participantes são jovens afro-americanos, provenientes de contextos com carências socioeconómicas, que foram entrevistados após o término de um programa de verão que lhes permitiu participar em actividades de investigação-acção comunitária. Foram também usados registos escritos de três perguntas às quais 40 jovens participantes no programa de liderança responderam, como forma de triangular os temas que emergiram das entrevistas.

Verificou-se um elevado sentimento de comunidade em jovens que percebem que são ouvidos e que a sua voz tem influência nos processos de tomada de decisão bem como poder, desafios e suporte por parte dos adultos. O facto de os indivíduos se sentirem interligados, responsáveis, apoiados e influentes torna as comunidades mais fortes, sendo, conseqüentemente, favorável proporcionar aos jovens um ambiente que lhes permita desenvolver este tipo de competências. Quando os jovens sentem que a sua opinião é tida em consideração, que têm poder e influência, bem como suporte dos adultos e desafios, experienciam um forte sentimento de comunidade, verificando-se a existência de uma correlação entre a percepção de os jovens terem, efectivamente, um papel relevante na comunidade e responsabilidade pelo que acontece nos contextos, e um maior sentimento de comunidade. Quanto maior a percepção de que as suas opiniões são consideradas, maior é a sua capacidade de se fazerem ouvir e a vontade de dar o seu contributo à comunidade. Sendo possibilitado aos jovens dar a sua opinião e participar nos processos de tomada de decisão, verifica-se um aumento da percepção de que são relevantes e de que têm um contributo válido a dar à comunidade. Os jovens necessitam sentir que têm poder e que são influentes na comunidade. Contudo, é comum os jovens sentirem que não têm poder relativamente àquilo que ocorre nos contextos. O estudo realizado sugere que, no caso dos jovens, o poder decorre do desenvolvimento de capacidades, de terem uma voz que surte efeito, e de terem oportunidades de desempenhar papéis significativos com o suporte dos adultos e alguns desafios associados. De acordo com o Evans, nem todos os jovens têm este tipo de oportunidade empoderadora, sobretudo, os que provêm de contextos socioeconómicos carenciados ou os que pertencem a grupos minoritários. Por vezes, são estes os que mais carecem de oportunidades para expressarem e participarem activamente nos contextos a que pertencem mas são também os que costumam estar à margem de tais processos, por diversas razões.

Estudo empírico sobre participação cívica de jovens imigrantes angolanos e brasileiros

A investigação que aqui se descreve foi conduzida no âmbito do Projecto PIDOP², que decorreu entre 2009 e 2012 sob a liderança da Universidade de Surrey. O Projecto PIDOP contou com a participação dos seguintes países: Alemanha, Bélgica, Itália, Portugal, Reino Unido, República Checa, Suécia e Turquia.

No âmbito da dissertação, iremos apresentar os principais resultados decorrentes da investigação conduzida em Portugal, dedicando especial atenção aos resultados que estão directamente relacionados com o objectivo do nosso estudo.

² PIDOP - Processes Influencing Democratic Ownership and Participation

Os resultados da investigação foram publicados por Menezes (coord.), Ribeiro, Fernandes-Jesus, Malafaia e Ferreira em 2012.

Os objectivos centrais da investigação foram compreender as experiências de participação cívica e política de jovens e perceber o impacto da idade, género, estatuto de minoria ou migrante nesses mesmos fenómenos.

A investigação foi desenvolvida de acordo com três níveis de análise, nomeadamente as políticas europeias e nacionais; concepções subjectivas dos jovens; preditores e consequências da participação.

Os autores apresentam os resultados da participação portuguesa no PIDOP, centrando-se nas experiências de jovens de origem portuguesa, angolana e brasileira. São apresentados os objectivos e métodos usados em cada nível de análise e sintetizados os principais resultados.

As razões relacionadas com a participação cívica e política dos jovens imigrantes, a priori, em situação de desvantagem devido ao estatuto são de ordem pessoal: conhecimento e interesse político, valores e ideologia; e extra-pessoal: cultura democrática do país de origem, sentimento de pertença, domínio da língua do país de acolhimento, história colonial e estatuto em termos de residência ou nacionalidade (Ahmad & Pinnock, 2007; Carliner, 2000; Martiniello, 2005; Penninx, Kraal, Martiniello & Vertovec, 2004; Phillips, 1998; Sánchez-Jankowski, 2002, cit. por Menezes e colegas, 2012). O acesso à cidadania é referido como um factor importante para explicar a participação (Menezes et al., 2012).

Relativamente aos determinantes contextuais para a participação, Menezes e colegas (2012) mencionam o tempo, dinheiro, competências cívicas, predisposições individuais, institucionais e nacionais.

Em consonância com os estudos de Sardinha (2007) e Teixeira e Albuquerque (2005), Ribeiro, Malafaia, Fernandes-Jesus, Silva, Araújo e Menezes (*In* Menezes et al, 2012) referem que as políticas de imigração assumem um papel de relevo na participação cívica e política dos imigrantes, ou seja, na sua, efectiva, integração no país de acolhimento.

Existem estudos, como o de Sardinha (2007) e o de Teixeira e Albuquerque (2005) que demonstram a importância das oportunidades institucionais e políticas dos países de acolhimento no fenómeno da participação dos imigrantes. Sardinha (2007) salienta que Portugal é um país que disponibiliza recursos financeiros e reconhece as associações de imigrantes, todavia a sua política de imigração não tem sido sistemática. Por sua vez Marques e Santos (2000, cit. por Menezes et al., 2012), Grassi (2009, cit. por Menezes et al., 2012) referem que o facto de existir desconfiança por parte de alguns imigrantes relativamente ao Estado, pode indicar que os imigrantes

interpretam a sua realidade como estando condicionada no que respeita às suas oportunidades de participar.

Na primeira etapa do estudo foi utilizada uma abordagem qualitativa, analisando-se narrativas e objectivos políticos presentes nos documentos analisados e o conteúdo entrevistas transcritas.

A posterior análise de conteúdo possibilitou compreender melhor as convergências e divergências entre as prioridades políticas nacionais e europeias.

Foram analisados 33 documentos: 18 de ONG's³, sendo 6 por cada grupo com reconhecido risco de exclusão (migrantes e minorias, mulheres e jovens); e 15 de instituições públicas.

As entrevistas foram realizadas a 6 representantes de ONG's que trabalham na área dos migrantes e minorias, mulheres e jovens; e a 3 decisores políticos que trabalham a nível nacional nas três áreas.

Relativamente aos resultados obtidos para o grupo dos migrantes e minorias, os autores referem que tanto ONG's como instituições públicas consideram fundamental que se favoreçam políticas sociais destinadas a reforçar a inclusão social, tornando-os capazes de participar política e civicamente na vida social, no âmbito de: cidadania activa e participação em diferentes níveis de governação; solidariedade e direitos; direitos humanos e promoção da paz; políticas de integração (língua e outras competências que garantem e reforçam o processo); emprego; igualdade de oportunidades entre homens e mulheres: igualdade de oportunidades para migrantes; saúde pública.

No que concerne aos jovens, os documentos indicam o declínio da participação cívica e política dos jovens e mencionam como encontrar medidas para estimular e melhorar a maneira como os jovens devem participar numa sociedade que está a sofrer mudanças profundas, integrando-a activamente, superando as dificuldades e ansiedades que sentem sobre a sua responsabilidade para a renovação.

Quanto aos factores que influenciam as oportunidades de participação, são apresentados os seguintes: emprego, habitação, educação e formação.

As instituições públicas consideram necessário: criar e desenvolver parcerias que melhorem a intervenção em áreas-chave das políticas juvenis; promover a participação dos jovens nos assuntos públicos; contribuir para a cidadania activa dos jovens; incentivar eventos que discutam questões da juventude (problemas da educação, estilo de vida saudável); estimular os jovens europeus para construir sociedades democráticas que respeitem a diversidade e os direitos

³ ONG's - Organizações Não-Governamentais

humanos; criar um sentimento de responsabilidade em relação às questões ambientais; e combater o racismo.

As ONG's recomendam: a promoção de políticas que não excluam a diversidade; que o Governo potencialize a cultura participativa e os direitos de cidadania para reforçar a democratização da sociedade; promova um modelo para a participação associativa e crie um conjunto de políticas para consolidar os movimentos associativos e promover a participação dos jovens.

Considerando os resultados obtidos nesta etapa, Menezes et al. (2012) sugerem que é necessário promover um maior envolvimento da sociedade civil no delineamento e implementação das políticas, o que contribuirá para uma maior força dos princípios democráticos em que Portugal e a Comunidade Europeia se fundam.

A etapa seguinte, desenvolvida por Malafaia, Fernandes-Jesus, Ribeiro, Neves, Fonseca e Menezes (*In* Menezes et al., 2012) teve como objectivo analisar os processos psicossociais que estão na base das auto-concepções, atitudes e sistema de crenças em relação à cidadania e participação.

Quanto ao método de investigação, foram realizados grupos de discussão focalizada com jovens de origem portuguesa angolana e brasileira, com idades compreendidas entre os 16 e os 26 anos. Posteriormente, foram realizadas entrevistas com pais e professores de alguns jovens que participaram nos grupos de discussão focalizada.

No âmbito dos grupos de discussão focalizada os jovens identificaram a família e a escola como dois elementos que se constituem como fontes relevantes de informação e influência sobre processos cívicos e políticos.

Os jovens de origem brasileira consideram haver pouca informação sobre oportunidade e recursos necessários à participação.

No que concerne aos jovens angolanos, a sua participação está, de acordo com os resultados, ligada na sua grande maioria aos seu país de origem, nomeadamente a grupos religiosos, partidos políticos angolanos, associações de estudantes angolanos, entre outros.

As experiências de participação dos jovens imigrantes estão relacionadas com o seu conceito de cidadania. A sua preocupação central é o trabalho ou a conclusão dos seus estudos, de forma a contribuir para o desenvolvimento do seu país.

De acordo com os resultados, são os jovens de origem angolana os que mais se interessam em participar activamente, o que lhes permite levar o conhecimento adquirido para o seu país.

São definidos obstáculos e oportunidades para a participação a dois níveis: individual e estrutural. A nível individual, encontra-se o pouco tempo disponível, o facto de muitos jovens

não quererem simplesmente participar, a indiferença, a falta de organização e a responsabilidade dos jovens. A nível estrutural, os autores referem a falta de oportunidades, a debilidade das políticas de imigração no que toca à sua aplicação prática, muita burocracia na legislação dos imigrantes, falta de meios e mecanismos que aproximem os jovens das questões políticas, baixa responsividade do Estado em relação às necessidades dos jovens, falta ou insuficiente informação disponível e as situações de discriminação e preconceito.

Alguns pais mencionaram que a escola tenta uniformizar comportamentos, ao invés de promover experiências de participação.

Tanto pais como professores referiram haver um desinvestimento dos pais relativamente à promoção de um envolvimento activo dos jovens na sociedade.

Os jovens e adultos que participaram no estudo partilham a ideia de não reconhecerem que as diversas experiências cívicas e políticas sejam manifestações de uma cidadania activa.

Menezes e colegas (2012) finalizam esta etapa sublinhando a importância de não vermos os imigrantes como um grupo homogéneo, discriminado e desempoderado, mas sim como um grupo que apresenta diferenças internas.

O estudo seguinte, desenvolvido por Fernandes-Jesus, Malafaia, Ribeiro, Ferreira, Coimbra e Menezes (*In* Menezes, 2012) constituiu uma análise do modo como os jovens de origem portuguesa, angolana e brasileira participam, efectivamente, na sociedade. O estudo tinha como objectivo secundário compreender o papel das variáveis sociodemográficas, sociais, políticas e psicológicas na participação cívica e política e perceber as consequências da participação nas atitudes, comportamentos e disposições dos indivíduos.

Quanto ao método eleito, foi o inquérito por questionário de modo a perceber-se os níveis, formas, processos e preditores da participação cívica e política de jovens de origem portuguesa, angolana e brasileira, tendo em conta a idade e o sexo dos participantes.

A amostra foi constituída por jovens de duas faixas etárias: 15 – 18 (antes de poderem votar) e 20 – 29 (depois de poderem votar), totalizando 1010 participantes.

Quanto aos resultados do estudo, estes sugerem que os comportamentos, atitudes e disposições cívicas e políticas são favorecidos pelo capital cultural – medido através do número de livros que os jovens têm em casa.

Os autores concluíram que a participação dos jovens dos diferentes grupos não é explicada pelas mesmas dimensões, sendo importante analisar cada grupo de acordo com as suas especificidades. Só assim se poderá compreender a participação dos jovens de cada grupo.

A eficácia percebida é uma variável preditora da participação cívica dos jovens de origem portuguesa e angolana. Relativamente à participação directa, a eficácia percebida tem um contributo significativo no comportamento dos jovens angolanos que participaram no estudo.

Segundo os autores, os resultados constituem um contributo para uma efectiva compreensão da participação cívica e política em diversos contextos.

O grupo dos jovens angolanos e o dos jovens brasileiros apresentam como resultado comum o facto de pensarem que participar não é suficiente, afirmando ser preciso que as experiências participatórias sejam de média ou elevada qualidade, ou seja, que possibilitem mais oportunidades para actuar e a reflexão em contexto de abertura, opiniões diversificadas e discussão (Ferreira, 2006, cit. por Ferreira *In* Menezes, 2012).

Trickett (1994) havia mencionado a importância de reconhecermos a “diversidade na diversidade” (p. 585) e, apoiando-se nessa ideia, Fernandes-Jesus et al. (*In* Menezes et al., 2012) defendem que assumindo-se e compreendendo-se a diversidade humana melhor se compreende os fenómenos sociais e psicológicos, não sendo a participação cívica e política excepções.

De acordo com Fonseca (*In* Menezes et al., 2012) a investigação torna evidente as diferentes tipologias de aversão vividas que tornam natural e reproduzem o preconceito relativamente aos imigrantes, a exclusão e discriminação, tendo implicações nas possibilidade de construção da agência, cidadania e qualidade da participação cívica e política mais aprofundada da juventude a nível local, nacional, europeu e global.

No último capítulo do livro, destinado a comentários e reflexões, Araújo (*In* Menezes et al., 2012) refere que o PIDOP contribui para a compreensão do modo como o envolvimento das pessoas pode ser promovido ou obstaculizado por razões de género, etnia, classe social e educação.

2. Método

2.1. Objectivos

A combinação de métodos quantitativos com métodos qualitativos apresenta dois objectivos: aferir o nível de sentimento de comunidade de um grupo de jovens dos PALOP a residir em Portugal e aprofundar as temáticas da participação cívica e sentimento de comunidade (local e nacional) através da realização de um grupo de discussão focalizada e quatro entrevistas individuais. Trata-se de um estudo descritivo em que se pretende aprofundar detalhadamente as características do fenómeno em estudo (Oliveira, 2005).

As opções metodológicas têm como objectivo auxiliar-nos a perceber de que forma os testemunhos dos jovens imigrantes se relacionam com as respostas obtidas através da aplicação da Escala Breve de Sentimento de Comunidade, bem como a relação entre os dados recolhidos e a literatura existente sobre as temáticas em estudo.

Optámos por complementar a metodologia quantitativa com a qualitativa pelo facto de a última permitir captar a subjectividade inerente ao modo como a realidade é vivenciada pelos indivíduos e este ser um valor privilegiado pela investigação em Psicologia Comunitária. Além disso, a metodologia qualitativa apresenta um carácter empoderador pelo facto de dar voz aos participantes que colaboram com este tipo de investigação (Banyard & Miller, 1998). Por sua vez, a investigação multimétodo permite alcançar uma análise mais abrangente e poderosa dos dados (Sandelowski, 2000).

2.2. Instrumentos

Questionário sociodemográfico

Foi utilizado um questionário sociodemográfico, que possibilitou recolher informações acerca da idade, sexo, país de origem, tempo de residência em Portugal, estado civil e escolaridade dos participantes.

Escala Breve de Sentimento de Comunidade

A Escala Breve de Sentido de Comunidade (EBSC) utilizada (Cf. Anexo A) é uma adaptação feita por Marante (2010) da Brief Sense of Community Scale (BSCS) (Peterson, Speer & McMillan, 2008) (Cf. Anexo B). A Brief Scale of Sense of Community foi desenvolvida com o objectivo de medir as dimensões do sentimento de comunidade propostas por McMillan e Chavis (1986), nomeadamente necessidade de satisfação de necessidades, pertença grupal, influência e ligações emocionais.

A escala é constituída apenas por frases construídas de forma afirmativa, tal como sugerido pela literatura sobre o sentimento de comunidade (Peterson, Speer & Hughey, 2006) e foi validada numa comunidade residencial dos Estados Unidos da América, com uma amostra de 293 participantes. A partir de uma análise factorial confirmatória, os autores verificaram as quatro dimensões teorizadas por McMillan e Chavis (1986) e McMillan (1996), com bons índices de validade. A escala é constituída por oito itens: dois relativos ao conceito de satisfação de necessidades, dois relativos ao conceito de pertença, dois relativos ao conceito de influência e dois relativos ao conceito de ligação emocional. As respostas são fornecidas através de uma escala de *likert* de 5 pontos, nomeadamente (1) discordo totalmente; (2) discordo; (3) não concordo nem

discordo; (4) concordo; (5) concordo totalmente. No presente estudo foi utilizada uma escala de *likert* de 4 pontos, em que se excluiu a possibilidade de resposta “não concordo nem discordo”, de modo a evitar resultados inconclusivos devido ao facto de a amostra ser de pequena dimensão. Além disso, as respostas neutras podem significar que o indivíduo não considera a comunidade relevante para si; por outro lado, pode preceder o desenvolvimento de um sentimento de comunidade numa comunidade que tem alguma importância para o indivíduo (Brodsky, Loomis & Marx, 2002). Neste sentido, pretendíamos obter apenas respostas positivas ou negativas.

Além da escala que utilizámos, existem muitas outras escalas que visam medir o sentimento de comunidade, o que, segundo Chavis e Pretty (1999), se deve ao facto de os investigadores ambicionarem conceber um questionário capaz de revelar as características de um determinado contexto com sensibilidade à cultura e à história dos membros da comunidade. A tabela 2 apresenta as principais escalas de aferição do sentimento de comunidade.

Tabela 2 – Principais Escalas de Sentimento de Comunidade

Escala	Número de itens	Autor(es)	Ano
Sense of Community Index	12	Chavis, Florin, Perkins, Prestby, Rich & Wandersman Primeira publicação: Perkins, Florin, Rich, Wandersman & Chavis, 1990 (Fonte: Long & Perkins, 2003)	1984 - 1985
Neighborhood Cohesion Index	18	Buckner	1988
Perceived Sense of Community Scale	30	Chertok Publicada por Bishop, Chertok & Jason (1997)	1990 2003
Brief Sense of Community Index	8	Long & Perkins	
Sense of Community Index 2	24	Chavis, Lee & Acosta	2008

Grupo de discussão focalizada e das entrevistas individuais

Os grupos de discussão focalizada permitem ao investigador explorar a natureza e os efeitos do discurso social vigente de uma forma que as entrevistas individuais e a observação não permitem. A discussão em grupo permite captar, acima de tudo, a dinâmica relacional entre os participantes

e o modo como estes se expressam em grupo. Por outro lado, permite descentralizar o papel do investigador e facilitar a democratização do processo de investigação (Kamberelis & Dimitriadis, 2005).

O guião da discussão focalizada (Cf. Anexo C) a foi construído com base no relatório elaborado por Flanagan, Syvertsen & Stout (2007) acerca da aferição de participação cívica em jovens e em alguns dos itens que compõem a EBSC, que adaptámos ao sentimento de comunidade local (dimensão concreta) e ao sentimento de comunidade nacional (dimensão abstracta).

Após a realização do grupo de discussão focalizada, denotámos a carência de realização de entrevistas individuais, para que se alcançasse uma maior profundidade na abordagem aos temas que os participantes do grupo de discussão focalizada abordaram. As entrevistas individuais permitem obter material de investigação relevante, bem como desenvolver, clarificar e consolidar respostas obtidas em inquéritos (Bell, 2004). Segundo Bess, Fisher, Sonn e Bishop (2002), as entrevistas são métodos de investigação que facilitam o alcance de novo conhecimento.

Foi acrescentada uma pergunta que complementasse a dimensão de participação comunitária presente no guião do grupo de discussão focalizada, tendo essa mesma pergunta sido elaborada com base na literatura sobre a temática em estudo (Mannarini & Fedi (2009), nomeadamente: “*Já organizou alguma festa, encontro ou evento na sua comunidade?*”. Assim, além de questionarmos os entrevistados sobre iniciativas de voluntariado, questionámo-los também acerca da organização de algum evento na comunidade (Cf. Anexo D).

2.3. Procedimentos

Recolha da amostra

A amostra, de conveniência (Maroco, 2007), foi recolhida no distrito de Lisboa, em contexto universitário e em contexto comunitário, no sentido de se alcançar uma maior diversidade de respostas por parte dos inquiridos.

A recolha da amostra decorreu entre 4 e 21 de outubro de 2013. Os participantes foram informados acerca do propósito da investigação e aceitaram preencher o questionário, tendo assinado o documento de consentimento informado.

Inicialmente, pretendia-se alcançar um maior número de participantes, contudo, tendo havido uma taxa de recusa de resposta ao questionário de, aproximadamente, 80% e escassez de tempo para aplicar questionários a um maior número de pessoas, considerámos que 60 participantes constituem uma amostra que satisfaz o propósito do presente estudo.

Seleccção dos participantes para o grupo de discussão focalizada

Os jovens que integraram o grupo de discussão focalizada participam no Projecto Orienta.te, com o qual tinha havido um contacto prévio no sentido de se constituir um grupo de discussão, a reunir futuramente nas instalações da sede do Projecto. Posteriormente, a coordenação do Projecto abordou os jovens imigrantes dos PALOP, que participam no projecto, que preenchessem os requisitos etários e étnicos no sentido de perceber se havia interesse em colaborar com o presente estudo. Após resposta afirmativa, foi constituído um grupo de seis jovens que aceitaram participar no grupo de discussão focalizada e preencheram o documento de consentimento informado. Além de terem participado no grupo de discussão focalizada, os participantes responderam à EBSC, tendo, assim, integrado também a amostra inquirida. A discussão focalizada em grupo decorreu no dia 15 de outubro de 2013.

Seleccção dos participantes entrevistados

Foi utilizada uma amostra de conveniência, tendo-se optado também por uma estratégia de amostragem por bola de neve (Maroco, 2007) para que encontrássemos indivíduos que preenchessem os critérios de inclusão: grupo etário e proveniência de um país dos PALOP.

Os participantes responderam à EBSC e de seguida à entrevista individual semi-estruturada. Optou-se pela entrevista semi-estruturada pelo facto de permitir adaptar as perguntas em função do rumo que a entrevista tomasse, contudo usando o guião como forma de orientar o processo de entrevista.

Todos os participantes preencheram o documento de consentimento informado.

As entrevistas foram realizadas entre 21 e 25 de outubro de 2013.

2.4. Participantes

Escala Breve de Sentimento de Comunidade

Foi recolhida uma amostra de 60 participantes com idades compreendidas entre os 18 e os 24 anos ($M= 21.22$; $DP= 2.13$). Trata-se de uma amostra por conveniência e, simultaneamente bola de neve (Maroco, 2010), tendo em conta que os participantes foram recrutados em locais com acesso facilitado à investigadora e por intermédio de participantes que já tinham respondido ao questionário.

Grupo de discussão focalizada e entrevistas individuais

O grupo de discussão focalizada foi constituído por cinco participantes da Guiné-Bissau e uma participante de Cabo Verde. O grupo foi constituído por duas jovens do sexo feminino e quatro do sexo masculino, tendo os participantes idades compreendidas entre os 19 e os 22 anos.

A discussão em grupo teve a duração aproximada de 45 minutos.

Relativamente às entrevistas individuais, foram entrevistados quatro participantes: dois jovens de São Tomé e Príncipe, uma jovem de Cabo Verde e uma jovem de Angola, sendo três participantes do sexo feminino e um do sexo masculino, com idades compreendidas entre os 20 e os 23 anos.

A entrevista individual mais breve teve a duração de, aproximadamente, quatro minutos e a entrevista mais longa teve a duração de cerca de 26 minutos.

3. Processo de Análise dos Dados

3.1. Escala Breve de Sentimento de Comunidade

Os dados quantitativos foram analisados com recurso ao PASW Statistics 22 (anteriormente designado por SPSS Statistics).

Após a caracterização da amostra, foram realizadas as seguintes análises estatísticas: cálculo do coeficiente de consistência interna da EBSC (Cf. Anexo E), correlações entre os itens da EBSC, análise factorial exploratória, extracção dos factores com valor próprio igual ou superior a 1 (Cf. Anexo F), médias de resposta aos itens da EBSC e *score* da EBSC (Cf. Anexo G), correlações entre a EBSC e as variáveis sociodemográficas de natureza ordinal (escolaridade e tempo de residência) (Cf. Anexo H) e testes não-paramétricos para testar a existência de diferenças nos *scores* da EBSC ao nível das variáveis sociodemográficas (Cf. Anexo I) por não se verificarem os pressupostos de aplicação de testes paramétricos: distribuição normal da variável dependente e variâncias populacionais homogéneas (Maroco, 2007).

3.2. Grupo de Discussão Focalizada e Entrevistas Individuais

Tanto os dados obtidos através do grupo de discussão focalizada como os dados obtidos através da realização das entrevistas foram audiogravados e submetidos a uma transcrição verbatim (Cf. Anexo J).

Optou-se pela análise temática como abordagem de análise dos dados qualitativos, tendo em conta que, segundo Braun e Clarke (2006), se trata de um método de investigação que permite identificar, analisar e reportar temas presentes nos dados recolhidos, e que promove uma análise rica, detalhada e complexa dos dados. As autoras destacam também que a análise temática permite que o investigador tenha um papel activo durante a análise dos seus dados, o que envolve tomar decisões em função dos dados da sua investigação e da análise que pretende empreender. Braun e Clarke (2006) explicam o que é a análise temática de uma forma bastante concisa,

caracterizando-a como um método que permite identificar, analisar e reportar temas presentes nos dados. Este tipo de análise organiza e descreve os dados recolhidos com um enorme detalhe e riqueza, afirmam as autoras.

A análise temática decorreu com base nas etapas definidas por Braun e Clarke. As autoras desenvolveram um guião orientador direccionado para os investigadores que optam por analisar os seus dados qualitativos à luz da análise temática, não implicando o seguimento de uma sequência rígida e mecanizada das etapas propostas. Pelo contrário, é desejável que o investigador tenha um papel activo e reflexivo durante todo o processo de análise, de modo a que possa alcançar resultados concisos e detalhados, que estejam alinhados com a sua questão de investigação (Braun & Clarke, 2006).

Tabela 3 - Etapas da Análise Temática

Etapas e descrição do processo de análise temática
1. Familiarização com os dados: transcrição, leitura, releitura e anotação das ideias iniciais.
2. Criação dos códigos iniciais: codificação da informação que suscite interesse, de uma forma sistemática, aglomerando os dados relevantes para cada código.
3. Procura dos temas: aglomerar os códigos nos potenciais temas e recolher os dados relevantes para cada potencial tema.
4. Revisão dos temas: verificar se os temas resultam com os excertos codificados e com os dados no seu todo, gerando um mapa temático da análise.
5. Definição e nomeação dos temas: analisar e refinar as especificidades de cada tema e a estória contada pela análise; gerar definições e nomes claros para cada tema.
6. Produção do relatório: última oportunidade para analisar. Seleccionar extractos que revelem a realidade e sejam indubitáveis; última análise dos excertos seleccionados, relacionando-os com a questão de investigação e a literatura, produzindo um relatório académico da análise.

Adaptado de “Using thematic analysis in psychology” de Braun & Clarke, 2006, *Qualitative Research in Psychology*, 3, p.87

A fase de realização do grupo de discussão focalizada e das entrevistas individuais possibilitou uma reflexão e integração dos fenómenos da participação cívica e sentimento de comunidade de uma forma distinta da que se obtém na fase de revisão da literatura. Conduzir um grupo de discussão focalizada e realizar entrevistas individuais envolve escutar e interagir com os participantes de uma forma única e enriquecedora.

Inicialmente foi feita a transcrição dos relatos no âmbito do grupo de discussão focalizada e das entrevistas individuais, tendo sido possível detectar a existência de alguns padrões de resposta em relação às perguntas que aferiam o mesmo constructo.

Na segunda fase, procedeu-se à leitura atenta e minuciosa das transcrições, de modo a alcançar uma compreensão mais aprofundada do conteúdo discursivo dos dados recolhidos. Foram seleccionados 30 códigos, correspondentes aos excertos que suscitaram maior interesse e relevância para a questão de investigação e que espelham experiências colectivas, partilhadas por, pelo menos, dois indivíduos, nomeadamente: (1) experiência de voluntariado; (2) altruísmo; (3) falta de apoio e informação para voluntariado; (4) participação cívica; (5) voluntariado como fonte de satisfação de necessidades individuais e comunitárias; (6) luta para satisfazer necessidades; (7) carência de recursos para satisfazer necessidades; (8) sentimento de bem-estar ao residir em Portugal; (9) dupla identidade nacional; (10) sentimento de ligação com Portugal; (11) relação distante com a vizinhança; (12) cultura individualista; (13) isolamento social aquando da chegada; (14) importância da rede familiar e social à chegada; (15) nacionalidade portuguesa como condição para participação cívica; (16) voto como participação cívica suprema; (17) escassez de apoios aos imigrantes; (18) escassez de emprego e recursos financeiros; (19) identificação com Portugal; (20) ausência de ligação com a comunidade; (21) voluntariado como fonte de bem-estar individual e colectivo; (22) realização académica em Portugal; (23) sentimento de pertença à comunidade; (24) participação cívica como dever e direito; (25) ausência de participação; (26) sentimento de pertença a Portugal; (27) limitações à participação cívica; (28) rede social reduzida; (29) desocupação; (30) dificuldades linguísticas.

Posteriormente, na terceira fase, procedeu-se ao agrupamento de códigos relacionados entre si. Analisámos a relação existente entre os diferentes códigos, os aspectos comuns e a sua coesão interna.

Na quarta fase, reflectimos acerca dos possíveis nomes que pudessem ser atribuídos aos temas, de modo a que fossem explícitos e concisos. Foi atribuída a seguinte nomenclatura: (1) participação cívica; (2) satisfação de necessidades; (3) relação com a comunidade; (4) relação com Portugal e (5) dificuldades aquando da chegada.

Tabela 4 - Agrupamento dos Códigos e Nomeação dos Temas

1) Participação cívica

Experiência de voluntariado; Altruísmo; Falta de apoio e informação para voluntariado; Participação cívica; Voluntariado como fonte de satisfação de necessidades individuais e comunitárias; Nacionalidade portuguesa como condição para participação cívica; Voto como participação cívica suprema; Voluntariado como fonte de bem-estar individual e comunitário; Participação cívica como dever e direito; Ausência de participação; Limitações à participação cívica.

2) Satisfação de necessidades

Luta para satisfazer necessidades; Carência de recursos para satisfazer necessidades; Escassez de apoios aos imigrantes; Escassez de emprego e recursos financeiros.

3) Relação com a comunidade

Relação distante com a vizinhança; Ausência de ligação com a comunidade; Sentimento de pertença à comunidade.

4) Relação com Portugal

Sentimento de bem-estar ao residir em Portugal; Sentimento de não pertencer a Portugal; Dupla identidade nacional; Sentimento de ligação com Portugal; Cultura individualista; Identificação com Portugal; Sentimento de pertença a Portugal, Realização académica em Portugal.

5) Dificuldades aquando da chegada

Isolamento social aquando da chegada; Importância da rede familiar e social à chegada; Desocupação; Dificuldades linguísticas.

O processo de análise dos dados não foi linear, tendo havido algumas reestruturações ao nível dos códigos e da nomeação dos temas e sub-temas. Foram, sobretudo, os sub-temas que suscitaram maior dúvida quanto à sua nomeação. Porém, o tema agora denominado *participação cívica* havia sido denominado *participação comunitária*. O nome actual é mais abrangente e adequa-se melhor às experiências de participação que os participantes relataram.

Por último, chegou-se ao resultado aqui apresentado. Cada tema é constituído por sub-temas, menos centrais mas presentes nos discursos dos participantes, tendo um papel fundamental na compreensão de cada tema e da relação entre os diferentes temas, relacionados com o fenómeno investigado.

Após as etapas descritas, o processo de análise temática foi debatido com uma investigadora de modo a que a mesma pudesse dar o seu parecer acerca do processo de condução da análise e dos resultados alcançados e reduzir, na medida do possível, o grau de subjectividade inerente ao processo de análise temática. No final, os temas e sub-temas mantiveram-se inalteráveis.

4. Resultados

4.1. Escala Breve de Sentimento de Comunidade

A amostra é constituída por 26 participantes do sexo feminino (43.3%) e 34 participantes do sexo masculino (56.7%) (Figura 1).

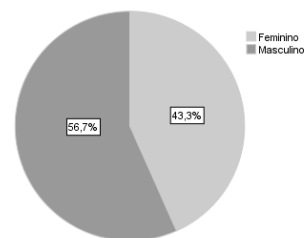


Figura 1 – Percentagem de Participantes de Cada Sexo

Em relação ao estado civil, 57 (95%) participantes são solteiros, um é casado e dois referem ter outro estado civil.

Em relação ao nível de escolaridade, a maioria dos participantes, 44 (73.3%), possui o 12º ano completo, 9 (15%) participantes possuem licenciatura, 6 (10%) participantes possuem o 9º ano, e 1 (1.7%) participante possui o 6º ano (Figura 2).

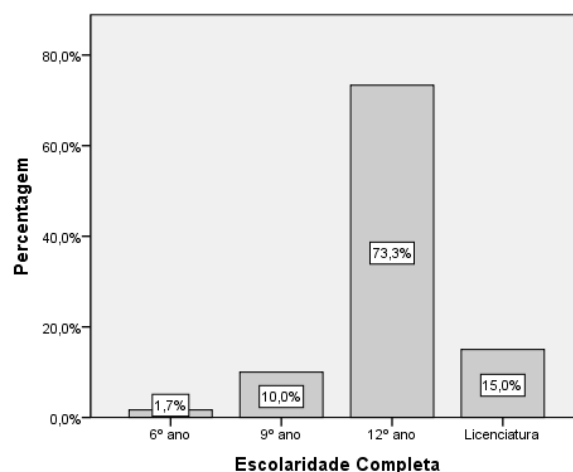


Figura 2 – Nível de Escolaridade dos Participantes

Relativamente ao país de origem, 25 participantes (41.7%) são de Angola, 13 (21.7%) de Guiné-Bissau, 12 (20%) de Cabo Verde, oito (13.3%) de São Tomé e Príncipe, e dois (3.3%) de Moçambique, como é possível verificar através da análise da figura 3.

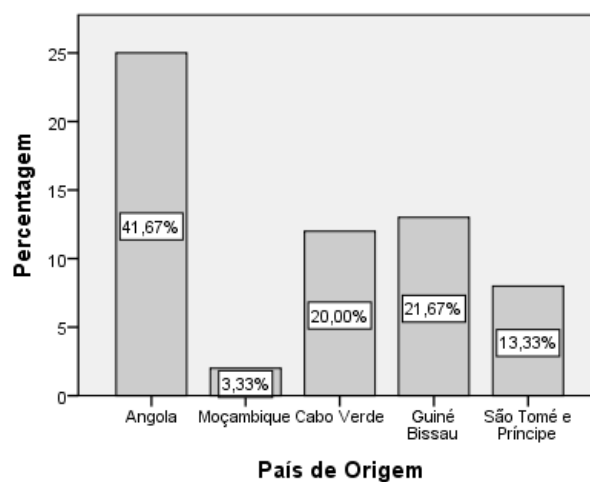


Figura 3 – Distribuição dos Participantes por País de Origem

No que concerne à posse de cidadania portuguesa, 25% dos participantes tem nacionalidade portuguesa; enquanto 75% não possui nacionalidade portuguesa. Assim, apenas 15 participantes possuem cidadania portuguesa (Figura 4).

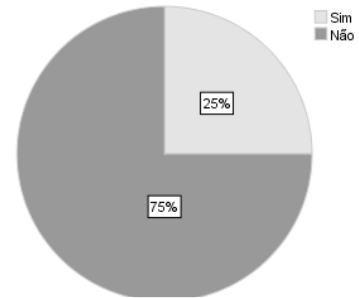


Figura 4 – Distribuição de Participantes por posse Nacionalidade Portuguesa

Relativamente ao tempo de residência em Portugal, metade (50%) dos participantes reside no país entre dois e 10 anos; 13,3% dos participantes reside em Portugal há menos de um ano; 11,7% dos participantes reside no país desde há um a dois anos; 13,3% desde há 10 a 15 anos; 10% desde há 15 a 20 anos; e um (1,7%) reside em Portugal há mais de 20 anos (Figura 5).

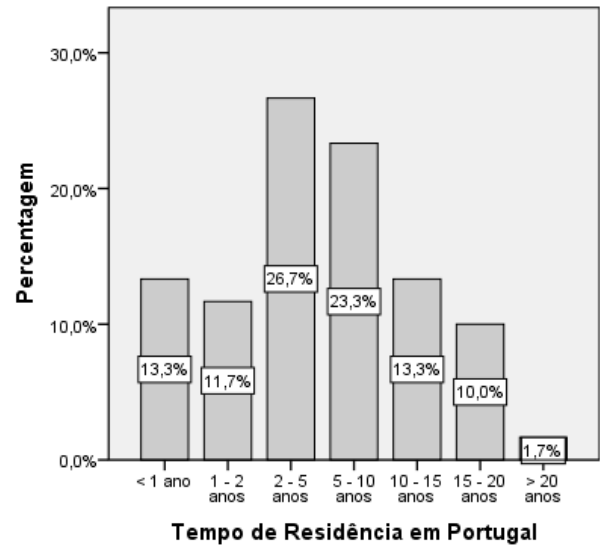


Figura 5 – Distribuição dos Participantes por Tempo de Residência

Consistência interna

A consistência interna (*alpha de Cronbach*) da escala original, validada por Peterson, Speer & McMillan (2008) foi de .92. Na validação feita para a população portuguesa, Marante (2010) alcançou também valores globais que revelam bons índices de consistência interna ($\alpha = 0.82$). No presente estudo o índice de consistência interna foi de .81, o que segundo Pestana e Gageiro (2003) revela uma boa consistência interna.

Quadro 1 – Consistência Interna da EBSC

<i>Alfa de Cronbach</i>	N
.81	60

Correlações inter-itens

No quadro 2 são apresentadas as correlações entre os itens que constituem a EBSC. Verifica-se uma correlação elevada ($r_s = .71$) entre os itens 3 e 4, que medem a dimensão *pertença ao grupo*; entre os itens 4 e 7 ($r_s = .71$), que medem, respectivamente, as dimensões *pertença ao grupo* e

ligação emocional; por último, os itens 7 e 8, que medem a dimensão *ligação emocional* também estão fortemente correlacionados ($r_s = .69$) (Quadro 2).

Quadro 2 – Correlações Inter-itens

	Itens da EBSC							
	EBSC1	EBSC2	EBSC3	EBSC4	EBSC5	EBSC6	EBSC7	EBSC8
EBSC1	-	.44**	.41**	.35**	-.07	-.006	.23	.21
EBSC2		-	.48**	.37**	-.001	.09	.56**	.44**
EBSC3			-	.71**	.34**	.21	.67**	.64**
EBSC4				-	.20	.29*	.71**	.57**
EBSC5					-	.18	.25	.28*
EBSC6						-	.51**	.24
EBSC7							-	.69*
EBSC8								-

** Correlação significativa a um nível de significância de .01

* Correlação significativa a um nível de significância de .05

Análise factorial exploratória

Pretendemos aferir os elementos estruturantes e latentes do sentimento de comunidade medidos pela EBSC. Para tal, realizámos uma análise factorial exploratória dos oito itens que constituem a escala, utilizando o método de análise de componentes principais seguida de uma rotação Varimax. Foi utilizada a medida da adequação da amostragem de Kaiser-Meyer-Olkin (KMO) (Kaiser, 1970 & Kaiser & Rice, 1974, cit. por Maroco, 2007) para medir a homogeneidade das variáveis e comparar as correlações simples com as correlações parciais observadas entre as variáveis (Maroco, 2007). Obtivemos um valor KMO de .74, o que corresponde a um valor médio (Pestana & Gageiro, 2000, cit. por Maroco, 2007) e o teste de esfericidade de Bartlett foi significativo ($p = .000$), isto é, as variáveis estão significativamente correlacionadas (Maroco, 2007).

Extracção de factores

Considerando o critério de Kaiser é possível observar-se dois valores próprios superiores a 1, o que significa que foram retidos dois factores (quadro 3), o que é confirmado pelo *Sree-plot* (Cf. Anexo F). Neste sentido, os itens 1 e 2 da EBSC explicam 63.76% da variabilidade total. Como

os itens 1 e 2 medem a dimensão *satisfação de necessidades* tal significa que esta dimensão explica 63.76% da variabilidade total da EBSC.

Podemos afirmar que o modelo tem um bom ajustamento, tendo em conta que apresenta uma percentagem elevada (60%), correspondente a 17 resíduos inferiores a .05, referenciado por Maroco (2007) como indicador de um modelo factorial com bom ajustamento.

Quadro 3 - Análise da Variância Total Explicada pelos Itens da EBSC

Componente	Valores próprios iniciais			Somadas de extração de carregamentos ao quadrado		
	Total	% de Variância	% Cumulativa	Total	% de Variância	% Cumulativa
1	3,747	46,843	46,843	3,747	46,843	46,843
2	1,353	16,913	63,756	1,353	16,913	63,756
3	,838	10,470	74,226			
4	,730	9,127	83,353			
5	,535	6,693	90,047			
6	,387	4,839	94,885			
7	,263	3,286	98,171			
8	,146	1,829	100,000			

Médias de resposta à EBSC

A média de respostas aos itens da EBSC varia entre 2.58 e 3.12, enquanto o desvio padrão varia entre .65 e .9. (Quadro 4).

Quadro 4 – Média e Desvio Padrão de Respostas por Item

	Média	Desvio Padrão
EBSC1	2.82	.65
EBSC2	2.78	.67
EBSC3	2.70	.74
EBSC4	2.58	.89
EBSC5	2.67	.90
EBSC6	2.78	.83
EBSC7	2.72	.74
EBSC8	3.12	.72

O *score* de respostas à escala é 2.77, como se pode perceber pela leitura do quadro 5.

Quadro 5 – Score e Desvio Padrão da EBSC

	N	Média	Desvio Padrão
EBSC	60	2.77	.505

Correlações entre a EBSC e variáveis sociodemográficas

Utilizou-se a medida de associação Ró de *Spearman* de modo a perceber-se se existia alguma correlação entre a EBSC e as variáveis sociodemográficas: escolaridade e tempo de residência em Portugal. Verificou-se existir uma correlação positiva ($r=.37$, para $p=.01$) entre os valores totais da EBSC e o tempo de residência em Portugal (Quadro 6).

Quadro 6 – Correlações entre a EBSC e Variáveis Sociodemográficas

Variáveis Sociodemográficas	Correlação Ró de <i>Spearman</i>	Sig. (2 extremidades)
Escolaridade	-.115	.38
Tempo de Residência em Portugal	.37**	.003

** Correlação significativa a um nível de significância de .001

Testes não-paramétricos

Realizámos testes não-paramétricos para avaliar se existiam diferenças nos *scores* de sentimento de comunidade relativamente às seguintes variáveis sociodemográficas: sexo, escolaridade, país de origem, nacionalidade portuguesa, e tempo de residência. Optámos pelos testes não-paramétricos Wilcoxon-Mann-Whitney e Kruskal-Wallis em função da natureza da variável sociodemográfica.

Relativamente ao sexo, o teste Wilcoxon-Mann-Whitney revelou que não existem diferenças na distribuição da EBSC nos sexos feminino e masculino ($U=410$; $W=1.005$; $p=.631 > \alpha=.10$).

Relativamente à escolaridade, o teste Kruskal-Wallis revelou que não existem diferenças na distribuição da EBSC nos diferentes níveis de escolaridade, sendo $p=.614 > \alpha=.10$.

Quanto ao país de origem, o teste Kruskal-Wallis revelou que não existem diferenças na distribuição da EBSC entre as categorias de país de origem, sendo $p=.108 > \alpha=.10$.

Em relação à nacionalidade, o teste Wilcoxon-Mann-Whitney permitiu verificar que existem diferenças estatisticamente significativas entre o grupo que possui nacionalidade portuguesa e o que não possui ($U = 191.5$; $W = 1.226, 5$; $p = .012$).

Relativamente ao tempo de residência, o teste Kruskal-Wallis indica que existem diferenças significativas na distribuição da EBSC nas diferentes categorias de tempo de residência, sendo $p = .065 < \alpha = .10$.

Estatísticas descritivas

Tendo em conta que existem diferenças significativas na distribuição da EBSC no que concerne às variáveis *nacionalidade* e *tempo de residência*, analisámos as estatísticas descritivas, nomeadamente mínimo, máximo, média e desvio padrão para cada item da EBSC para melhor perceber essas mesmas diferenças.

Relativamente à nacionalidade, verifica-se que a média de respostas à escala é superior no grupo de participantes que possui nacionalidade portuguesa, sendo os itens 3 (M = 3.13), 4 (M = 3.13) e 8 (M = 3.47), que medem, respectivamente, a *pertença ao grupo* e a *ligação emocional*, que apresentam valores superiores.

Em relação aos participantes que não possuem nacionalidade portuguesa o item com uma média de respostas mais elevada (M = 3.00) é o 8, que mede a dimensão *ligação emocional*, sendo, neste grupo, o único item que apresenta como valor mínimo atribuído na escala o valor 2, isto é, *discordo*. Os restantes itens apresentam como mínimo atribuído o 1, *discordo totalmente*.

Em relação ao tempo de residência, o grupo de participantes que reside em Portugal desde há 10 a 15 anos é o que apresenta um menor número de respostas negativas (*discordo totalmente* e *discordo*), sendo que as respostas aos itens 7 (M = 3.13) e 8 (M = 3.38), que medem a dimensão *ligação emocional* são, simultaneamente, apenas positivas (*concordo* e *concordo totalmente*) e as mais elevadas.

O único participante que reside em Portugal há mais de 20 anos apresenta um sentimento de comunidade elevado, tendo atribuído sempre os valores 3 (*concordo*) e 4 (*concordo totalmente*) como respostas aos itens da escala. Este participante atribuiu o valor máximo (4) aos itens 3 e 4 que medem a dimensão *pertença ao grupo*.

O grupo de participantes que residem em Portugal desde há um a dois anos apresenta um baixo sentimento de comunidade, sendo a dimensão *pertença ao grupo* que apresenta um *score* inferior (M=2.15).

4.2. Grupo de Discussão Focalizada e Entrevistas Individuais

Durante o processo de análise dos dados foi possível verificar quão útil é investigar o fenómeno da participação cívica em jovens imigrantes e o seu sentimento de comunidade relativo ao país de

acolhimento e à comunidade em que residem. A espontaneidade e abertura com que os participantes responderam às perguntas possibilitaram uma análise rica e desafiante dos dados.

De seguida apresentamos uma descrição dos temas e sub-temas que resultaram da análise temática, e as cores atribuídas a cada um na fase de codificação.

- (1) A *participação cívica* (salmão) é referente às actividades de participação cívica que os participantes mencionaram ter integrado. Este tema é constituído por quatro sub-temas: (1.1) o facto de a participação ser vista tanto como *dever* como *direito* (vermelho) dos indivíduos; (1.2) as experiências de participação cívica relatadas situam-se ao nível do *voluntariado* (verde escuro), em diversas áreas de actuação; (1.3) ao voluntariarem-se, os participantes referem sentir *bem-estar individual*, proveniente do facto de saberem que estão a contribuir para o *bem-estar colectivo* (vermelho escuro); (1.4); relativamente aos *impedimentos* (azul) para a participação, os participantes mencionaram a nacionalidade estrangeira, bem como a falta de tempo, apoio e informação.
- (2) A *satisfação de necessidades* (roxo) revela em que medida as necessidades dos participantes são satisfeitas em Portugal. Este tema é composto por dois sub-temas: (2.1) os *constrangimentos* (azul escuro) de ordem financeira e ao nível da empregabilidade; (2.2) o sub-tema *esforço* (verde) integra a ideia de que para que os participantes possam obter aquilo de que se necessitam é necessário lutar, haver um esforço que conduza à satisfação das necessidades.
- (3) O tema *relação com a comunidade* (lilás) integra os seguintes sub-temas: (3.1) *ausência de vinculação* (azul-cinza escuro) – uma grande parte dos participantes mencionou não sentir qualquer ligação com a comunidade onde reside, não existindo sentimento de pertença, proximidade com a vizinhança nem sentimento de comunidade; (3.2) a maioria dos participantes apresenta uma *rede social reduzida* (rosa) na comunidade, tendo pouca interacção com os membros da comunidade e ocupando os seus tempos livres noutros contextos; e (3.3) a *presença de família* (azul claro) contribui para a facilitação da integração comunitária e para um maior sentimento de comunidade, tendo havido um participante que relatou com grande pormenor o papel que a união da sua família tem na sua relação com a comunidade.
- (4) *Relação com Portugal* (cinzento) – trata-se de uma dimensão abstracta, nem sempre de fácil resposta por parte dos participantes. Os seus sub-temas são: (4.1) a *identificação com o país*

(castanho), que engloba sentir proximidade com país, identificação linguística e gostar de estar em Portugal, tendo sido feita alusão à dimensão histórica que une os PALOP e Portugal; contudo, mesmo com pouca significância na análise global dos dados, houve jovens que identificaram diferenças culturais entre Portugal/Europa e África; (4.2) *dupla identidade nacional* (bege): houve dois participantes que relataram que sentem falta de estar no seu país de origem quando estão em Portugal, e que, por outro lado, quando visitam o seu país sentem falta da sua vida e das relações que têm em Portugal; (4.3) a *realização académica* (laranja escuro) é mencionada por diferentes participantes como sendo a sua grande meta a alcançar em Portugal. Uma das participantes afirma claramente que está em Portugal para estudar.

- (5) O tema *dificuldades aquando da chegada*, engloba os seguintes sub-temas: (5.1) *desocupação* (verde pálido) – o facto de chegarem a um país desconhecido e não terem nada para fazer foi fonte de tristeza e sentimento de inutilidade por parte de dois dos jovens entrevistados; (5.2.) a *inexistência de rede familiar ou social* (rosa claro) acarreta dificuldade de integração no país e isolamento social; (5.3) a *adaptação à língua* (laranja) foi um aspecto mencionado por duas participantes, sendo no caso de uma delas foi vivenciado de uma forma particularmente difícil, pois estava habituada, a que no seu país de origem, as aulas fossem leccionadas maioritariamente em crioulo e ao chegar a Portugal confrontou-se com um número elevado de aulas consecutivas numa língua que mal entendia. Tudo isso lhe provocou muita angústia, contudo encontrou estratégias individuais para superar a situação e ao fim de apenas um mês a língua portuguesa deixou de constituir um problema para a sua integração.

Tabela 5 – Ocorrências por Temas e Sub-temas

Temas	Ocorrências em frases	Sub-temas	Ocorrências em frases	Ocorrências Globais
1. Participação cívica	6	1.1. Dever e direito	5	$\Sigma = 35$
		1.2. Voluntariado	9	
		1.3. Contribuição para o bem-estar individual e colectivo	7	
		1.4. Impedimentos	8	
2. Satisfação de necessidades	3	2.1. Constrangimentos	5	$\Sigma = 14$
		2.2. Esforço	6	
		3.1. Ausência de vinculação	13	

3. Relação com a comunidade	5	3.2. Rede social reduzida	2	$\Sigma = 24$
		3.3. Presença de família	4	
		4.1. Identificação com o país	9	
4. Relação com Portugal	9	4.2. Dupla identidade nacional	3	$\Sigma = 23$
		4.3. Realização académica	2	
		5.1. Desocupação	4	
5. Dificuldades aquando da chegada	-	5.2. Inexistência de rede familiar ou social	3	$\Sigma = 10$
		5.3. Adaptação à língua	3	

A figura 6 representa a esquematização dos temas ordenados de acordo com as ocorrências globais, o que corresponde ao somatório das ocorrências de cada tema e dos sub-temas que o integram. O tema com um número mais elevado de ocorrências globais é *participação cívica* e o tema com um número mais reduzido de ocorrências globais é *dificuldades aquando da chegada*.

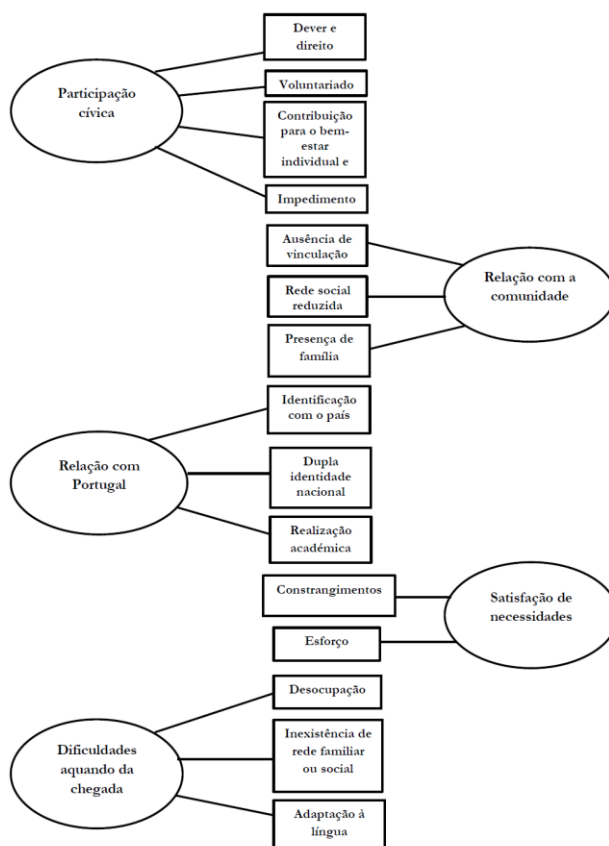


Figura 6– Temas Ordenados por Ocorrências Globais

5. Discussão dos Resultados

Escala Breve de Sentimento de Comunidade

A EBSC aplicada à nossa amostra revelou um bom índice de consistência interna ($\alpha = .81$). Foi possível realizar as análises e testes estatísticos apropriados às características da amostra e retirar conclusões com pertinência para os objectivos do nosso estudo.

Os resultados obtidos permitem-nos concluir que os participantes que possuem nacionalidade portuguesa e os participantes que residem há mais tempo em Portugal apresentam um maior sentimento de comunidade do que os participantes que não têm nacionalidade portuguesa e residem em Portugal há menos tempo.

Os participantes que têm nacionalidade portuguesa têm um maior sentimento de pertença ao grupo e de ligação emocional com o mesmo.

Em relação ao tempo de residência, os resultados permitem concluir que os participantes que residem em Portugal há mais tempo possuem um maior sentimento de comunidade, nomeadamente uma elevada ligação emocional com o país.

Podemos concluir que ser cidadão português e residir em Portugal há muito tempo contribuem para um maior sentimento de comunidade por parte dos participantes.

Grupo de Discussão Focalizada e das Entrevistas Individuais

Tema 1: Participação cívica

A forma como os jovens imigrantes avaliam a qualidade da cultura democrática do seu país de origem parece influenciar a sua predisposição para a participação em actividades cívicas no país de acolhimento. No caso dos jovens imigrantes, importa considerar a dinâmica entre o acesso à cidadania, sentimento de comunidade e cultura política, uma vez que a interacção de todos estes factores contribui para a diversidade nas trajectórias de participação de jovens imigrantes (Ferreira, Coimbra & Menezes, 2012).

De um modo geral, a participação cívica dos entrevistados cinge-se às experiências de voluntariado em diferentes contextos, à excepção do participante P#10 que já organizou um evento cultural:

Sim, já realizei alguns eventos junto com os meus colegas. Um festival cultural, para representar a cultura africana, na minha antiga escola. P#10

Sub-tema 1.1.: Direito e dever

A ideia de que a participação cívica é um dever é partilhada por três participantes, sendo que um deles acrescenta que a participação constitui também um direito:

Eu participei no banco dos alimentos, acho que é um dever [...] P#1

Há quem ache que está tudo bem e que não sente necessidade de ajudar. Não sente que seja um dever, mas é. P#3

Acho que é um dever e um direito de todos envolverem-se na comunidade onde estão inseridos, para uma melhor coesão da sua comunidade. P#10

Como se pode perceber pelas citações dos participantes P#1, P#3 e P#10 a participação cívica constitui um direito e um dever. Além de defender essa posição, o participante P#10 acrescenta que a participação promove a coesão da comunidade.

Sub-tema 1.2.: Voluntariado

Quanto ao voluntariado, os relatos dos participantes permitem perceber que existem duas motivações distintas para o realizar.

Ultimamente tinha pensado ir-me inscrever nos Bombeiros Voluntários para participar. Acho que com isso, iria estar a envolver-me na minha comunidade. Só não avancei com o pedido, porque eles já não estavam a necessitar [...] por causa da vaga de incêndios que houve no verão, fiquei sensibilizado. Foi para ajudar o país. P#10

[...] Fui fazer voluntariado, porque reparei em mim próprio... Estar num sítio sem fazer nada, não me vai ajudar. Por isso decidi ser activo. P#4

O participante P#4 decidiu voluntariar-se num programa juvenil de ocupação dos tempos livres devido à inércia que sentia ao não ter actividades com as quais ocupar o seu tempo de uma forma activa.

Por sua vez, o participante P#10 tomou a iniciativa de se inscrever nos Bombeiros Voluntários devido à vaga de incêndios que se verificou no verão de 2013 em Portugal. O jovem afirma que a sua motivação foi querer ajudar o país. País que não é o seu, mas com o qual sente uma vinculação de tal modo forte que estava disposto a comprometer a sua integridade física ou mesmo a sua vida em prol da Nação Portuguesa. O participante P#10 vê este acto como uma forma de participação de nível comunitário e de nível nacional.

Sub-tema 1.3.: Fonte de bem-estar individual e colectivo

Este sub-tema foi identificado em função do que os participantes disseram relativamente à sua experiência de voluntariado e vai ao encontro do que a literatura menciona, isto é, que o bem-estar individual e o bem-estar colectivo estão interrelacionados e são interdependentes (Evans & Prilleltensky, 2007).

As seguintes citações demonstram o bem-estar individual e colectivo proveniente da participação cívica:

Eu sinto-me bem por ajudar. P#1

((em relação ao que o motivou a fazer voluntariado num projecto)) *Pelas duas coisas, pelo tempo livre e também gosto de crianças.* P#4

[...] Porque gosto da área social. Fiz um curso de técnica de animação social e estudo Psicologia, e também é uma forma de ganhar experiência, é uma forma de ver como é que funcionam as coisas na prática, e poder ajudar, o poder fazer algo, e contribuir para o bem-estar das pessoas. P#7

Como é notório nestas três citações de três participantes distintos, a participação cívica conduz a um sentimento de bem-estar individual e colectivo. Os participantes dizem sentir-se bem consigo próprios ao concretizar práticas de participação e, por outro lado, sentem-se bem por saber que estão a contribuir para o bem-estar de outros indivíduos.

O participante P#1 sente-se bem por ajudar os outros.

Quanto ao participante P#4, voluntariou-se para ocupar o seu tempo livre, mas também porque gosta de crianças e o projecto que integrou permitiu-lhe aliar esses dois componentes.

A participante P#7 percepção a sua experiência de voluntariado na área social como uma forma de desenvolver competências com utilidade para a sua actividade académica e profissional, além de o voluntariado constituir um mecanismo que lhe permite ajudar os outros.

Sub-tema 1.4.: Impedimentos

Alguns participantes mencionaram a existência de impedimentos à sua participação, nomeadamente não possuir nacionalidade portuguesa, falta de recursos, como a informação e o tempo.

Em relação à nacionalidade, esta permite o estabelecimento de pertença de um indivíduo a um determinado Estado, o que permite delimitar os indivíduos que têm acesso a todos os direitos de cidadania (Costa, 2004).

Quanto ao voto, Ferreira (*In* Menezes et al., 2012) afirma que “o acesso ao direito de voto marca a sua afirmação enquanto sujeitos políticos e assim a possibilidade de uma integração mais completa” (p. 152).

Os seguintes excertos que demonstram os impedimentos à participação cívica mencionados pelos participantes:

Primeiramente, não voto. Não tenho nacionalidade. E ter voz activa, acho que não. P#8

[...] Não tenho tempo, estudo e trabalho. Fica um bocadinho complicado. P#8

Há coisas que só os portugueses podem, como votar. Quando és imigrante, há pouco a fazer, podes dar a tua opinião... mas acho que o voto é, sem dúvida, uma forma de os cidadãos se manifestarem. Mudar quem está actualmente a governar, para fazer melhor. A nível do voto... Quando estiver a trabalhar, a estudar, talvez. Só no trabalho futuramente, por exemplo. P#7

Nunca fiz ((voluntariado)), Por acaso gostava de fazer, mas não [...] foi mesmo por falta de informação. P#9

Segundo a participante P#8 não ter nacionalidade portuguesa e, conseqüentemente, não poder votar significa que não tem uma voz activa. Além disso, não tem tempo para desenvolver outras formas de participação cívica, pois estuda e trabalha e não tem tempo para tal. Na mesma linha de pensamento, a participante P#7 considera ter uma participação cívica limitada por não ser cidadã portuguesa e não poder votar.

Quanto à participante P#9, teria gosto em fazer voluntariado, porém nunca o fez devido a falta de informação.

Tema 2: Satisfação de necessidades

Sub-tema 2.1.: Constrangimentos

Quanto aos constrangimentos inerentes à satisfação de necessidades, os participantes referiram a falta de apoios destinados a imigrantes, a dificuldade em encontrar emprego - sendo mais fácil para um cidadão nacional do que para um cidadão estrangeiro - e as dificuldades financeiras.

Eu já vi jovens que querem ir para a faculdade, mas não conseguem porque não têm dinheiro para as propinas. A maioria acaba por arranjar emprego. P#4

Não, acho que não consigo ter tudo em Portugal. A questão escolar... Não há apoios porque somos imigrantes. É difícil para os imigrantes. Mesmo a nível de emprego, é mais difícil para os imigrantes do que para os nativos. As pessoas preferem dar emprego aos nativos, não olhar para os seus. P#7

Há poucas bolsas, poucas ajudas aos estrangeiros. P#8

Se for a ver... A única necessidade que Portugal poderá não me satisfazer, e também não é já, não é? Mas seria depois de terminar a licenciatura a oportunidade de poder trabalhar cá. P#10

Através das citações apresentadas denota-se a percepção que os participantes têm de que para os indivíduos estrangeiros tudo se torna mais difícil, devido ao seu estatuto no país de acolhimento.

O participante P#4 contou-nos que conhece jovens que pretendem prosseguir com os estudos académicos e ingressar no ensino superior, contudo, como não têm recursos para tal, acabam por iniciar uma carreira profissional e não prosseguir com os estudos.

A participante P#7 diz haver poucos apoios prestados aos imigrantes e que é mais difícil um imigrante conseguir emprego do que para alguém nativo.

Outro constrangimento apresentado é relativo à dificuldade em aceder ao ensino superior é a dificuldade de os estrangeiros obterem bolsas de estudo, como refere a participante P#8.

Por sua vez, o participante P#10 refere outro constrangimento à satisfação de necessidades, nomeadamente o facto de existir a possibilidade de não conseguir empregar-se após terminar a licenciatura.

Sub-tema 2.2.: Esforço

Analisamos agora o esforço, o sentimento de que só lutando se consegue obter aquilo de que se necessita. Este sub-tema está relacionado com o sub-tema anterior, na medida em que os participantes sentem que a existência de constrangimentos à supressão das suas necessidades conduz a um maior esforço por parte dos estrangeiros comparativamente com os nativos.

São estas as principais ideias dos participantes que nos ajudam a compreender melhor o que entendem por esforço acrescido para satisfazer as suas necessidades:

[...] Se lutarmos por aquilo que nós queremos, conseguimos. P#4

Mas... para que eu consiga tudo aquilo que eu quero e desejo eu tenho de trabalhar para isso, lutar para aquilo. Não acredito que caia assim de bandeja nas minhas mãos. Tenho que fazer o necessário para que possa ter o possível ou o suficiente. P#10

Tanto a citação do participante P#4 como a do participante P#10 permitem deixar clarificada a ideia de que com esforço, luta e trabalho direccionado para o alcance dos objectivos se consegue satisfazer as necessidades, o que tem subjacente uma componente de proactividade na supressão de necessidades.

Tema 3: Relação com a comunidade

Este tema congrega as relações que se estabelecem entre o indivíduo e os outros membros da comunidade, bem como as percepções, sentimentos e pensamentos relativos à comunidade onde os participantes residem.

Estas duas citações expelham dois tipos diferentes de relação com a comunidade:

[...] O chegar à comunidade e ser bem recebida, saber onde obter informações. Acho que isso não existe. P#7

Sinto-me em casa. [...] Sinto-me protegido. P#10

A participante P#7 não sente que tenha havido iniciativas de acolhimento aquando da sua chegada à comunidade onde reside actualmente.

Por outro lado, o participante P#10 afirma sentir-se em casa e protegido quando está na sua comunidade.

Sub-tema 3.1.: Ausência de vinculação

O sentimento de ausência de vinculação com a comunidade é comum a quase todos os participantes, tendo-se destacado as citações mais esclarecedoras acerca deste fenómeno, que revelam sentimentos de afastamento em relação à comunidade, ausência de iniciativas organizadas pela comunidade e a percepção de individualismo e falta de coesão entre os membros da comunidade:

No sítio onde estou a morar há dois anos não vejo ninguém, conheço pouca gente. Posso cumprimentar os vizinhos, mas às vezes não respondem. P#2

Não me sinto à ligada à minha comunidade. Sinto que só vivo lá. Não me sinto ligada às pessoas de lá, que me rodeiam. Vou tendo algumas amizades, mas não sinto um vínculo grande. [...] Não sinto nada. É mesmo só para dormir. Não há ligação nenhuma. Penso que talvez pudessem fazer mais coisas com os residentes. É cada uma na sua e não vejo grande afinidade. Por vezes a comunidade podia ajudar na integração das pessoas e não tem feito isso. Neste caso teria de ser a Junta ou alguma associação lá perto. O chegar à comunidade e ser bem recebida, saber onde obter informações. Acho que isso não existe. P#7

Por acaso nem estou a par dos problemas de lá, mas houve lá uns problemaçinhos. [...] Eu praticamente vou lá sou dormir, por isso não sei de nada do que se passa ali. P#8

Como é possível perceber pelas citações dos participantes P#2, P#7 e P#8, existe o sentimento de uma enorme desvinculação destes com a comunidade. Existe pouca interacção com a comunidade e, em alguns casos, a que existe é de pouca qualidade. Pouco contacto existe com a vizinhança e o conhecimento acerca do que se passa na comunidade é limitado.

Sub-tema 3.2.: Rede social reduzida

Alguns participantes mencionaram conhecer poucas pessoas na comunidade onde residem, dizem que interagem com poucas pessoas na comunidade.

Eu tenho cá família, mas não conheço assim muita gente. P#3

Cá não conheço muita gente. Eu estou mais tempo na faculdade do que outra coisa [...] Quase nunca estou aqui [...] tenho o meu grupo de amigos, dou-me bem com eles, estou integrada na faculdade e isso. P#9

O participante P#3 menciona conhecer pouca gente na comunidade.

No caso da participante P#9, refere ter amigos, todavia as suas relações estão concentradas, sobretudo, no contexto académico.

Sub-tema 3.3.: Presença de família

Os estudos realizados acerca de jovens imigrantes latinos e africanos a residir nos Estados Unidos da América revelam que, comumente, estes jovens têm uma ligação muito forte com a sua família (Stepick & Stepick, 2002).

Destacamos a citação do P#10 por demonstrar em que medida a presença da sua família é importante na relação que desenvolve com a comunidade onde residem.

Quando fala em comunidade eu vou restringir-me apenas à minha família [...] Eu e a minha família somos unidos [...] Nós damos-nos bem com a nossa comunidade. Se for necessário participar em alguma actividade com a nossa comunidade, nós participamos, damos o nosso contributo, damos a nossa opinião. Portanto, eu posso afirmar que a nossa convivência com a nossa comunidade é boa, a nossa relação é boa. P#10

A presença e relação de proximidade com a família no seu contexto comunitário assumem um papel central e relevante na relação que o participante P#10 estabelece com a sua comunidade. Considera a família a sua comunidade. Pelo que refere, é como se ele e a sua família constituíssem uma unidade. Uma unidade que participa na vida comunitária do local onde residem.

Tema 4: Relação com Portugal

Este tema integra a descrição que os participantes fazem da sua relação com Portugal, sendo melhores exemplos da pertinência deste sub-tema as seguintes citações:

Eu sinto-me bem aqui. P#4

Eu gosto de Portugal, tem coisas boas, gosto de cá estar. P#7

[...] O meu país foi colonizado por portugueses. Querendo ou não, temos fortes ligações. Cooperações e tal. P#8

É uma boa relação, uma relação próxima. Gosto de Portugal. [...] Sim, por razões culturais e linguísticas sinto-me ligado a Portugal [...] As razões culturais... por estar ligado aos meus familiares, aos meus avós aos meus tios. P#10

Enquanto os participantes P#4 e P#7 descrevem a sua relação com Portugal com base no facto de se sentirem bem no país e gostarem de cá estar, a participante P#8 descreve a sua relação com Portugal com base na relação de colonização e posterior estabelecimento de protocolos de cooperação entre o seu país, Cabo Verde, e Portugal.

No caso do participante P#10 a família é um elemento que tem um papel preponderante na sua relação com Portugal, tal como acontece relativamente à comunidade, como mencionado acima na citação retirada da sua entrevista. O participante P#10 gosta do país e diz ter uma boa relação com o mesmo, que assenta em razões linguísticas e culturais. No que concerne às razões culturais, afirma que o facto de residir cá com a sua família e de ter uma relação forte com a mesma assume um papel de relevo na sua relação com Portugal.

Sub-tema 4.1.: Identificação com o país

De uma forma mais ou menos explícita a maioria dos participantes afirmou identificar-se com Portugal, como demonstram as citações mais concisas e diversificadas no âmbito deste sub-tema.

Eu sinto que é a minha segunda casa, por enquanto. Não sei, posso ficar aqui de uma vez ou voltar para o meu país. De qualquer jeito foi Portugal que nos ajudou nos tempos de guerra. Estando lá ou aqui, sinto-me ligada e isso não vai mudar. P#1

Sou residente em Portugal. Sinto que não sou daqui [...] Eu sinto-me bem aqui, mas lá ((na Guiné-Bissau)) é melhor. P#3

É como se fosse o meu país de origem, vá. P#9

Identifico-me com o país. P#10

A participante P#1 sente que Portugal é a sua segunda casa e que se sente ligada ao país quer esteja cá ou no seu país de origem, Guiné-Bissau. Reconhece também que foi Portugal que a acolheu aquando da guerra no seu país.

A participante P#9 sente que é como se Portugal fosse o seu país de origem, enquanto o participante P#10 refere identificar-se com o país.

De todos os entrevistados, o participante P#9 é o único que refere não sentir que pertence a Portugal, que está cá, reside cá, mas não é cá que pertence.

Sub-tema 4.2.: Dupla identidade nacional

É comum os imigrantes manterem múltiplas identidades nacionais e, implicitamente, culturais identificando-se uma vez com a cultura do seu país de origem e outras com a cultura do país de acolhimento, embora não se saiba a sua relação entre as múltiplas identidades e a participação cívica (Stepick & Stepick, 2002). “Os imigrantes oriundos de antigas colónias africanas de países europeus, experimentam e manifestam formas de gestão de múltiplas identidades, carregadas de significados inscritos na história das relações entre os países de origem e os países de residência.” (Grassi, 2008, p. 155). Machado (2006) acrescenta que uma identidade de composição múltipla e mutável não constitui um problema, sendo comum verificar-se nos processos identitários.

Destacamos a citação que melhor exemplifica o que significa ter uma dupla identidade nacional.

Estou dividida entre os dois [...] Sinto-me dividida. Quando estou cá sinto falta de lá. Quando estou lá sinto falta dos meus amigos daqui. P#2

A citação da entrevista à participante P#2 é exemplo evidente do que é teorizado relativamente ao desenvolvimento de mais do que uma identidade nacional em jovens imigrantes. A participante sente-se dividida entre o país de acolhimento e o país de origem, Cabo Verde.

Sub-tema 4.3.: Realização académica

No caso de dois participantes, a realização académica é o objectivo supremo da sua permanência em Portugal, como é possível verificar pelas seguintes citações:

Estou aqui para estudar. P#8

[...] a médio prazo, aqui em Portugal, a minha grande realização seria terminar o meu curso que estou a fazer, a licenciatura neste caso. P#10

Os excertos das entrevistas aos participantes P#8 e #10 são as mais representativas deste sub-tema. A participante P#8 afirma estar em Portugal para estudar e o participante P#10 vê como grande realizar terminar o curso superior que frequenta actualmente.

Tema 5: Dificuldades aquando da chegada

Houve participantes que mencionaram, com algum sofrimento associado, as dificuldades que encontraram ao chegar a Portugal.

Este é o único tema sem ocorrências nem no grupo de discussão focalizada nem nas entrevistas individuais. Constitui um tema e foi nomeado *dificuldades aquando da chegada* por englobar um conjunto de sub-temas que constituem, efectivamente, dificuldades que os participantes encontraram ao chegar a Portugal, na sua adaptação ao país.

Sub-tema 5.1.: Desocupação

Chegar a um país desconhecido com pessoas desconhecidas e após o início do ano lectivo pode conduzir à desocupação, um problema actual muito comum entre os jovens que se encontram em situação de desocupação escolar, formativa e profissional (*NEET - Not in Education, Employment, or Training*). Os jovens imigrantes são um dos grupos mais afectado por este fenómeno (European Foundation for the Improvement of Living and Working Conditions, 2012), como tal é necessário intervir, efectivamente, nesta área.

São estas as citações em que os participantes aprofundam mais a explicação do processo de desocupação que enfrentaram aquando da sua chegada a Portugal:

Quando cheguei não tinha nada para fazer, levantava-me perto o meio dia. Cheguei atrasada, por isso não podia ir à escola. Durante um ano quase não saía de casa e não me sentia útil. Só saía para ir a casa das minhas primas e quando elas tinham de estudar voltava para casa. P#1

Quando cheguei não tinha nada para fazer, por isso ficava em casa. Não havia nada importante para fazer. Agora com o Orienta.te disponível e por perto sei que posso fazer várias coisas. P#4

O relato da participante P#1 revela o sentimento de inutilidade que advém do estado de desocupação em que se encontrava. Foi com tristeza que a jovem lembrou o ano em que chegou a Portugal., caracterizado não só pela desocupação, mas também pelo isolamento social e percepção de inutilidade associados.

O participante P#4 relata que foi devido à existência do projecto comunitário Orienta.te actuar na sua comunidade que passou a ter uma ocupação, actividades nas quais pode participar e passar a estar ocupado.

Sub-tema 5.2.: Inexistência de rede familiar ou social

Como se pode perceber pela citação que se segue, a família constitui um elemento fundamental aquando da chegada dos jovens imigrantes a Portugal. Na presença de dificuldades linguísticas, os jovens podem tornar-se dependentes da rede familiar ou social para concretizar actividades básicas do quotidiano, como fazer compras.

Quem chegar aqui e não tiver amigos próximos ou família cá e não falar português, é mais difícil. Para sair de casa e ir comprar qualquer coisa, tens de esperar que alguém chegue para ir às compras por causa da língua. P#1

Ele chegou e não tinha cá ninguém. Eu já tinha cá os meus irmãos, é diferente. P#4

Segundo a participante P#1 o processo de adaptação é mais difícil sem a presença de família e amigos para auxiliar na fase inicial de residência no país de acolhimento. Quando não se domina a língua oficial do país de acolhimento, tarefas como fazer compras são mais difíceis de executar sem ter o auxílio de alguém.

O participante P#4 realça quão diferente é ter ou não família aquando da chegada a Portugal.

Sub-tema 5.3.: Adaptação à língua

Como foi possível perceber pelas citações anteriores, as redes familiar e social podem auxiliar também em situações em que o indivíduo imigrante não domine a língua do país de acolhimento. Como Costa (2004) refere, as redes familiares e sociais desempenham um papel fundamental na criação de canais de imigração.

A citação da participante P#2 demonstra a intensidade emocional e psicológica com que vivenciou a adaptação inicial à língua portuguesa e a estratégia individual que facilitou a sua integração no país:

Na minha primeira semana de aulas cá, sentei-me no meio da escola e chorei. Chorei mesmo com lágrimas, o que não me acontece. Senti-me mesmo muito mal naquela altura. Lá em Cabo Verde havia professores que davam as aulas em português, mas a maior parte das vezes era em crioulo. Depois chegar aqui, ter uma aula atrás da outra e falarem uma língua que não percebes... foi devastador! O que eu fazia era... passava o dia inteiro a ver tv quando estava em casa. Por volta de um mês já entendia o que diziam nas aulas. Mesmo assim... As pessoas acabam desanimando um bocado. P#2

A participante P#2 estava habituada a ter aulas, maioritariamente, leccionadas em crioulo quando estava em Cabo Verde, por isso sentiu um choque cultural acentuado ao chegar a Portugal e ter de assistir a aulas em português.

Importa salientar que os participantes que mencionaram o problema da adaptação à língua portuguesa são cabo-verdianos e guineenses. O crioulo de origem portuguesa é uma língua falada em Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe. Em Angola e Moçambique não se fala crioulo, por isso os jovens oriundos destes países apresentam vantagem no domínio do português em comparação com os jovens que não estão habituados a que o português seja a língua predominante no sistema de ensino do país de origem.

A língua é um símbolo de identidade cultural, mas também apresenta componentes de cariz pessoal e social. O facto de a língua materna ser diferente da língua falada no país de acolhimento não constitui, por si só, um problema. Se a criança ou jovem dominar a sua língua materna, torna-se mais capaz de aprender outra língua com relativa facilidade. O problema tem origem na crença que a criança ou jovem tem em relação ao preconceito negativo que a escola tem relativamente à sua língua, resultante da desvalorização da língua falada pelo aluno e valorização da língua falada na escola. Isso conduz a uma rejeição da aprendizagem do português e de outros conteúdos programáticos – devido ao conflito entre cultura familiar e cultura escolar. Este problema constitui uma explicação comum em casos de insucesso escolar por parte de alunos cabo-verdianos ou de ascendência cabo-verdiana (Ferreira, 2008).

6. Discussão Final e Conclusão

Após uma análise e discussão dos dados quantitativos e qualitativos que decorreram em função da natureza dos dados e das técnicas comumente usadas para o seu tratamento, que Sandelowski (2000) designa por combinação de técnicas de análise dos dados, segue-se a discussão final dos resultados e as conclusões, que integram as limitações do presente estudo e as sugestões para estudos futuros.

Tal como a literatura menciona (Kingston, Mitchell, Florin & Stevenson, 1999; Long & Perkins, 2003), tanto os factores individuais como as características inerentes à comunidade são preditores do sentimento de comunidade, devendo considerar-se diferentes níveis de análise do constructo mediante a situação específica em estudo. No presente estudo foi possível perceber a dinâmica relacional entre factores individuais e contextuais e a sua influência na compreensão do sentimento de comunidade e práticas de participação cívica por parte dos participantes.

Os participantes apresentam um sentimento de comunidade local mediano e percebe-se que, no caso dos participantes que integraram a componente qualitativa, tal se deve a diferentes factores: contextuais como, por exemplo, o facto de haver pouca interacção entre os membros da comunidade; e individuais, como o facto de os participantes que frequentam o ensino superior despenderem poucas horas na sua comunidade, excepto para actividades básicas e individuais como dormir, e a falta de tempo e de informação também mencionadas. Em suma, além de haver contextos com poucas iniciativas de cariz comunitário e estratégias de promoção de uma interacção próxima entre os membros da comunidade, existem também factores individuais que contribuem para a reduzida interacção com os outros membros da comunidade, como ocupar grande parte do dia na faculdade, o que acontece no caso dos estudantes universitários. Combinados entre si, estes factores podem ajudar-nos a compreender o facto de os participantes desenvolverem práticas participativas pontuais, sobretudo de voluntariado, e alguns jovens relataram não participar de todo.

A posse de nacionalidade portuguesa e o tempo de residência em Portugal aparentam contribuir para um maior sentimento de comunidade local. Os participantes que possuem cidadania portuguesa e residem em Portugal há mais de dez anos possuem um sentimento de comunidade local mais elevado do que os que não possuem cidadania portuguesa e residem no país há menos tempo. São as dimensões *pertença ao grupo* e *ligações emocionais* da EBSC que apresentam valores mais elevados em ambos os grupos de participantes com sentimento de comunidade mais elevado. As dimensões *satisfação de necessidades* e *influência* são as que apresentam valores mais baixos tanto no grupo de participantes com cidadania portuguesa como grupo que reside em Portugal há mais de dez anos. Mesmo quem reside em Portugal há muito tempo e

quem tem cidadania portuguesa sente não ver as suas necessidades satisfeitas na sua comunidade e não ter influência nos processos de tomada de decisão que decorrem na sua comunidade.

No que concerne ao sentimento de comunidade nacional os participantes também referem que não conseguem satisfazer todas as suas necessidades e afirmam ter a percepção de que não têm uma voz activa nos processos de tomada de decisão a nível nacional.

A cidadania é um factor relevante na explicação da participação (Menezes et al. 2012) e os discursos dos participantes permitem entender que este aspecto é fulcral nas oportunidades de participação cívica que estão ao seu alcance. Alguns participantes mencionaram ter uma participação limitada devido ao facto de não serem cidadãos portugueses, não tendo, deste modo, uma voz activa nos processos de tomada de decisão por não poderem exercer o voto.

Ainda relativamente ao sentimento de comunidade nacional, a maioria dos entrevistados apresenta um sentimento de pertença ao país e gosto em cá viver. Os participantes dizem sentir-se bem no país e que Portugal apresenta alguns aspectos positivos. O facto de existir um passado histórico que une Portugal aos PALOP apresentou significância nas respostas dos participantes tanto no âmbito do grupo de discussão focalizada e como no âmbito das entrevistas individuais. Existe gratidão por Portugal ter acolhido os membros dos PALOP aquando da Guerra nos seus países e foi feita referência aos protocolos de cooperação estabelecidos entre Portugal e os PALOP. Apenas um dos dez participantes referiu sentir que não pertence a este contexto nacional e que preferia estar no seu país de origem. Segundo o próprio, está bem em Portugal mas estaria melhor no seu país, Guiné-Bissau.

De um modo geral, os participantes mencionam identificar-se com Portugal e sentir-se bem no país que os acolheu. Talvez por se tratar da dimensão abstracta em estudo, a maioria dos participantes teve dificuldade em responder às perguntas relacionadas com esta dimensão. A grande maioria dos participantes respondeu mais pronta e elaboradamente às perguntas relacionadas com o sentimento de comunidade local, comparativamente com as perguntas relacionadas com o sentimento de comunidade nacional. Tal diferença pode dever-se ao facto de desenvolverem as suas actividades a um nível micro e não estarem habituados a reflectir acerca de questões relacionadas com a sua permanência em Portugal, nível macro.

É possível verificar que, para alguns participantes, as diferenças entre participação cívica e política não estão bem definidas, falando alternadamente de dois tipos de participação que diferem entre si, o que acontece igualmente na literatura (Talò, Mannarini & Rochira, 2013).

A história de uma comunidade tem influência nas seguintes dimensões: social, política e religiosa. Por outro lado, o que acontece na comunidade é, em parte, um reflexo do que acontece na sociedade (Sarason, 1974). Actualmente a sociedade ocidental enfrenta os desafios inerentes ao

individualismo e isolamento social, o que tem influência no sentimento de comunidade que as pessoas experienciam, ou a sua ausência, nas comunidades das quais fazem parte, nomeadamente na comunidade em que residem. Tal facto fez-se notar nos discursos dos participantes que afirmam sentir distanciamento e pouca interacção entre os membros das comunidades que integram. É importante interpretar este resultado à luz dos estudos empíricos, que, na sua maioria, revelam que a participação cívica está dependente do sentimento de comunidade (Talò, Mannarini & Rochira, 2013). Neste sentido, impõe-se reconhecer que havendo um sentimento de comunidade mediano é expectável que os níveis de participação cívica sejam reduzidos. Quando os indivíduos sentem que existe pouca ligação entre si e os outros membros da comunidade onde residem, a motivação para participar civicamente é igualmente reduzida. As pessoas só participam se tiverem a percepção de que vale a pena investir na comunidade a que pertencem (Grillo, Teixeira & Wilson, 2010).

No caso dos jovens, estes necessitam sentir que a sua voz é ouvida e ter suporte para participar na comunidade, o que, por sua vez, conduzirá ao desenvolvimento de um sentimento de comunidade mais elevado (Evans, 2007). Assim, é importante implementar estratégias de promoção de sentimento de comunidade que tenham em consideração as características específicas do contexto em causa (Hughey & Speer, 2002) e das pessoas que dele fazem parte.

É notório que apenas os participantes que não frequentam o ensino superior referem ter vivido uma situação de desocupação aquando da sua chegada a Portugal, o que revela carência de estratégias de intervenção a este respeito, sobretudo como medida de prevenção dos problemas de integração social vivenciados por alguns jovens imigrantes.

Outro problema que assumiu destaque entre alguns participantes é o facto de terem tido dificuldades de adaptação linguística aquando da sua chegada ao país, apesar de ser oriundos de países lusófonos.

As ciências sociais carecem de estudos empíricos que relacionem o sentimento de comunidade e a participação cívica de jovens imigrantes dos PALOP, apesar dos laços que unem Portugal aos países que constituíram, outrora, as suas colónias. A sociedade em geral tem tendência para percepcionar os imigrantes africanos como pertencentes a um grupo indiferenciado (Machado, 2006) e desempoderado (Menezes et al., 2012)), o que penso ser um factor que contribui para o número reduzido de estudos na área da participação cívica de jovens dos PALOP em específico. Ser oriundo de um dos PALOP é diferente de ser de outro país africano ou de um outro país lusófono. A relação, passada e presente, entre Portugal e as suas ex-colónias apresenta características que impactam na integração e participação cívica de jovens provenientes desses países que residem em Portugal.

O presente estudo, com metodologia quantitativa e qualitativa, possibilitou uma melhor compreensão da relação existente entre o sentimento de comunidade, local e nacional, de jovens imigrantes dos PALOP e a sua participação cívica em Portugal, objectivo do estudo.

Tratando-se de uma abordagem multimétodo, o estudo acarreta vantagens inerentes a este tipo de opção metodológica, nomeadamente a complementaridade entre os dados obtidos através da aplicação da EBSC e os dados obtidos aquando da realização do grupo de discussão focalizada e das entrevistas individuais. A componente quantitativa foi útil para aferir o sentimento de comunidade local dos participantes; enquanto a componente qualitativa apresentou vantagens no que concerne ao aprofundamento das percepções e sentimentos sobre a comunidade, país de acolhimento e dinâmica relacional entre estes e os seus comportamentos de participação cívica. As opções metodológicas foram orientadas pelo objectivo do estudo e pela população em estudo, jovens imigrantes.

A investigação conduzida no âmbito da dissertação apresenta como implicações para estudos futuros o facto de constituir um contributo para a compreensão dos processos de participação cívica de jovens imigrantes dos PALOP e a relação existente com o sentimento de comunidade local e nacional, contextualizados no país de acolhimento, Portugal. No âmbito da dissertação foi feita uma descrição de tais processos, visando uma compreensão mais detalhada e aprofundada dos mesmos.

A tipologia de estruturação das entrevistas foi adequada, mas poderá constituir uma mais-valia, realizar entrevistas abertas de modo a possibilitar uma participação mais activa e rica por parte dos entrevistados, aspecto que pode ter sido limitado pelo facto de as entrevistas terem subjacente um guião semi-estruturado. O guião utilizado foi útil como opção metodológica, contudo pode ter condicionado as respostas dos participantes, na medida em que já existiam perguntas pré-definidas, ao invés de duas ou três questões fulcrais que orientassem o rumo das entrevistas.

Uma limitação verificada é o facto de ter sido entrevistado apenas um jovem do sexo masculino e, em contrapartida, três jovens do sexo feminino. Teria sido útil equilibrar o número de participantes entrevistados quanto ao sexo.

Quanto à componente quantitativa, teria sido interessante equilibrar o número de participantes no que concerne ao país de origem, tendo em conta que o estudo contou com a participação maioritária de jovens angolanos (47.7%) e apenas dois (3.3%) jovens moçambicanos. Os restantes países de origem apresentam uma distribuição equilibrada, nomeadamente 21.7% guineenses, 20% cabo-verdianos e 13.3% são-tomenses.

Quanto a sugestões para estudos futuros, consideramos pertinente validar a Escala Breve de Sentimento de Comunidade nos PALOP e em Portugal com uma amostra constituída por imigrantes dos PALOP, de modo a alargar a investigação sobre o sentimento de comunidade a outros contextos e a outras comunidades, de modo a que possamos compreender melhor a sua relação com os processos de participação cívica, não só no país de origem, como no país de acolhimento.

Referências

- Albuquerque, R. (2010). Participação cívica e trajetórias associativas de descendentes de imigrantes em Portugal. *Migrações*, 6, 103 – 117.
- Amaro, J. P. (2007). Sentimento psicológico de comunidade: Uma revisão. *Análise Psicológica*, 1(xxv), 25 – 33.
- Baganha, M. I. (2009). The lusophone migratory system: patterns and trends. *International Migration*, 47 (3), 5 – 20. doi: 10.1111/j.1468-2435.2009.0052.x
- Banyard, V.L. & Miller, K.E. (1998). The powerful potential of qualitative research for community psychology. *American Journal of Community Psychology*, 26 (4), 485 – 505.
- Bell, J. (2004). *Como realizar um projecto de investigação: um guia para a pesquisa em ciências sociais e da educação* (3ª ed.) (J. M. Pais, rev. científ.). Viseu: Gradiva (obra original publicada em 1997).
- Benson, P. L., Scales, P. C., Hamilton, S. F., & Sesma Jr., A. (2006). Positive youth development: Theory, research, and applications. In W. Damon & R. M. Lerner (Eds.), *Handbook of child psychology. Vol. 1. Theoretical models of human development* (6th ed., pp. 894 -941). Hoboken, NJ: Wiley.
- Bess, K. D., Fisher, A.T., Sonn, C.C. & Bishop, B.J. (2002). Psychological sense of community: Theory, research and application. In A.T. Fisher, C.C. Sonn & B.J. Bishop (Eds.), *Psychological sense of community: Research, applications and implications* (pp. 3 – 22). New York: Kluwer Academic/Plenum Publishers.
- Bishop, P.D., Chertok, F. & Jason, L.A. (1997). Measuring sense of community: Beyond local boundaries. *The Journal of Primary Prevention*, 18(2), 193 – 212. doi: 10.1023/A:1024690424655
- Bowen, G. L., Martin, J. A. & Nelson, J. P. (2001). Civic engagement and sense of community in the military. *Journal of Community Practice*, 9 (2), 71 – 93. doi: 10.1300/J125v09n02_05
- Braun, V. & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3, 77 – 101. doi: 10.1191/1478088706qp063oa
- Brodsky, A.E., Loomis, C. & Marx, C.M. (2002). Expanding the conceptualization of PSOC. In A.T. Fisher, C.C. Sonn & B.J. Bishop (Eds.), *Psychological sense of community: Research, applications and implications* (pp. 319 – 336). New York: Kluwer Academic/Plenum Publishers.
- Buckner, J.C. (1988). The development of an instrument to measure neighborhood cohesion. *American Journal of Community Psychology*, 16 (6), 771 – 791.

- Chavis, D. M. & Wandersman, A. (1990). Sense of community in the urban environment: A catalyst for participation and community development. *American Journal of Community Psychology, 18*(1), 55 – 81. doi: 10.1007/978-1-4419-8646-7_14
- Chavis, D.M. & Pretty, G.M.H. (1999). Sense of community: Advances in measurement and application. *Journal of Community Psychology, 27* (6) 635 – 642. doi:10.1002/(SICI)1520-6629(199911)27:6<635::AID-JCOP1>3.0.CO;2-F
- Chavis, D.M., Lee, K.S. & Acosta, J.D. (2008). *The Sense of Community (SCI) Revised: The Reliability and Validity of the SCI-2*. Documento apresentado na 2ª Conferência Internacional de Psicologia Comunitária, Lisboa, Portugal.
- Costa, P. M. (2004). *Políticas de Imigração e as Novas Dinâmicas da Cidadania em Portugal*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Damon, W. (2004). What is positive youth development? *American Academy of Political and Social Science, 591*(1), 13-24. doi: 10.1177/0002716203260092.
- Evans, S. D. (2007). Youth sense of community: Voice and power in community contexts. *Journal of Community Psychology, 35* (6), 693 -709. doi:10.1002/jcop.20173
- European Foundation for the Improvement of Living and Working Conditions (2012). NEETs Young people not in employment, education or training: Characteristics, costs and policy responses in Europe. Luxembourg: Publications Office of the European Union.
- Ferreira, L. (2006). As Migrações em Portugal: Uma panorâmica. In *AGIR, Actas do Encontro Migrações Internacionais*, Póvoa de Varzim (CDRom).
- Ferreira, L. (2008). O direito ao sucesso: jovens cabo-verdianos no contexto educativo português. In. Góis, P. (Org.), *Comunidade(s) cabo-verdiana(s): as múltiplas faces da imigração cabo-verdiana (Comunidades ; 2)* (pp. 137 – 154). Lisboa: ACIDI, I.P
- Ferreira, P. D., Coimbra, J. L. & Menezes, I. (2012). “Diversity within diversity” – exploring connections between community, participation and citizenship. *Journal of Social Science Education, 11*(3), 120 – 134.
- Flanagan, C. A., Syvertsen, A. K., & Stout, M. D. (2007, May). *Civic measurement models: Tapping adolescents’ civic engagement* (CIRCLE Working Paper 55). College Park, MD: Center for Information and Research on Civic Learning and Engagement.
- Flanagan, C. & Levine, P. (2010, spring). Civic engagement and the transition to adulthood. In M. Waters, G. Berlin, & F. Furstenberg (eds.), *Transition to Adulthood, Princeton/Brookings The Future of Children, Vol. 20* (1), 159-180.
- Flanagan, C. & Bundick, M. (2011, spring). Civic engagement and psychosocial well-being in college students. *Liberal Education, 97*(2), 20 – 27.

- Grassi, M. (2008). Identidades plurais na Europa contemporânea: Auto-percepções e representações nos jovens de origem africana. In. Góis, P. (Org.), *Comunidade(s) cabo-verdiana(s): as múltiplas faces da imigração cabo-verdiana* (Comunidades ; 2) (pp. 155 – 174). Lisboa: ACIDI, I.P.
- Grillo, M. C., Teixeira, M. A. & Wilson, D. C. (2010). Residential satisfaction and civic engagement: Understanding the causes of community participation. *Social Indicators Research*, 97(3), 451 – 466. doi: 10.1007/s11205-009-9511-0
- Hughey, J. & Speer, P. W. (2002). Community, sense of community, and networks. In A.T. Fisher, C.C. Sonn & B.J. Bishop (Eds.), *Psychological sense of community: Research, applications and implications* (pp. 69 – 84). New York: Kluwer Academic/Plenum Publishers.
- Kamberelis, G. Dimitriadis, G. (2005). Focus groups: Strategic articulations of pedagogy, politics, and inquiry. In N. K. Denzin & Y. S. Lincoln (Eds.), *The sage handbook of qualitative research* (pp. 887 – 907).
- Kingston, S., Mitchell, R., Florin, P. & Stevenson, J. (1999). Sense of community in neighborhoods as a multi-level construct. *Journal of Community Psychology*, 27 (6) 681 – 694. doi:10.1002/(SICI)1520-6629(199911)27:6<681::AID-JCOP4>3.0.CO;2-W
- Lewis, R. K. (2011). Promoting positive youth development by understanding social contexts. *Journal of Prevention & Intervention in the Community*, 39 (4), 273 – 276. doi: 10.1080/10852352.2011.613317
- Long, D.A. & Perkins, D.D. (2003). Confirmatory factor analysis of the sense of community index and development of a Brief SCI. *Journal of Community Psychology*, 31(2) 279 – 296. doi: 10.1002/jcp.10046
- Lopes, C. (2013). *Como fazer citações e referências para apresentação de trabalhos científicos? : Aplicação prática da Norma APA (2010, 6ª Ed.)*. Lisboa: ISPA.
- Lopez, M. H., & Elrod, B. A. (2006). *College attendance and civic engagement among 18–25 year olds*. College Park, MD: Center for Information and Research on Civic Learning and Engagement.
- Lopez, M. H. & Marcelo, K. B. (2008). The civic engagement of immigrant youth: New evidence from de 2006 Civic and Political Health of the Nation Survey. *Applied Development Science*, 12 (2), 66 – 73. doi: 10.1080/10888690801997051
- Machado, F.L. (2006). Novos portugueses? Parâmetros sociais da identidade nacional dos jovens descendentes de imigrantes africanos. In J. Miranda & M. I. João (Orgs.), *Identidades nacionais em debate* (pp. 19 – 46). Oeiras: Celta Editora.

- Mannarini, T. & Fedi, A. (2009). Multiple senses of community: The experience and meaning of community. *Journal of Community Psychology*, 37(2), 211 – 227. doi: 10.1002/jcop.20289
- Marante, L. (2010). *A reconstrução do sentido de comunidade: implicações teórico-metodológicas no trabalho sobre a experiência de sentido de comunidade*. Dissertação de mestrado não publicada. Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa. Recuperado de <http://repositorio.ul.pt/handle/10451/2643>
- Maroco, J. (2007, 3ª edição). *Análise Estatística com Utilização do SPSS*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Maroco, J. (2010). *Análise Estatística com o PASW Statistics (ex – SPSS)*. Pêro Pinheiro: ReportNumber.
- Matsuba, M., Hart, D., & Atkins, R. (2007). Psychological and social-structural influences on commitment to volunteering. *Journal Of Research In Personality*, 41(4), 889-907. doi: 10.1016/j.jrp.2006.11.001
- McMillan, D. W. & Chavis, D. M. (1986). Sense of community: A definition and theory. *Journal of Community Psychology*, 14(1), 6 – 23. doi: 10.1002/1520-6629(198601)14:1<6::AID-JCOP2290140103>3.0.CO;2-I
- McMillan, D. W. (1996). Sense of Community. *Journal Of Community Psychology*, 24(4), 315-325.
- Menezes, I., Ribeiro, N., Fernandes-Jesus, M., Malafaia, C. & Ferreira, P. D. (Eds.). (2012). *Agência e participação cívica e política: Jovens e imigrantes na construção da democracia*. Porto: Livpsic.
- Oliveira, T. (2005). *Teses e dissertações : recomendações para a elaboração e estruturação de trabalhos científicos* (2ª ed.). Lisboa: RH Editora.
- Ornelas, J. (2008). *Psicologia Comunitária*. Lisboa: Fim de Século.
- Perkins, D.D., Florin, P., Rich, R., Wandersman, A. & Chavis, D.M. (1990). Participation and the social and physical environment of residential blocks: Crime and Community Context. *American Journal of Community Psychology*, 18(1) 83 – 115. doi:10.1007/BF00922690
- Pestana, M.H. & Gageiro, J.N. (2003, 3ª edição). *Análise de Dados para Ciências Sociais: A Complementaridade do SPSS*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Peterson, N.A., Speer, P.W, & Hughey, J. (2006). Measuring sense of community: A methodological interpretation of the factor structure debate. *Journal of Community Psychology*, 34(4), 453 – 469. doi: 10.1002/jcop.20109
- Peterson, N. A., Speer, P. W. & McMillan, D. W. (2008). Validation of a brief sense of community scale: Confirmation of the principal theory of sense of community. *Journal of Community Psychology*, 36 (1), 61 – 73. doi: 10.1002/jcop.20217

- Sandelowski, M. (2000). Combining qualitative and quantitative sampling, data collection, and analysis techniques in mixed-method studies. *Research in Nursing & Health*, 23, 246 – 255. doi: 10.1002/1098-240X(200006)23:3<246::AID-NUR9>3.0.CO;2-H
- Sarason, S. B. (1974). Overview. In S.B. Sarason (Ed.) *The psychological sense of community: Prospects for a community psychology* (pp. 1 – 15). Washington : Brookline.
- Sarason, S.B. (1974). The societal origins of community psychology (Ed.). *The psychological sense of community: Prospects for a community psychology* (pp. 16 – 42). Washington : Brookline.
- Sarason, S.B. (1974). The perception and conception of a community (Ed.). *The psychological sense of community: Prospects for a community psychology* (pp. 130 – 160). Washington : Brookline.
- Sarason, S.B. (1974). Some cautions (Ed.). *The psychological sense of community: Prospects for a community psychology* (pp. 268 – 277). Washington : Brookline.
- Sardinha, J. (2007). *Providing voices? Civic participation opportunities for immigrants in Portugal*. Report prepared for the European research project POLITIS, Oldenburg. Recuperado de http://www.uni-oldenburg.de/politis-europe/download/WP7__POLITIS_Sardinha_2007.pdf
- Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (2012). *Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo*. Oeiras: autor. Recuperado de <http://sefstat.sef.pt/relatorios.aspx>.
- Sherrod, L. (2002). Dimensions of Citizenship and Opportunities for Youth Development: The What, Why, When, Where, and Who of Citizenship Development. *Applied Developmental Science*, 6 (4), 264 – 272.
- Sonn, C.C. (2002). Immigrant adaptation: Understanding the process through sense of community. In A.T. Fisher, C.C. Sonn & B.J. Bishop (Eds.). *Psychological sense of community: Research, applications and implications* (99. 205 – 222). New York: Kluwer Academic/Plenum Publishers.
- Sonn, C.C. & Fisher, A.T. (1996). Psychological Sense of Community in a Politically Constructed Group. *Journal of Community Psychology*, 24 (4), 417 – 430. doi: 10.1002/(SICI)1520-6629(199610)24:4<417::AID-JCOP9>3.0.CO;2-Q
- Stepick, A. & Stepick, C. D. (2002). Becoming American, constructing ethnicity: Immigrant youth and civic engagement. *Applied Developmental Science*, 6 (4), 246 – 257. doi: 10.1207/S1532480XADS0604_12
- Talò, C., Mannarini, T., & Rochira, A. (2013). Sense of community and community participation: A meta-analytic review. *Social Indicators Research*. doi:10.1007/s11205-013-0347-2

- Teixeira, A. & Albuquerque, R. (2005). *Active civic participation of immigrants in Portugal*. Report prepared for the European research project POLITIS, Oldenburg. Recuperado de <http://hdl.handle.net/10400.2/1312>
- Trickett, E.J. (2004). Human diversity and community psychology: Where ecology and empowerment meet. *American Journal of Community Psychology*. doi: 10.1007/BF02506894
- Watts, R.J. & Flanagan, C. (2007). Pushing the envelope on youth civic engagement: A developmental and liberation psychology perspective. *Journal of Community Psychology*, 35 (6), 779 – 792.
- Zani, B. & Barrett, M. (2012). Engaged citizens? Political participation and social engagement among youth, women, minorities, and migrants. *Human Affairs*, 22, 273 – 282. doi: 10.2478/s13374-012-0023-2

Anexo A – Escala Breve de Sentimento de Comunidade e Consentimento Informado

Caracterização

Questionário

1. Idade: _____ anos
2. Sexo:
 - a) Feminino
 - b) Masculino
3. País de origem: _____
4. Há quanto tempo reside em Portugal? _____
5. Tem nacionalidade portuguesa?
 - a) Sim
 - b) Não
6. Estado civil:
 - a) Solteiro(a)
 - b) Casado(a)
 - c) Outro
7. Escolaridade completa:
 - a) 6º ano
 - b) 9º ano
 - c) 12º ano
 - d) Licenciatura
 - e) Mestrado/Doutoramento

O presente questionário foi elaborado no âmbito de uma investigação para o mestrado em Psicologia Comunitária e tem como objectivo caracterizar o sentimento de comunidade de jovens oriundos dos PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa a residir em Portugal.

Para esclarecimento sobre este estudo poderá enviar um e-mail para 20751@alunos.ispa.pt.

Desde já obrigada pela sua colaboração!

Daniela de Jesus

Escala Breve de Sentimento de Comunidade

Ao responder ao seguinte conjunto de questões, pense na comunidade onde vive actualmente. Usando a escala apresentada em baixo, assinale com um X o número que, em cada item, indica o grau de concordância relativamente à sua actual relação com a sua comunidade, excluindo as pessoas que vivem consigo. Por exemplo, se concordasse fortemente com o item 1, assinalaria o quadrado junto do número 4 à direita deste item. Se discordasse, assinalaria o número 2, e assim sucessivamente.

	Discordo Totalmente	Discordo	Concordo	Concordo Totalmente
1. Consigo obter o que necessito na minha comunidade.	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
2. Esta comunidade ajuda-me a satisfazer as minhas necessidades.	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
3. Sinto-me um membro desta comunidade.	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
4. Eu pertença a esta comunidade.	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
5. Eu tenho uma palavra a dizer sobre o que se passa na minha comunidade.	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
6. As pessoas da minha comunidade conseguem influenciar-se umas às outras.	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
7. Eu sinto-me ligado(a) a esta comunidade.	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
8. Eu tenho bons laços com outros nesta comunidade.	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4

**Investigação no âmbito da elaboração da tese de mestrado em Psicologia Comunitária no
ISPA – IU
Docente: Professor Doutor José Ornelas
Discente: Daniela de Jesus**

Consentimento informado para questionário

Estamos a convidá-lo(a) para participar num estudo de investigação.

Antes de aceitar participar é importante que compreenda o objectivo desta investigação, o que ela significa e assinar o consentimento informado de participação.

Leia com atenção esta folha de informação e, se desejar, informe-se junto da equipa de investigação para esclarecer as dúvidas que possa ter através do contacto fornecido.

O objectivo deste estudo é abordar a temática da participação cívica de jovens dos PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa) a residir em Portugal. Pretende-se publicar os resultados desta investigação, uma vez que está integrada na elaboração de uma dissertação de mestrado.

Foi convidado(a) para participar porque gostaríamos de saber a sua opinião e experiência enquanto jovem imigrante dos PALOP a residir em Portugal.

A sua participação neste estudo é inteiramente voluntária. Cabe a si aceitar participar. Se decidir participar, é livre para abandonar o estudo em qualquer altura.

Se concordar em participar, deverá fornecer o seu consentimento por escrito. A participação consiste na resposta a um questionário. As suas respostas farão parte da informação recolhida neste estudo e serão apesentadas de forma global e sem identificar os participantes, pelo que se garante a confidencialidade da informação dada.

O formulário de consentimento informado será arquivado em separado dos restantes questionários, os quais receberão um código e não um nome. Assim, o seu nome nunca aparecerá em quaisquer relatórios do estudo, comunicações ou publicações.

Receberá uma cópia desta folha de informação e da folha de consentimento para guardar.

Muito obrigada,

Daniela de Jesus

Para esclarecimentos sobre o estudo enviar um e-mail para: 20751@alunos.ispa.pt

Docente: Professor Doutor José Ornelas
Investigação no âmbito da elaboração da tese de mestrado em Psicologia Comunitária no
ISPA – IU

Docente: Professor Doutor José Ornelas
Discente: Daniela de Jesus

Consentimento de participação

Nome do(a) participante _____

Idade _____

Concordo em participar no estudo sobre a participação cívica de jovens dos PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa) a residir em Portugal e confirmo que li e compreendi a folha de e que tive a oportunidade de colocar questões. Compreendo que a minha participação é voluntária e que sou livre de desistir em qualquer altura.

Assinatura do(a) participante _____ Data ____ / ____ / _____

Assinatura da investigadora _____ Data ____ / ____ / _____

Nota: serão feitas três cópias do presente consentimento, uma será mantida com a equipa de investigação, uma será entregue ao participante, uma será mantida no arquivo da instituição de ensino.

Anexo B – Brief Sense of Community Scale (Original)

APPENDIX. BRIEF SENSE OF COMMUNITY SCALE (BSCS) ITEMS^a

<i>Concept</i>	<i>Item</i>	<i>Item wording</i>
NF	BSCS1	I can get what I need in this neighborhood.
NF	BSCS2	This neighborhood helps me fulfill my needs.
MB	BSCS3	I feel like a member of this neighborhood.
MB	BSCS4	I belong in this neighborhood.
IN	BSCS5	I have a say about what goes on in my neighborhood.
IN	BSCS6	People in this neighborhood are good at influencing each another.
EC	BSCS7	I feel connected to this neighborhood.
EC	BSCS8	I have a good bond with others in this neighborhood.

^aConcepts based on McMillan and Chavis (1986): NF = Needs fulfillment; B = membership; IN = influence; EC = emotional connection.

Anexo C – Guião do Grupo de Discussão Focalizada e Consentimento Informado

Obrigada por ter aceite o convite para participar no grupo de discussão. Vamos conversar sobre a participação cívica de jovens imigrantes dos PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa a residir em Portugal, como é o caso de todos vós.

Gostaria que se sentissem à vontade para falar sobre aquilo que sentem e pensam em relação às questões que serão colocadas.

Perguntas orientadoras:

1. Já se voluntariou ou fez trabalho comunitário numa organização ou associação?
2. Sente que a sua opinião conta em relação ao que é decidido em Portugal?
3. Acha que consegue ter tudo aquilo o que precisam em Portugal?
4. Sente-se ligado a Portugal?
5. Qual é a vossa relação com Portugal?
6. O que sente em relação à comunidade onde mora?
7. E o que pensa em relação à comunidade onde mora?
8. Acha que é da sua responsabilidade envolver-se em assuntos que afectam a comunidade onde mora?

**Investigação no âmbito da elaboração da tese de mestrado em Psicologia Comunitária no
ISPA – IU**

Docente: Professor Doutor José Ornelas

Discente: Daniela de Jesus

Consentimento informado para grupo de discussão

Estamos a convidá-lo(a) a participar num grupo de discussão sobre a temática da participação cívica de jovens. Leia esta folha de informação com atenção e, se desejar, informe-se junto da equipa de investigação para esclarecer as dúvidas que possa ter.

O objectivo deste estudo é abordar a temática da participação cívica de jovens dos PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa) a residir em Portugal. Pretende-se publicar os resultados desta investigação, uma vez que está integrada na elaboração de uma dissertação de mestrado.

A sua participação neste estudo é inteiramente voluntária e confidencial.

Se concordar em participar, deverá fornecer o seu consentimento por escrito. A participação consiste integração de um grupo de discussão, cujas intervenções serão gravadas e o seu registo destruído ao fim de cinco anos. Receberá uma cópia desta folha de informação e da folha de consentimento informado para guardar. A discussão em grupo deverá durar cerca de 50 minutos. Serão atribuídos códigos aos participantes, por isso o seu nome não será associado ao que for dito durante a discussão em grupo.

É livre para abandonar o estudo em qualquer altura, se assim o desejar.

Muito obrigada,

Daniela de Jesus

Para esclarecimentos sobre o estudo enviar um e-mail para: 20751@alunos.ispa.pt

**Investigação no âmbito da elaboração da tese de mestrado em Psicologia Comunitária
no ISPA – IU
Docente: Professor Doutor José Ornelas
Discente: Daniela de Jesus**

Consentimento de participação

Nome do participante: _____

Idade: _____

Concordo em participar neste estudo e confirmo que li e compreendi a folha de informação para o estudo sobre a participação cívica de jovens dos PALOP a residir em Portugal e que tive a oportunidade de colocar questões. Foi-me totalmente explicado o propósito do estudo, a forma de participação e os procedimentos envolvidos nesta discussão em grupo gravada. Compreendo que a minha participação é voluntária e que sou livre de desistir em qualquer altura.

Autorizo que a minha intervenção no grupo de discussão seja gravada.

Assinatura do(a) participante _____ Data ____ / ____ / _____

Assinatura da investigadora _____ Data ____ / ____ / _____

Nota: serão feitas três cópias do presente consentimento, uma será mantida com a equipa de investigação, uma será entregue ao participante, uma será mantida no arquivo da instituição de ensino.

Anexo D – Guião das Entrevistas e Consentimento Informado

Obrigada por ter aceite o convite para responder a esta entrevista. Vamos conversar sobre a participação cívica de jovens imigrantes dos PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa a residir em Portugal, como é o seu caso.

Gostaria que se sentissem à vontade para falar sobre aquilo que sentem e pensam em relação às questões que serão colocadas.

Perguntas orientadoras:

1. Já se voluntariou ou fez trabalho comunitário numa organização ou associação?
2. Sente que a sua opinião conta em relação ao que é decidido em Portugal?
3. Acha que consegue ter tudo aquilo o que precisam em Portugal?
4. Sente-se ligado a Portugal?
5. Qual é a vossa relação com Portugal?
6. O que sente em relação à comunidade onde mora?
7. E o que pensa em relação à comunidade onde mora?
8. Acha que é da sua responsabilidade envolver-se em assuntos que afectam a comunidade onde mora?
9. Já organizou alguma festa, encontro ou evento na sua comunidade?

**Investigação no âmbito da elaboração da tese de mestrado em Psicologia Comunitária no
ISPA – IU
Docente: Professor Doutor José Ornelas
Discente: Daniela de Jesus**

Consentimento informado para entrevista

Estamos a convidá-lo(a) a participar numa entrevista a temática da participação cívica de jovens. Leia esta folha de informação com atenção e, se desejar, informe-se junto da equipa de investigação para esclarecer as dúvidas que possa ter.

O objectivo deste estudo é abordar a temática da participação cívica de jovens dos PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa) a residir em Portugal. Pretende-se publicar os resultados desta investigação, uma vez que está integrada na elaboração de uma dissertação de mestrado.

A sua participação neste estudo é inteiramente voluntária e confidencial.

Se concordar em participar, deverá fornecer o seu consentimento por escrito. A participação consiste na resposta a uma entrevista, que será gravada e o seu registo destruído ao fim de cinco anos. Receberá uma cópia desta folha de informação e da folha de consentimento informado para guardar. A entrevista deverá durar cerca de 15 minutos. Ser-lhe-á atribuído um código, por isso o seu nome não será associado ao que disser durante a entrevista.

É livre para abandonar o estudo em qualquer altura, se assim o desejar.

Muito obrigada,

Daniela de Jesus

Para esclarecimentos sobre o estudo enviar um e-mail para: 20751@alunos.ispa.pt

Investigação no âmbito da elaboração da tese de mestrado em Psicologia Comunitária no ISPA – IU
Docente: Professor Doutor José Ornelas
Discente: Daniela de Jesus

Consentimento de participação

Nome do participante: _____

Idade: _____

Concordo em participar neste estudo e confirmo que li e compreendi a folha de informação para o estudo sobre a participação cívica de jovens dos PALOP a residir em Portugal e que tive a oportunidade de colocar questões. Foi-me totalmente explicado o propósito do estudo, a forma de participação e os procedimentos envolvidos entrevista gravada. Compreendo que a minha participação é voluntária e que sou livre de desistir em qualquer altura.

Autorizo que a minha entrevista seja gravada.

Assinatura do(a) participante _____ Data ____ / ____ / _____

Assinatura da investigadora _____ Data ____ / ____ / _____

Nota: serão feitas três cópias do presente consentimento, uma será mantida com a equipa de investigação, uma será entregue ao participante, uma será mantida no arquivo da instituição de ensino.

Anexo E

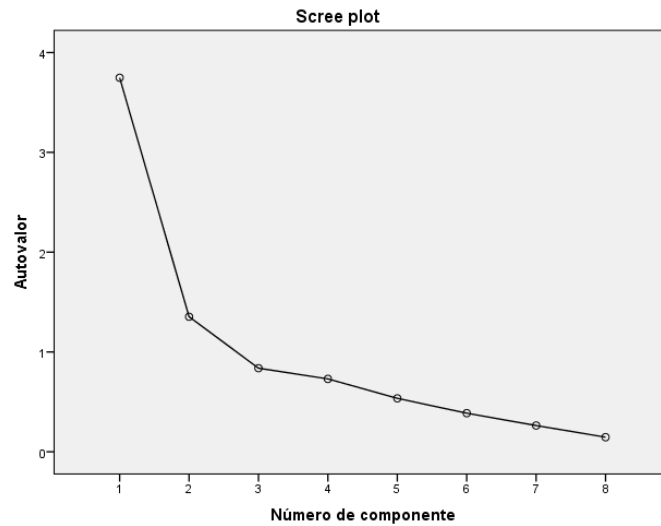
Consistência Interna da EBSC

Estadísticas de confiabilidade

Alfa de Cronbach	Alfa de Cronbach com base em itens padronizados	N de itens
,810	,814	8

Anexo F

Extracção de Factores com Valor Próprio Igual ou Superior a 1



Anexo G

Médias de Resposta aos Itens da EBSC e *Score* da EBSC

Estadísticas de item

	Média	Desvio Padrão	N
EBSC1	2,82	,651	60
EBSC2	2,78	,666	60
EBSC3	2,70	,743	60
EBSC4	2,58	,889	60
EBSC5	2,67	,896	60
EBSC6	2,78	,825	60
EBSC7	2,72	,739	60
EBSC8	3,12	,715	60

Estatísticas descritivas

	N	Média	Desvio Padrão
EBSC	60	2,77	,505
N válido (de lista)	60		

Anexo H

Correlação entre EBSC e Escolaridade e Correlação entre EBSC e Tempo de Residência

Correlações

			EBSC	Escolaridade e Completa
rô de Spearman	EBSC	Coeficiente de Correlação	1,000	-,115
		Sig. (2 extremidades)	.	,383
		N	60	60
	Escolaridade Completa	Coeficiente de Correlação	-,115	1,000
		Sig. (2 extremidades)	,383	.
		N	60	60

Correlações

			EBSC	Tempo de Residência em Portugal
rô de Spearman	EBSC	Coeficiente de Correlação	1,000	,372**
		Sig. (2 extremidades)	.	,003
		N	60	60
	Tempo de Residência em Portugal	Coeficiente de Correlação	,372**	1,000
		Sig. (2 extremidades)	,003	.
		N	60	60

** . A correlação é significativa no nível 0,01 (2 extremidades).

Anexo I

Testes não-paramétricos: sexo, escolaridade, país de origem, nacionalidade e tempo de residência

Resumo de Teste de Hipótese

	Hipótese nula	Teste	Sig.	Decisão
1	A distribuição de EBSC é a mesma entre as categorias de Sexo.	Teste U de Mann-Whitney de amostras independentes	,631	Reter a hipótese nula.

São exibidas significâncias assintóticas. O nível de significância é ,10.

N total	60
U de Mann-Whitney	410,000
Wilcoxon W	1.005,000
Estatística de teste	410,000
Erro padrão	66,697
Estatística de Teste Padronizado	-,480
Sig. assintótico (teste de 2 lados)	,631

Resumo de Teste de Hipótese

	Hipótese nula	Teste	Sig.	Decisão
1	A distribuição de EBSC é a mesma entre as categorias de Escolaridade Completa.	Teste de Kruskal-Wallis de Amostras Independentes	,614	Reter a hipótese nula.

São exibidas significâncias assintóticas. O nível de significância é ,10.

N total	60
Estatística de teste	1,805
Graus de liberdade	3
Sig. assintótico (teste de 2 lados)	,614

1. A estatística de teste está ajustada para empates.
2. Comparações múltiplas não são realizadas, pois o teste inteiro não apresenta diferenças significativas entre as amostras.

Resumo de Teste de Hipótese

	Hipótese nula	Teste	Sig.	Decisão
1	A distribuição de EBSC é a mesma entre as categorias de País de Origem.	Teste de Kruskal-Wallis de Amostras Independentes	,108	Reter a hipótese nula.

São exibidas significâncias assintóticas. O nível de significância é ,10.

N total	60
Estatística de teste	7,588
Graus de liberdade	4
Sig. assintótico (teste de 2 lados)	,108

1. A estatística de teste está ajustada para empates.
2. Comparações múltiplas não são realizadas, pois o teste inteiro não apresenta diferenças significativas entre as amostras.

Resumo de Teste de Hipótese

	Hipótese nula	Teste	Sig.	Decisão
1	A distribuição de EBSC é a mesma entre as categorias de Nacionalidade Portuguesa.	Teste U de Mann-Whitney de amostras independentes	,012	Rejeitar a hipótese nula.

São exibidas significâncias assintóticas. O nível de significância é ,10.

N total	60
U de Mann-Whitney	191,500
Wilcoxon W	1.226,500
Estatística de teste	191,500
Erro padrão	58,282
Estatística de Teste Padronizado	-2,505
Sig. assintótico (teste de 2 lados)	,012

Resumo de Teste de Hipótese

	Hipótese nula	Teste	Sig.	Decisão
1	A distribuição de EBSC é a mesma entre as categorias de Tempo de Residência em Portugal.	Teste de Kruskal-Wallis de Amostras Independentes	,065	Rejeitar a hipótese nula.

São exibidas significâncias assintóticas. O nível de significância é ,10.

N total	60
Estatística de teste	11,861
Graus de liberdade	6
Sig. assintótico (teste de 2 lados)	,065

1. A estatística de teste está ajustada para empates.

Participantes com Nacionalidade Portuguesa

Estatísticas descritivas

	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
EBSC1	15	2	4	2,93	,594
EBSC2	15	2	4	3,00	,535
EBSC3	15	2	4	3,13	,640
EBSC4	15	2	4	3,13	,743
EBSC5	15	1	4	2,87	,743
EBSC6	15	2	4	3,00	,756
EBSC7	15	1	4	2,93	,799
EBSC8	15	2	4	3,47	,640
N válido (de lista)	15				

Participantes sem Nacionalidade Portuguesa

Estatísticas descritivas

	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
EBSC1	45	1	4	2,78	,670
EBSC2	45	1	4	2,71	,695
EBSC3	45	1	4	2,56	,725
EBSC4	45	1	4	2,40	,863
EBSC5	45	1	4	2,60	,939
EBSC6	45	1	4	2,71	,843
EBSC7	45	1	4	2,64	,712
EBSC8	45	2	4	3,00	,707
N válido (de lista)	45				

Tempo de Residência: < 1 ano

Estatísticas descritivas

	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
EBSC1	8	1	4	2,25	1,165
EBSC2	8	2	4	2,88	,641
EBSC3	8	1	3	2,00	,535
EBSC4	8	1	3	1,88	,641
EBSC5	8	1	4	2,38	1,188
EBSC6	8	1	4	2,38	1,061
EBSC7	8	1	4	2,13	,991
EBSC8	8	2	4	2,63	,744
N válido (de lista)	8				

Tempo de Residência: 1 – 2 anos

Estadísticas descritivas

	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
EBSC1	7	2	4	2,86	,690
EBSC2	7	1	3	2,57	,787
EBSC3	7	1	3	2,43	,976
EBSC4	7	1	3	1,86	,900
EBSC5	7	1	4	2,57	1,134
EBSC6	7	2	3	2,57	,535
EBSC7	7	2	3	2,71	,488
EBSC8	7	2	4	3,29	,756
N válido (de lista)	7				

Tempo de Residência: 2 – 5 anos

Estadísticas descritivas

	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
EBSC1	16	2	4	3,00	,516
EBSC2	16	2	4	2,88	,619
EBSC3	16	2	4	2,81	,655
EBSC4	16	1	4	2,69	,946
EBSC5	16	1	3	2,44	,629
EBSC6	16	1	4	2,69	,793
EBSC7	16	2	4	2,75	,683
EBSC8	16	2	4	3,00	,730
N válido (de lista)	16				

Tempo de Residência: 5 – 10 anos

Estadísticas descritivas

	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
EBSC1	14	2	4	3,00	,392
EBSC2	14	1	4	2,71	,825
EBSC3	14	2	4	2,93	,616
EBSC4	14	2	4	2,79	,699
EBSC5	14	2	4	3,14	,663
EBSC6	14	1	4	2,86	,770
EBSC7	14	2	4	2,71	,726
EBSC8	14	2	4	3,14	,663
N válido (de lista)	14				

Tempo de Residência: 10 – 15 anos

Estatísticas descritivas

	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
EBSC1	8	2	3	2,88	,354
EBSC2	8	3	3	3,00	,000
EBSC3	8	3	3	3,00	,000
EBSC4	8	2	4	3,00	,535
EBSC5	8	2	4	2,62	,744
EBSC6	8	2	4	3,25	,707
EBSC7	8	3	4	3,13	,354
EBSC8	8	3	4	3,38	,518
N válido (de lista)	8				

Tempo de Residência: 15 – 20 anos

Estatísticas descritivas

	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
EBSC1	6	2	3	2,50	,548
EBSC2	6	2	4	2,50	,837
EBSC3	6	1	4	2,50	1,049
EBSC4	6	2	4	2,83	,983
EBSC5	6	1	4	2,67	1,366
EBSC6	6	1	4	3,00	1,095
EBSC7	6	2	4	2,83	,983
EBSC8	6	2	4	3,33	,816
N válido (de lista)	6				

Tempo de Residência: > 20 anos

Estatísticas descritivas

	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
EBSC1	1	3	3	3,00	.
EBSC2	1	3	3	3,00	.
EBSC3	1	4	4	4,00	.
EBSC4	1	4	4	4,00	.
EBSC5	1	3	3	3,00	.
EBSC6	1	3	3	3,00	.
EBSC7	1	3	3	3,00	.
EBSC8	1	4	4	4,00	.
N válido (de lista)	1				

Anexo J – Transcrição da Discussão Focalizada e das Entrevistas

Transcrição do focus group – 15 de outubro de 2013
Duração: 45”27’

Entrevistadora: Daniela de Jesus
Facilitadoras: Rita Ferreira e Sara Rêgo

Integrantes do grupo de discussão:

4 do sexo masculino

2 do sexo feminino

Idades: 19 - 22 anos

Obrigada a todos por terem aceite o convite. Vamos abordar o tema da participação cívica dos jovens dos PALOP, como sabem. Sintam-se à vontade para falar. Se houver alguma coisa que não percebam tão bem, por favor.

1. Para começar gostaria que me dissessem se já fizeram voluntariado ou já participaram de numa associação noutro tipo actividades.

P1: Eu já. Fiz voluntariado no banco dos alimentos para os sem abrigo.

1.1. No banco alimentar?

P1: Sim.

1.2. E foste tu que tomaste a iniciativa de participar?

P1: A V. (dinizadora comunitária do projecto de que faz parte) é que perguntou e depois eu disse que estava ininteressada.

1.3. Gostas de ajudar e de te sentir útil...

P1: Gosto de ajudar os outros, mas não sabia como e como surgiu a oportunidade... A V. falou-me na oportunidade.

1.4. Então a V. (dinizadora comunitária do projecto de que faz parte) ajudou-te a concretizar o que já querias fazer, mas não sabias como...

P1: Sim.

1.5. E mais algum de vocês fez voluntariado ou outro tipo de actividade numa associação?

P2: Estive durante uma semana a fazer voluntariado aqui no Centro Paroquial. Tinham um projecto de voluntariado nas escolas. Tínhamos um posto solidário de recolha de material escolar, alimentos e roupa. Entretanto o projecto foi-se alargando e a roupa que íamos recolhendo e os alimentos entregava-se no centro comunitário. Depois tentámos, com a ajuda da Junta de Freguesia, abrir uma loja de roupas para criança até aos oito anos, mais ou menos, mas só que as roupas já eram usadas, as pessoas iam lá e eram vendidas a um preço simbólico.

1.6. Mas não chegaram a abrir a loja...

P2: A loja está aberta. Só que entretanto saí da escola, não sei se ainda participam nisso.

1.7. Foram os alunos que levaram o projecto à Junta de Freguesia?

P2: Sim, mas em conjunto com o projecto que já existia.

1.8. Mais alguém participou num projecto de voluntariado?

P3: Eu participei no programa de voluntariado juntamente com ela (P1).

1.9. No banco alimentar?

P3: Sim.

1.10. E foi também porque querias ajudar?

P3: Porque a V. falou-me nisso e perguntou se estaria disponível para ajudar.

1.11. E antes de a V. (dinizadora do projecto de que faz parte) falar já tinhas essa ideia ou foi só depois de a V. ter falado nisso?

P3: Achei que era uma boa coisa, mas nunca não tinha pensado nessa ideia.

(Ainda sobre as experiências de voluntariado)

P4: Eu já participei na Cultura Social, apoio às crianças.

1.12. E fazias o quê na Cultura Social?

P4: Tomava conta das crianças.

1.13. Foi para ocupar o tempo livre, para seres útil àquelas crianças, ou pelas duas coisas até?

P4: Pelas duas coisas, pelo tempo livre e também gosto de crianças.

2. Acham que cá em Portugal a vossa opinião é levada em considerção em assuntos que interessam? Não em relação à vossa comunidade, mas assuntos que afectem um maior número de pessoas no país?

P4: Em Portugal?

2.1. Sim, a nível social, por exemplo.

Anexo J – Transcrição da Discussão Focalizada e das Entrevistas

P4: A crise económica, por exemplo... Trabalho e pronto!

2.2. E se tivesses algo a dizer sobre como melhorar a situação do país, achas que a tua opinião seria ouvida? Achas que tu, E., terias essa capacidade?

P4: Para melhorar o país?

2.3. Sim.

P4: Não.

3. Existe a crise económica e outros problemas... No caso da vossa comunidade, se algo estiver errado, acham que têm uma palavra a dizer sobre isso?

P3: Pode ser... Posso sempre tentar.

3.1. Mesmo que não sejas ouvido, ao menos tomaste a iniciativa, é isso?

P3: Sim.

4. A pergunta vou fazer-vos agora é geral. Considerando que são todos jovens imigrantes a residir em Portugal, acham que conseguem ter o que precisam para a vossa vida, a nível dos recursos de um modo geral e não apenas financeiros?

P4: Acho que sim. Se lutarmos por aquilo que nós queremos, conseguimos. Mas isso depende nós, depende de cada um.

P3: Depende do que cada um quer. Em geral, todos nós podemos ter uma vida normal. Se quiser ter uma vida normal, sim. Com a crise económica, uma pessoa pode querer tornar-se em algo em grande, mas é difícil ir mais longe.

4.1. Todos vocês sentem isso, que em Portugal é preciso lutar para ir mais além?

Resposta do grupo: Sim.

P2: Acabo por concordar, de uma certa forma, um pouco com os dois.

P4: Eu já vi vários jovens que querem ir para a faculdade, mas não conseguem porque não têm dinheiro para as propinas.

4.2. E esses jovens conseguem arranjar uma alternativa, como uma bolsa de estudos ou desistem?

P3: A maioria acaba por arranjar emprego.

4.3. Sentem que têm de arranjar uma forma de ter o seu dinheiro, para continuar a viver, por isso têm de seguir em frente...

P1: Alguns não têm documentos e não podem trabalhar nem trabalhar. Outros que ficam muito tempo sem fazer nada, por isso ficam muito tempo sem trabalhar. Outros precisam mesmo de trabalhar e trabalham sem descontos. Há uns que aceitam e outros que não aceitam. Conheço um caso de alguém que vai pagar os descontos directamente à segurança social.

4.4. Mais alguém conhece situações de pessoas que não podem trabalhar nem estudar, serem cidadãos activos por não terem documentos?

Resposta do grupo: Sim.

P4: Há um que não podia sair muito tempo à noite porque não tinha documentos.

4.5. Então é um problema muito comum na vossa comunidade?

Resposta do grupo: Sim.

4.6. E qual é a vossa relação com a comunidade em geral - as escolas, as lojas, a farmácia, a polícia, o Orienta.te?

P4: É boa.

4.7. O que é que vocês sentem?

P1: Eu não moro num bairro social e gostava de ter essa experiência.

4.8. De saber o que se passa lá?

P1: Sim.

5. Sentem que fazem parte da comunidade? Que é a vossa comunidade ou uma comunidade no meio de tantas outras?

P4: É a nossa comunidade.

5.1. Porquê?

P4: Podemos fazer várias coisas na nossa comunidade. Sinto que posso ajudar as pessoas da minha comunidade.

5.2. De que formas?

P4: Por exemplo, se houver algum problema, eu posso dar algumas ideias.

5.3. No Orineta.te ou na comunidade em geral?

P4: Na minha comunidade.

5.4. E onde é que podes dar ideias sem ser no Orienta.te?

P4: Na Junta de Freguesia.

6. E acham que é da vossa responsabilidade, um dever, apresentar soluções em relação a coisas que podem ser melhoradas?

P3: Como um dever, não, mas deve ser feito.

6.1. Não digo uma obrigação, mas como algo que sentem e pensam que deve ser feito...

Anexo J – Transcrição da Discussão Focalizada e das Entrevistas

P3: Sim. Há quem ache que está tudo bem e que não sente necessidade de ajudar. Não sente que seja um dever, mas é.

P4: Faço, porque acho que devo fazer. Por exemplo, fui fazer voluntariado, porque reparei em mim próprio... Estar num sítio sem fazer nada, não vai me ajudar. Por isso decidi ser activo.

P1: Eu participei no banco dos alimentos, acho que é um dever, porque se eu ajudar uma pessoa, os alimentos não vão só para os sem abrigo, vão para famílias carenciadas. E as famílias podem beneficiar disso e ficar bem. Eu sinto-me bem por ajudar.

6.2. Sabes que não vão passar fome naquele dia ou naquela noite e isso faz-te sentir bem.

P1: Sim.

7. Já falámos da comunidade, que está inserida Portugal. Portugal é mais abrangente, mais amplo. Gostaria que, pensando em Portugal, me dissessem se sentem que há uma ligação entre vocês e Portugal.

P4: Sim.

7.1. Queres explicar melhor?

P4: Eu sinto-me bem aqui.

7.2. Sentem-se ligados ao país que vos acolheu?

P3: Sou residente em Portugal. Sinto que não sou daqui.

P1: Eu sinto que é a minha segunda casa, por enquanto. Não sei, posso ficar aqui de uma vez ou voltar para o meu país. De qualquer jeito foi Portugal que nos ajudou nos tempos de guerra. Estando lá ou aqui, sinto-me ligada e isso não vai mudar.

P3: Depende da pessoa. Eu não procuro sair, procuro evoluir, mas um dia vou voltar ao meu país, que não conheço assim tão bem. Mais tarde ou mais cedo acabarei por voltar. [...] Sinto-me bem aqui, mas África e Portugal são muitos diferentes. Tem a ver com a minha naturalidade.

P4: A família...

P3: Sim. É o meu país. Até posso dizer que não conheço muito bem o meu país. Conheço melhor o Senegal. Nasci na Guiné, mas fui para o Senegal com sete anos.

P4: Em relação ao que ele disse, sim, há jovens que saem muito cedo do país e sentem vontade de conhecer melhor. Eu sinto-me bem aqui, mas lá é melhor.

7.3. Como?

P3: Lá é tudo diferente. Portugal é muito melhor, nem se compara. Para quem saiu da sua terra, por exemplo, eu saí da minha terra há dois anos, vivi quase a minha vida inteira em África. Eu tenho família cá, mas não conheço assim muita gente.

7.4. Sentes que o teu lugar é lá?

P3: Exacto.

7.5. Mais alguém sente que o seu lugar não é cá?

P2: Estou dividida entre os dois. Eu vim para Portugal por volta dos 11 anos, sinto-me dividida. Quando estou cá sinto falta de lá. Quando estou lá sinto falta dos meus amigos daqui.

P4: Sinto que é lá. Cá tenho moro num prédio, lá moro numa casa.

7.6. É diferente...

P2: Eu percebo o que ele quer dizer. Em tua casa estás muito mais à vontade do que num prédio. No sítio onde estou a morar há dois anos não vejo ninguém, conheço pouca gente. Posso cumprimentar os vizinhos, mas às vezes não respondem.

7.7. Em África é diferente...

P3: A relação entre as pessoas é muito diferente. Não só cá em Portugal, a Europa inteira é diferente de África. Cá é cada um por si. Lá são todos por todos.

P2: Lá tens a família.

7.8. Essas diferenças influenciam a vossa relação com Portugal. Lá podem ter a porta aberta, cá é perigoso. Cumprimentar quem vêm na rua... Aqui cumprimentam os vizinhos e eles podem não responder.

P4: Coisas assim...

7.9. Há mais alguma coisa que seja diferente?

P1: Lá as pessoas estão na rua às onze horas nos dias de semana. Aqui às nove horas já não se vê quase ninguém na rua.

P4: Em geral é sempre assim. Em África, quando não tens nada para fazer, saís e tens o que fazer. Há sempre alguma coisa para fazer.

7.10. Cá é mais dentro dos cafés, cada um em sua casa. Lá é mais na rua. É essa a grande diferença?

P4: Sim, é a grande diferença. Quando cheguei, não tinha nada para fazer, por isso ficava em casa. Não havia nada importante para fazer. Agora com o Orienta.te disponível e por perto sei que posso fazer várias coisas.

P4: Isso de ficar em casa depende da pessoa. Há aqueles que são mais alegres, gostam mais de sair...

P5: E os que gostam de ficar em casa.

Anexo J – Transcrição da Discussão Focalizada e das Entrevistas

7.11. E como é no vosso caso, gostam de conviver ou são mais reservados?

P4: Eu sou mais alegre.

7.12. E se não fosse o Orienta.te também não terias o que fazer quando chegaste?

P4: Ele chegou e não tinha cá ninguém. Eu já tinha cá os meus irmãos, é diferente.

P1: Quando cheguei não tinha nada para fazer, levantava-me perto do meio dia. Cheguei atrasada, por isso não podia ir à escola. Durante um ano quase não saía de casa e não me sentia útil. Só saía para ir a casa das minhas primas e quando elas tinham de estudar voltava para casa. Pensava que não ia ter amigos, só falava com uma vizinha. Depois ela começou a convidar-me para ir lá a casa e fiz amigos.

7.13. Então não tinhas cá mais família quando chegaste?

P1: Sim, mas não tinha irmãos mais novos e as minhas primas estavam longe. Os meus pais trabalhavam e quando chegavam estavam ocupados com o jantar.

P4: Isso de chegar e não ter cá amigos... Não ter o que fazer e maneiras de se adaptar, a língua, por exemplo.

P3: É o maior desafio: não ter nada para fazer!

P1: Quem chegar aqui e não tiver amigos próximos ou família cá e não falar português, é mais difícil. Para sair de casa e ir comprar qualquer coisa, tens de esperar que alguém chegue para ir às compras por causa da língua. Isso vai dificultar muito a linguagem.

P2: Na minha primeira semana de aulas cá, sentei-me no meio da escola e chorei. Chorei mesmo com lágrimas, o que não me acontece. Senti-me mesmo muito mal naquela altura. Lá em Cabo Verde havia professores que davam as aulas em português, mas a maior parte das vezes era em crioulo. Depois chegar aqui, ter uma aula atrás da outra e falarem uma língua que não percebes... foi devastador! O que eu fazia era... passava o dia inteiro a ver tv quando estava em casa. Por volta de um mês já entendia o que diziam nas aulas. Mesmo assim... As pessoas acabam desanimando um bocado.

7.14. Alguém tem algo a acrescentar à discussão?

Resposta do grupo: não.

Sendo assim, obrigada a todos por terem partilhado as vossas experiências. Espero que tenham gostado de participar.

Anexo J – Transcrição da Discussão Focalizada e das Entrevistas

Transcrição da entrevista - 21 de outubro de 2013

Duração da entrevista: 11'07"

Entrevistadora: Daniela de Jesus

Participante 7

Dados biográficos:

Sexo: feminino

Idade: 23 anos

País de origem: São Tomé e Príncipe

Tempo de residência em Portugal: 7 anos

Obrigada por ter aceite participar. Já sabe que a entrevista é sobre a participação de jovens em Portugal.

1. Gostaria de perguntar se já fez voluntariado ou algum tipo de trabalho voluntariado numa organização ou associação?

P7: Sim, já fiz. Já fiz em algumas instituições. Para sem-abrigo, na Associação Sorriso, entretanto trabalhei também na Associação Sol, que acolhe jovens com HIV. Basicamente é isso.

1.1. E que a levou a fazer esse trabalho voluntário?

P7: Inicialmente, porque gosto da área social. Fiz um curso de técnica de animação social e estudo Psicologia, e também é uma forma de ganhar experiência, é uma forma de ver como é que funcionam as coisas na prática, e poder ajudar, o poder fazer algo, e contribuir para o bem-estar das pessoas.

2. Já organizou alguma festa, encontro ou evento na tua comunidade?

P7: Não, isso nunca fiz. Ainda não tive a oportunidade de fazer. Mas, sim, é algo a pensar. Talvez um dia possa fazer isso.

3. Acha que a sua opinião conta em relação ao que é decidido cá em Portugal? Sente que tem uma palavra a dizer ao nível do que é decidido no país?

P7: A nível de...

3.1. A nível geral, do que se passa no país.

P7: Sinceramente... Acho que não. Acho que pouco conta.

Em relação a quê, por exemplo?

P7: Por exemplo, não voto. Não sou portuguesa, portanto ainda não voto.

3.2. Está limitada por não ser uma cidadã portuguesa ainda?

P7: Há coisas que só os portugueses podem, como votar. Quando és imigrante, há pouco a fazer, podes dar a tua opinião... mas acho que o voto é, sem dúvida, uma forma de os cidadãos se manifestarem. Mudar quem está actualmente a governar, para fazer melhor. A nível do voto... Quando estiver a trabalhar, a estudar, talvez. Só no trabalho futuramente, por exemplo.

4. E acha que consegue ter tudo aquilo que precisa em Portugal?

P7: Não, acho que não consigo ter tudo em Portugal. A questão escolar... Não há apoios porque somos imigrantes. É difícil para os imigrantes. Mesmo a nível de emprego, é mais difícil para os imigrantes do que para os nativos. As pessoas preferem dar emprego aos nativos, vão olhar para os seus.

4.1. Mais alguma área em que sintas que não tens tudo o que necessitas?

P7: Acho que estas são as básicas e essenciais: a formação e posteriormente o trabalho. São a base para a alimentação, saúde. É a base de tudo. Se eu não tiver condições financeiras, como é que pago uma consulta?

4.2. A condição financeira afecta tudo o que se passa no dia-a-dia.

P7: Sim.

5. E sentes-te ligada a Portugal?

P7: Eu gosto de Portugal, tem coisas boas, gosto de cá estar. O que falta... sinto que não estou ligada à minha comunidade. Vivo no Areiro e, entretanto, não me sinto ligada à minha comunidade. Sinto que só vivo lá. Não me sinto ligada às pessoas de lá, que me rodeiam. Vou tendo algumas amizades, mas não sinto um vínculo grande.

5.1. Não há um vínculo grande, nem com o país nem com os portugueses nem com a comunidade onde vives, é isso?

P7: Com a comunidade onde vivo, esqueça. Não existe mesmo vínculo. Com os portugueses, de certa forma, existe algum, com as pessoas que me são próximas. Mas, numa escala de 1 a 10, eu digo que talvez seja 5.

5.2. Está a meio termo...

P7: Sim.

Anexo J – Transcrição da Discussão Focalizada e das Entrevistas

6. E em relação à comunidade onde, já disse que não tem muitas ligações.. Vive lá, mas não tem muitas ligações na comunidade. Faz a vida fora do local de residência, é como se fosse só o local de residência. Mas o que sente em relação à comunidade em geral?

P7: Não sinto nada. É mesmo só para dormir. Não há ligação nenhuma.

7. E o que é que pensa em relação à comunidade onde mora?

P7: Penso que talvez pudessem fazer mais coisas com os residentes. É cada um na sua e não vejo grande afinidade. Por vezes a comunidade podia ajudar na integração das pessoas e não tem feito isso.

7.1. Não sente que haja propriamente um sentimento de comunidade?

P7: Não, não sinto.

7.2. O que é que a comunidade poderia fazer para integrar as pessoas, para se tornarem mais unidas?

P7: Neste caso, teria de ser a Junta ou alguma associação lá perto. O chegar à comunidade e ser bem recebida, saber onde obter informações. Acho que isso não existe.

8. E acha que é da sua responsabilidade envolver-se em assuntos da comunidade?

P7: Sim, eu penso que sim.

8.1. Mesmo não havendo esse apoio, essas iniciativas, acha que tem a responsabilidade enquanto cidadão de se envolver em assuntos, em aspectos a melhorar na comunidade?

P7: Eu creio que sim. Sim, se soubesse o que melhorar na minha comunidade... a nível de apoio, saneamento básico. Se houvesse esse apoio e informação sobre o que melhorar na comunidade, eu faria.

Há mais alguma coisa que queira acrescentar ao que aqui falámos?

P7: Não, por acaso não.

Obrigada pela sua participação.

P7: Obrigada eu.

Anexo J – Transcrição da Discussão Focalizada e das Entrevistas

Transcrição da entrevista - 21 de outubro de 2013
Duração da entrevista: 6'03'

Entrevistadora: Daniela de Jesus

Participante 8

Dados biográficos:

Sexo: feminino

Idade: 23 anos

País de origem: Cabo Verde

Tempo de residência em Portugal: 5 anos

Quero começar por agradecer te aceite participar nesta entrevista sobre a participação cívica.

1. Quero começar por perguntar se já se voluntariou ou fez trabalho comunitário numa organização ou associação?

P8: Aqui em Portugal, não.

1.2. E em Cabo Verde?

P8: Já.

1.4. Em que tipo de associação?

P8: A ajudar crianças desfavorecidas, ajudávamos nas explicações, etc.

1.5. E cá em Portugal nunca fez voluntariado, nunca se juntou a nenhuma associação?

P8: Não.

1.6. Por alguma razão em particular?

P8: Primeiro não tenho tempo, estudo e trabalho. Então fica um bocadinho complicado.

2. E já organizou alguma festa, encontro ou evento na sua comunidade cá em Portugal?

P8: Não.

2.1. Pela mesma razão ou por outra?

P8: Pela mesma.

3. Sente que a sua opinião conta em relação ao que é decidido em Portugal?

P8: Primeiramente, não voto. Não tenho nacionalidade. E ter voz activa, acho que não.

3.1. Acha que não ser portuguesa condiciona?

P8: Condiciona bastante.

4. E acha que consegue ter tudo o que precisa em Portugal, necessidades que tenha?

P8: Não.

4.1. Em que aspectos, por exemplo?

P8: A nível profissional.

4.2. A Falta de emprego?

P8: Falta de emprego e formações também, não é muito a 100%.

4.3. A nível da população portuguesa ou dos imigrantes cá em Portugal?

P8: Principalmente imigrantes.

4.4. Quais as diferenças que sente entre portugueses e não-portugueses?

P8: Há poucas bolsas, poucas ajudas aos estrangeiros.

4.5. É mais a nível da educação e do emprego?

P8: Sim, praticamente é isso.

5. E sente-se ligada a Portugal?

P8: De uma forma ou outra, sim. O meu país foi colonizado por portugueses. Querendo ou não, temos fortes ligações. Cooperações e tal.

5.1. Então é só essa a sua relação com Portugal, baseada no passado, ou no presente também?

P8: Sim, sim. Estou cá há cinco anos. De certa forma estou a contribuir para o país, trabalho, faço descontos.

5.2. Mais algum contributo que faça para o país?

P8: Acho que não.

6. E qual é a sua relação com Portugal?

P8: É praticamente a nível profissional e formação. Estou aqui para estudar.

7. E sente-se ligada à comunidade onde mora?

P8: Acho que não, estou lá só de manhã e à noite. Só para dormir.

8. Acha que é da sua responsabilidade envolver-se em assuntos que envolvam a sua comunidade, tentar resolvê-los?

P8: Seria bom, seria bom. Por acaso nem estou a par dos problemas de lá, mas houve lá uns problemazinhos. Seria bom, se tivesse tempo. Em parte, a nível de transportes ferroviários, há sempre greves na linha de Sintra.

Anexo J – Transcrição da Discussão Focalizada e das Entrevistas

Outros... temos algum vandalismo, mas por acaso nunca me aconteceu nada, é mais por ouvir as pessoas a comentarem.

8.1. Se pudesse resolver o problema do vandalismo, o que faria?

P8: Se calhar abria mais postos onde os miúdos podiam ocupar o tempo. Investia mais na educação. Porque acho que são mais os miúdos de 15 e 16, até os de 20 se calhar...

8.2. Fazem o que fazem por não ter mais nada para fazer, ocupam o tempo dessa forma?

P8: Praticamente é isso, ou a educação... os pais não têm tempo porque estão a trabalhar.

8.3. E há problemas que a afectem directamente na comunidade, sem ser a greve dos comboios?

P8: Eu praticamente vou lá só dormir, por isso não sei de nada do que se passa ali.

8.4. Então o que a impede de participar é a falta de tempo de oportunidade?

P8: Sim.

Obrigada pela sua participação.

P8: De nada. Boa sorte!

Anexo J – Transcrição da Discussão Focalizada e das Entrevistas

Transcrição da entrevista - 24 de outubro de 2013
Duração da entrevista: 4'30'

Entrevistadora: Daniela de Jesus

Participante 9

Dados biográficos:

Sexo: feminino

Idade: 20 anos

País de origem: Angola

Tempo de residência em Portugal: 2 anos

Obrigada por participar. Vou fazer-lhe algumas perguntas sobre participação cívica e gostaria que respondesse tendo em conta a sua vida.

1. Já fez voluntariado ou outro trabalho comunitário numa associação?

P9: Nunca fiz. Por acaso gostava de fazer, mas não.

1.1. Por alguma razão em particular?

P9: Não, foi mesmo por falta de informação.

1.1. Saber como fazer, onde é que devia ir...

P9: Para onde ir, exacto.

2. Já organizou alguma festa, encontro ou evento na tua comunidade?

P9: Não.

2.1. Por alguma razão em particular?

P9: Cá não conheço muita gente. Eu estou mais tempo na faculdade do que outra coisa.

3. Sente que a sua opinião conta em relação ao que é decidido em Portugal?

P9: Nunca tive assim nenhuma participação...

3.1. Mas se tivesse uma opinião a dar em relação a algum assunto, acha que seria levada em conta?

P9: Acho que sim.

4. E sente-se ligada a Portugal?

P9: Sim, sinto-me.

4.1. E o que é para si estar ligada a Portugal?

P9: Pronto... Eu sempre tive referências de cá, pelo facto de ter família cá e não sei quê. E agora que cá estou sinto-me bem cá. Tenho o meu grupo de amigos, dou-me bem com eles, estou integrada na faculdade e isso.

5. Está bem e qual é a sua relação com Portugal?

P9: É boa. É como se fosse o meu país de origem, vá.

6. E o que é que sente em relação à comunidade onde mora?

P9: Também não tenho queixas nenhuma.

6.1. Mas sente o quê?

P9: Gosto de estar aqui. Não conheço assim muita gente, mas as poucas pessoas que conheço dou-me bem com elas e sinto-me bem aqui.

7. Isso é o que sente. E o que pensa sobre a comunidade onde mora?

P9: Penso que é boa.

7.1. É boa em que aspecto?

P9: Não sei... É um meio assim mais ou menos pequeno. As pessoas devem dar-se todas bem, não sei.

7.2. Não sabe se se dão todas bem porquê, não fala com elas?

P9: Não, não conheço muita gente.

7.3. Mas das poucas que conhece sente-se bem e gosta de lá estar.

P9: Sim, gosto.

8. E acha que é da sua responsabilidade envolver-se em assuntos que afectem a comunidade onde mora?

P9: Acho que sim. Afinal de contas eu também vivo cá.

8.1. Então como é um membro da comunidade, acha que também tem uma opinião e deve envolver-se em assuntos que estejam menos bem, problemas que haja, é isso?

P9: Sim. Quando tiver conhecimento de alguma coisa, não é? Realmente não ando muito atenta a essas coisas.

8.2. Não anda atenta porquê? É sempre casa-faculdade, faculdade-casa?

P9: É isso, é. Quase nunca estou aqui. Só à noite é que estou em casa e aos fins de semana, algumas vezes.

8.3. E aos fins de semana, faz alguma coisa na comunidade?

P9: Não.

Está bem. As perguntas eram estas. Obrigada por ter respondido.

P9: De nada.

Anexo J – Transcrição da Discussão Focalizada e das Entrevistas

Transcrição da entrevista – 25 de outubro de 2013
Duração da entrevista: 26”13’

Entrevistadora: Daniela de Jesus

Participante 10

Dados biográficos:

Sexo: masculino

Idade: 20 anos

País de origem: São Tomé e Príncipe

Tempo de residência em Portugal: 5 anos

Antes de mais obrigada por aceitar responder à entrevista, que será sobre a participação cívica dos jovens dos PALOP cá em Portugal.

1. A primeira pergunta é: já se voluntariou ou fez trabalho comunitário numa organização ou associação?

P10: Já, já. Fiz voluntariado na minha antiga escola secundária e juntamente com a CM da Sertã.

1.1. E fazia o quê?

P10: Trabalhámos nas Olimpíadas do Ambiente.

1.2. Foi a escola que o inscreveu ou quis inscrever-se?

P10: Foi uma iniciativa que surgiu da parte da CM e que nós nos voluntariámos para fazê-la. Quem queria e gostasse daquilo podia ir. Era agradável de se fazer. Bom... Eu, pelo menos, gostava!

2. E já organizou alguma festa, encontro ou evento na comunidade?

P10: Sem ser na universidade?

2.1. Pode falar sobre isso...

P10: Sim, já realizei alguns eventos junto com os meus colegas. Um festival cultural, para representar a cultura africana, na minha antiga escola.

2.2. E mais alguma coisa?

P10: Já organizei um workshop que falava sobre a agricultura biológica.

2.3. E organizou sempre em conjunto com outras pessoas?

P10: Sim, também. Mas praticamente o tema foi meu, a iniciativa foi minha.

2.4. Esses eventos culturais da escola e da universidade consistiam em quê?

P10: Consistia, basicamente, em acções que pudessem desenvolver aquela comunidade. Por exemplo, se formos a ver, a agricultura biológica é algo que pode acrescentar valor na economia regional. Cada vez mais o mercado precisa desse tpo de iniciativas.

2.5. Sim, e em relação aos eventos culturais, qual era o objectivo?

P10: O convívio entre as pessoas...

2.6. Entre as pessoas africanas?

P10: E não só. E dar a conhecer, àqueles que não conheciam a cultura africana, o que é feito de bom e melhor ali.

3. Sente que a sua opinião conta em relação ao que é decidido em Portugal?

P10: Pelo menos no meio onde eu me insiro, tento dar o melhor contributo para que as coisas possam melhorar. Dou a minha opinião.

3.1. Acha que a sua opinião é levada em consideração?

P10: Se acrescentar valor, sim.

3.2. Dê-me o exemplo de uma opinião que tivesse valor e tenha sido aceite?

P10: Isso agora assim... falando assim... São coisas normais basicamente. Como é que posso dizer? Coisas do dia a dia, dar a opinião sobre algo.

3.3. Mas está a falar de coisas privadas ou de coisas que afectam o país?

P10: Não. O país... se nós estamos a falar de políticas que afectam o país, estamos a falar de políticas macro. Neste caso estava a cingir-me a mim e à comunidade. A minha opinião não vai assim tendo em conta questões macro.

3.4. Porquê?

P10: Porque eu não faço parte de um partido.

3.5. Mas tem nacionalidade portuguesa?

P10: Não.

3.6. Então também passa por aí se calhar.

P10: Diga?

3.7. O facto de não poder votar limita a sua participação, sente isso?

P10: Não. Eu acho que não. Acho que pode ser-se interventivo de muitas formas.

3.8. A organizar os eventos culturais, o workshop de agronomia... Refere-se a isso?

Anexo J – Transcrição da Discussão Focalizada e das Entrevistas

P10: Sim, também.

3.9. E mais?

P10: Mas isso fez parte do curso que fiz no secundário. Mas Agora estou numa área totalmente diferente que já não tem muito a ver com aquilo que eu fiz no secundário.

3.10. Mas tem organizado algum evento ou juntou-se a algum grupo na faculdade?

P10: Não, já não tenho organizado tanto como organizava no secundário. Nós tínhamos um grupo... Como é que posso dizer-lhe? Nós estávamos dispersos, uma parte no sul, uma parte norte, uma minoria é que está aqui, e por isso já não faço esse tipo de actividade. Pelo menos por enquanto... até terminar a licenciatura. Mas de vez em quando faço. Por exemplo, nas férias passadas de verão, participei nalguns convívios entre alguns santomenses, no parque da rotunda do [nome imperceptível na gravação áudio]. Não sei se conhece...

3.11. Não... Fica aonde?

P10: Ao pé da rotunda do aeroporto... Fomos umas três vezes, uma média de duas vezes por mês nas férias.

3.12. Disse que alguns estão no norte e outros no sul. Está a falar dos seus antigos colegas do secundário?

P10: Exactamente.

4. Está bem, então agora gostaria de perguntar se acha que consegue ter tudo aquilo que precisa em Portugal?

P10: Mas... para que eu consiga tudo aquilo que eu quero e desejo eu tenho de trabalhar para isso, lutar para aquilo. Não acredito que caia assim de bandeja nas minhas mãos. Tenho que fazer o necessário para que possa ter o possível ou o suficiente.

4.1. E o que é o suficiente ou possível para si, como dizia?

P10: O suficiente para mim seria, nesse caso, ter aquilo que eu necessito para ter aquilo que eu hei-de querer.

4.2. E o que é que há-de querer?

P10: O que é que eu hei-de querer?... Tranquilidade e ser realizado.

4.3. Tranquilidade e ser realizado... são então objectivos que pretende alcançar com trabalho cá em Portugal...

P10: Exactamente.

4.4. Mas não tem tranquilidade?

P10: Não... O que é que eu pretendo quando digo isso... digo a longo prazo. Não digo que a minha realização passará por Portugal ou por um outro país, porque eu não sei ainda. Mas, a médio prazo, aqui em Portugal, a minha grande realização seria terminar o meu curso que estou a fazer, a licenciatura neste caso.

4.5. Então, não sabe por onde passa o seu futuro mas, por enquanto está em Portugal, o seu objectivo é terminar o curso e as suas necessidades serão satisfeitas se terminar o curso, é isso?

P10: A médio prazo.

4.6. Sim. E quais são essas necessidades além da tranquilidade e... o que tinha dito mais...?

P10: Quais são as minhas necessidades?

4.7. Sim, quais são essas necessidades que sente no dia a dia, aquilo que precisa e não tem?

P10: Nesse caso... acho que a situação devia ser posta assim: quais são as dificuldades nesse caso, não é?

4.8. Pronto, então quais são os entraves que existem para satisfazer as suas necessidades? Quais são os obstáculos que sente?

P10: Neste caso, para o meu objectivo de concluir a licenciatura... É disso que está a falar?

4.9. Estamos a falar das suas necessidades e a pergunta era se consegue obter aquilo que precisa em Portugal. Falou em tranquilidade e alcançar outros objectivos que só consegue obtê-la com trabalho. Um dos seus objectivos cá em Portugal é terminar o curso. Então as suas necessidades são acabar o curso e ter tranquilidade?

P10: O meu objectivo é terminar o curso, então a minha necessidade não seria terminar o curso.

4.10. Então quais são as suas necessidades que sente em Portugal? Por exemplo, há alguma coisa que sinta que não consegue obter em Portugal, há alguma necessidade que não veja satisfeita em Portugal, há algum recurso que lhe falte cá em Portugal?

P10: Em relação aos recursos, eu creio que não. Estou a ter um bom desempenho naquilo que é o meu grande propósito, não é?. Depois... na questão de uma legião de estudantes que eu vejo, queria aqui partilhar consigo, seria na parte da documentação. Como posso dizer? Há muita burocracia envolvida nesse contexto. Por exemplo, alguém que esteja cá em Portugal e não esteja a ter bom rendimento na escola, se não transitar de ano não poderá renovar.

4.11. Está a falar da autorização de residência?

P10: Sim, acho que é uma das coisas que mais prejudica uma pessoa aqui em Portugal, neste caso.

4.12. Mas não sente isso pessoalmente porque nunca reprovou, senão também seria o seu caso, não é?

P10: Exactamente.

4.13. Mas falando no seu caso pessoal, há alguma necessidade que Portugal não consiga satisfazer?

P10: Se for a ver... A única necessidade que Portugal poderá não me satisfazer, e também não é já, não é? Mas seria depois de terminar a licenciatura a oportunidade de poder trabalhar cá.

Anexo J – Transcrição da Discussão Focalizada e das Entrevistas

- 4.14. Então, neste momento, sente que todas as suas necessidades são satisfeitas, é uma pessoa satisfeita?
P10: Sim, de uma forma ou de outra, são satisfeitas.
- 4.15. No geral, diz-me que todas as necessidades são satisfeitas?
P10: Sim.
5. E sente-se ligado a Portugal?
P10: Sim, por razões culturais e linguísticas sinto-me ligado a Portugal.
- 5.1. E quais são... as razões linguísticas têm a ver com o facto de a língua materna ser o português em São Tomé e em Portugal.
P10: Sim.
- 5.2. E as razões culturais, quais são?
P10: As razões culturais... por estar ligado aos meus familiares, aos meus avós aos meus tios.
- 5.3. Mas com Portugal, além da língua, sente uma ligação?
P10: Sim, identifico-me com o país.
- 5.4. E o que é para si identificar-se com o país?
P10: É gostar de cá estar.
- 5.5. E o que faz com que goste de cá estar?
P10: Quando não estou cá, sentir saudades de cá vir. É isso.
- 5.6. É isso?
P10: Sim.
6. E qual é a sua relação com Portugal?
P10: É uma boa relação, uma relação próxima.
- 6.1. Uma relação próxima... Isso quer dizer que...?
P10: Gosto de Portugal.
7. E o que é que sente em relação à comunidade onde mora?
P10: O que é que eu sinto em relação à comunidade onde moro?
- 7.1. Sim... Quais são os sentimentos que surgem em si quando pensa na comunidade onde mora?
P10: Por acaso nunca me ocorreu esse tipo de pensamento... ainda.
- 7.2. Mas não é o pensamento é o sentir, neste caso.
P10: Sim... por acaso nunca me passou esse tipo de sentimento. É um sentimento de luta, sim.
- 7.3. Luta para alcançar os objectivos?
P10: Sim, os objectivos, a realização pessoal e colectiva do meio onde estão inseridos.
- 7.4. E o que é luta para si?
P10: Luta é ter de levantar de manhã e ir trabalhar, para dar uma boa educação aos filhos e tal.
- 7.5. Sente que na sua comunidade as pessoas têm de se esforçar bastante, trabalhar bastante e mesmo assim ter as tarefas familiares...
P10: É em todo o lado.
- 7.6. Mais alguma coisa de diferente na sua comunidade que ache que a diferencie das outras?
P10: Sinto.
- 7.7. O quê?
P10: Quando fala em comunidade eu vou restringir-me apenas à minha família.
- 7.8. Sim, mas gostaria que pensasse na comunidade enquanto bairro, enquanto comércio existentes, ruas e pessoas que lá vivem. O que sente à comunidade nesse sentido, enquanto espaço local, enquanto vizinhança?
P10: É um sítio tranquilo, onde dispomos de *cashés*, zona comercial. Temos tudo ali. A única coisa que pode faltar ali, e também por ser uma zona residencial, é não ter postos de trabalho. Em relação a outras coisas, não.
- 7.9. Então existe comércio, mas faltam postos de trabalho, não é?
P10: Sim, tipo indústria e essas coisas assim.
- 7.10. Basicamente está a dizer-me o que pensa em relação à comunidade, mas o que sente quando lá está? Quais são as emoções, os sentimentos dentro de si?
P10: Sinto-me em casa.
- 7.11. Sente que é lá que pertence?
P10: Sim.
- 7.12. É mesmo isso, ou não? Se não for isso, explique melhor se fizer o favor.
P10: Sim, sinto o que disse. Sinto-me protegido.
- 7.13. Sente que não há ameaças lá?
P10: Não.
- 7.14. E se houvesse teria a sua família para o proteger, é isso?
P10: Sim. Somos unidos.
- 7.15. O J. [*nome do entrevistado*] e a sua família e o J. em conjunto com a sua família e a comunidade, é isso?
P10: Não, eu e a minha família somos unidos.

Anexo J – Transcrição da Discussão Focalizada e das Entrevistas

7.16. O J. e comunidade não?

P10: Não estou a dizer que não somos unidos...

7.17. Mas são menos, é diferente. É isso?

P10: Não... Como é que posso dizer?...

7.18. Sente-se unido com a sua família e com a comunidade não se sente tão unido, foi isso que disse?

P10: Não, não foi isso que eu disse.

7.19. Então, diga-me por outras palavras o que já disse...

P10: Em relação à minha família, nós somos unidos. E em relação à comunidade, o que é que nós fazemos? Nós damo-nos bem com a nossa comunidade. Se for necessário participar em alguma actividade com a nossa comunidade, nós participamos, damos o nosso contributo, damos a nossa opinião. Portanto, eu posso afirmar que a nossa convivência com a nossa comunidade é boa, a nossa relação é boa.

7.20. Mas é uma relação cordial e superficial, de certa forma...

P10: Sim.

7.21. Sim?

P10: Sim, educada.

7.22. Educada e poderíamos até dizer distante, se calhar, não é? Se for necessário participa, mas se não for preciso fica bem no seu canto e não quer ser incomodado, é isso?

P10: Acho que ninguém participa em algo com que não se identifique.

7.23. Então só participa quando se identifica?

P10: Exacto.

7.24. E na maior parte das vezes identifica-se ou não com as actividades?

P10: Identifico-me.

7.25. Então na maior parte das vezes participa?

P10: Sim. Por exemplo, o meu primo que estuda ali perto de casa, costuma ter actividades na escola e tal e nós vamos. Costumo levá-lo a participar em campeonatos escolares e tal. Portanto... acho que a relação é boa.

8. Sim. Muito bem. A última pergunta é: acha que é da sua responsabilidade, um dever cívico envolver-se em assuntos da sua comunidade?

P10: Se eu acho que é meu dever envolver-me nos assuntos da minha comunidade?

8.1. A comunidade como localidade, a vizinhança, a escola que o seu primo frequenta, o mercado local, as mercearias, centro de saúde. A localidade e a vizinhança onde vive e onde está integrado. Acha que é da sua responsabilidade envolver-se em assuntos que ocorram na sua vizinhança? Assuntos que podem ser coisas boas ou coisas más...

P10: Sim, acho que é um dever e um direito de todos envolverem-se na comunidade onde estão inseridos, para uma melhor coesão da sua comunidade. Ultimamente tinha pensado ir-me inscrever nos Bombeiros Voluntários para participar. Acho que com isso, iria estar a envolver-me na minha comunidade. Só não avancei com o pedido, porque eles já não estavam a necessitar, por isso...

8.2. E o que é que o levou a inscrever-se nos Bombeiros Voluntários, o que é que o motivou?

P10: Por causa da vaga de incêndios que houve no verão, fiquei sensibilizado. Foi para ajudar o país.

8.3. Está a pensar inscrever-se no próximo ano?

P10: Sim, se houver vagas e assim o futuro o permitir, porque não?

Chegámos ao final da entrevista. Muito obrigada pela sua participação!

P10: De nada. Quer repetir a entrevista?

Não é preciso, foi óptima. Correu muito bem! Obrigada.